

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAURÍCIO LUIZ BORGES RAMOS DIAS

**A POLÍTICA EXTERNA DE SHINZŌ ABE (2012-2019) E O NOVO CAMINHO
JAPONÊS**

**SANTANA DO LIVRAMENTO
2019**

MAURÍCIO LUIZ BORGES RAMOS DIAS

**A POLÍTICA EXTERNA DE SHINZŌ ABE (2012-2019) E O NOVO CAMINHO
JAPONÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Carletti

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.52

D541p Dias, Maurício Luiz Borges Ramos

A POLÍTICA EXTERNA DE SHINZŌ ABE (2012-2019) E O NOVO
CAMINHO JAPONÊS / Maurício Luiz Borges Ramos Dias.

133 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Japão. 2. Shinzō Abe. 3. Remilitarização. 4.
Constituição de 1947. 5. Império Japonês. I. Título.

MAURÍCIO LUIZ BORGES RAMOS DIAS

**A POLÍTICA EXTERNA DE SHINZŌ ABE (2012-2019) E O NOVO CAMINHO
JAPONÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Anna Carletti
(Orientadora)
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
(Membro da Banca)
UNIPAMPA

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira
(Membro da Banca)
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer com todo meu amor à minha Mãe, Lucila, por desde sempre ter me ensinado a importância do amor, da educação e de sonhar! Sou infinitamente grato a todo seu esforço enorme em garantir o melhor para a Lucilla e para mim em todos os momentos da vida. Muitíssimo obrigado por possibilitar essa fase maravilhosa da minha vida que foi estudar Relações Internacionais, por me apoiar e por ser meu porto seguro. Mãe, muitíssimo obrigado por ser a definição de amor. Te amo demais.

À minha irmã, Lucilla, pelos conselhos, pela parceria de sempre e por ser inspiradora em cada etapa de sua vida. À vó Marlene, muitíssimo obrigado por ser meu exemplo de força. À Tia Beth, à Tia Madalena e ao Tio Hermano, muitíssimo obrigado por sempre me incentivarem nos estudos, mesmo que longe de casa. Ao Lennon, por ser meu melhor amigo e ser meu maior conforto emocional na construção desse trabalho. Ao meu pai, Hamilton, e ao meu vô João por todo seu amor.

Ainda em terras são-bernardenses, agradeço à Giulia, pela nossa amizade maravilhosa consolidada há anos e por todo seu apoio. À Suelen, por ter aguçado meu pensamento crítico no Ensino Médio e me incentivado na área da pesquisa ao longo da graduação.

Aos docentes do curso de Relações Internacionais, muitíssimo obrigado por contribuírem para minha formação crítica e de qualidade que me permite visualizar e compreender melhor nosso mundo em constantes mudanças. Em especial, gostaria de agradecer de coração à docente Anna Carletti, orientadora desse trabalho, por, desde meu e-mail enviado no primeiro semestre de 2016 em busca de como participar do Grupo de Estudos Sobre Índia e Ásia Oriental, ter sido tão atenciosa, empática, didática e paciente comigo, tornando o ambiente universitário um local psicologicamente mais saudável, estimulante e cheio de aprendizados. Durante a construção desse trabalho, muitíssimo obrigado por todos os apontamentos, as correções, os incentivos, as conversas e por sua paciência. Deusa da China, muitíssimo obrigado por ter sido essencial na minha formação, por ter feito esse trabalho possível, por sua energia maravilhosa e por ser uma inspiração de pessoa e de profissional.

Gostaria também de agradecer diretamente a outros quatro docentes. À Nathaly Schütz, por ter me mostrado os desafios e, principalmente, as alegrias da docência quando fui seu bolsista no projeto de extensão Temáticas Internacionais em Diálogo e seu monitor de Teoria das Relações Internacionais I e II (felizmente, você só me trancou na sala de aula sem querer uma vez). Agradeço de coração ao Flávio Lira, por ter me possibilitado lecionar aulas

voluntárias de japonês no Grupo de Aprendizado de Línguas Estrangeiras, por sua gentileza e por sua disposição em me ajudar sempre quando necessitava. À Kamilla Rizzi, por ter me ensinado como pesquisar, por suas aulas incríveis e por me apoiar na construção de diversos trabalhos acadêmicos. Por fim, ao Rafael Balardim, por me dar a oportunidade de conhecer outra realidade da educação brasileira quando fui professor voluntario de química no Pampeano e por ter me apoiado inúmeras vezes ao longo da graduação.

Felizmente, a aventura de sair de São Bernardo do Campo – SP e vir para Santana do Livramento - RS me possibilitou encontrar pessoas incríveis e fazer amigos maravilhosos. À Dona Marta, agradeço de coração por ter me acolhido como um filho desde 2016 e me ensinado lições e valores que levarei para a vida. Ao grupo dos 13 (Ananda, Aldana, Ayat, Camilla, Eduarda, Fernanda, Isabella, Julia, Lucas Matheus, Luis, Maria Luiza e Maiara), muitíssimo obrigado de coração por terem feito parte da minha jornada e por terem permitido eu fazer parte da de vocês. Muitíssimo obrigado por todas as risadas, aventuras acadêmicas, andadas pela cidade, refeições conjuntas em datas especiais e fora delas, festas, viagens, apoio em todas as fases da graduação e por me animarem diversas vezes. Em especial, muitíssimo obrigado Julia e Maiara por nossa linda amizade existente desde a nossa primeira semana de aula e por serem inspiradoras, fortes, inteligentes e incríveis. Ao André, Lucas e Chihiro, muitíssimo obrigado por morarmos juntos, pela amizade, pelo carinho, por cuidarem do Lennon quando não estou e por me apoiarem independentemente do meu humor e do momento. À Ana e Douglas, muitíssimo obrigado por nossa amizade, diversões e comidas veganas compartilhadas. Ao Rafael, muitíssimo obrigado por me mostrar maravilhosas qualidades de um amigo, através de nossa amizade. À Rafaela, agradeço pela nossa amizade, por sua determinação e por termos formado a dupla Yin-Yang em diversos momentos da nossa graduação.

À Universidade Federal do Pampa, por ter me proporcionado diversas vivências, ensinamentos, reflexões e oportunidades que mudaram minha vida. Por fim, agradeço em especial aos funcionários do campus Santana do Livramento por me tratarem com tanta cordialidade nos corredores, na biblioteca, na portaria, nos corredores e nos demais espaços da Universidade.

RESUMO

A presente pesquisa possui como objetivo principal investigar a política externa de Shinzō Abe (2012-2019) e suas consequências geopolíticas, tendo em conta a remilitarização e as reformas econômicas, assim como as diferentes relações internacionais japonesas com seu entorno geográfico, durante o período de 2012 a 2019. Para que seja possível compreender o Estado nipônico atual, utiliza-se uma abordagem histórica, perpassando a formação e o fim do Estado imperialista, assim como a construção e modificações do Estado pacifista desde sua criação em 1947. Ao longo do período imperial japonês, foi possível constatar importantes fatores, tais como o nacionalismo, a instrumentalização da religião xintoísta e a militarização japonesa. Em contrapartida, percebeu-se no Estado pacifista durante a Guerra Fria um maior enfoque no crescimento econômico, causando na década de 1990 a deterioração da política externa japonesa e o fortalecimento da polarização japonesa entre os favoráveis à remilitarização e os contrários. O Japão de Shinzō Abe, de 2012 a 2019, se apresentou como um Estado que tenta se estabilizar economicamente, se remilitarizar diante das modificações da região Ásia-Pacífico e que mescla questões do passado no presente, construindo um novo caminho japonês. Durante esse trabalho, conceitos inerentes ao Japão são utilizados para melhor examinação do objeto de estudo. Através de uma metodologia baseada na abordagem qualitativa, na análise hipotético-dedutiva, no procedimento histórico-descritivo e em um amplo arcabouço bibliográfico, utilizando jornais, livros, artigos e documentos oficiais, pretendeu-se alcançar os objetivos propostos por essa pesquisa.

Palavras-chaves: Japão; Shinzō Abe; Remilitarização; Constituição de 1947; Império Japonês.

ABSTRACT

The present research has as its main objective to investigate Shinzō Abe's foreign policy (2012-2019) and its geopolitical consequences, taking into account remilitarization and economic reforms, as well as the different Japanese international relations with its geographical environment, during the period of 2012 to 2019. In order to be able to understand the current Japanese state, a historical approach will be used, going through the formation and the end of the imperialist state, as well as the construction and modifications of the pacifist state since its creation in 1947. Throughout the Japanese imperial period, it was possible to see important factors such as nationalism, the instrumentalization of the Shinto religion and Japanese militarization. By contrast, in the Pacifist State during the Cold War it was seen a greater focus on economic growth, causing in the 1990s the deterioration of Japanese foreign policy and the strengthening of the Japanese polarization between those favoring remilitarization and the opposite. Shinzō Abe's Japan, from 2012 to 2019, has presented itself as a state that tries to stabilize economically, remilitarize itself in the face of changes in the Asia-Pacific region and blending past issues into the present, building a new Japanese path. During this work, concepts inherent to Japan are used for a better examination of the object of study. Through a methodology based on the qualitative approach, the hypothetical-deductive analysis, the historical-descriptive procedure and a broad bibliographic framework, using newspapers, books, articles and official documents, it was intended to achieve the objectives proposed by this research.

Keywords: Japan; Shinzō Abe; Remilitarization; Constitution of 1947; Japanese empire.

LISTAS DE ABREVISTURAS E SIGLAS

AOD – Assistência Oficial de Desenvolvimento

ASEAN – Associação do Sudeste Asiático

BoJ – Banco do Japão

CS – Conselho de Segurança

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DNPD – Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa

ESN – Estratégia de Segurança Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FAAD – Forças Aéreas de Autodefesa

FAD – Forças de Autodefesa

FMA – Fundo Monetário Asiático

FMAD – Forças Marinhas de Autodefesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

FTAD – Forças Terrestres de Autodefesa

ODA – Banco de Desenvolvimento Asiático

PDJ – Partido Democrático Japonês

PIB – Produto Interno Bruto

PLD – Partido Liberal Democrático

SCAP – Supreme Commander for the Allied Powers

TTP – Parceria do Transpácífico

TTP11 – Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpácífica

URSS – União Soviética

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Império do Japão em 1914.....	28
Fotografia 1 – General MacArthur e imperador Hirohito.....	46
Gráfico 1 – Crescimento em % do PIB do Japão no período de 1983 a 2012.....	85
Gráfico 2 – Inflação e Deflação no Japão de 1989 a 2012.....	87
Gráfico 3 – Inflação e Deflação no Japão de 2012 a 2018.....	90
Gráfico 4 – Crescimento em % do PIB do Japão no período de 2012 a 2018.....	92

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. FORMAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS IMPERIALISTA.....	17
2.1. Fim do isolacionismo Tokugawa.....	17
2.2. A Restauração Meiji e o início de uma nova Era.....	20
2.3. A Era Taisho e o Desejo pela Democracia.....	27
2.4. A Era Showa e o Retorno do Imperialismo Japonês.....	33
3. FORMAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS PACIFISTA.....	44
3.1. Ocupação do Japão (1945-1952).....	44
3.2. Política Externa Japonesa Durante a Guerra Fria.....	53
3.3. Deterioração da Política Externa Japonesa.....	62
4. O JAPÃO DE SHINZŌ ABE – QUAL ESTADO ESTÁ POR VIR?.....	71
4.1. Remilitarização do Japão.....	71
4.2. A Questão Econômica do Japão e as Abenomics.....	84
4.3. As Relações Internacionais de Shinzō Abe.....	94
4.3.1. Estados Unidos da América (2012-2019).....	94
4.3.2. República Popular da China (2012-2019).....	97
4.3.3. República da Coreia (2012-2019).....	100
4.4.4. República Popular Democrática da Coreia (2012-2019).....	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

1. INTRODUÇÃO

Após sua derrota na Segunda Guerra Mundial, o Estado japonês sofreu diversas modificações, sendo as principais de caráter político, tendo em conta que o sistema de governo, antes imperial, passou a ser democrático e que a Constituição Japonesa de 1947 foi totalmente criada pelos Estados Unidos da América (EUA). Dentre as modificações, vale ressaltar o artigo 9º localizado no capítulo intitulado como “Renúncia à Guerra” que impediu a formação de um poder militar japonês, podendo isso ser considerado como uma medida preventiva à volta da política externa japonesa caracterizada pelo imperialismo (LEGORRETA, 2017).

Mesmo com grandes mudanças estruturais internas, o Japão conseguiu ascender no cenário internacional graças à Doutrina Yoshida que permitiu a sua consolidação como uma potência econômica no Sistema Internacional até os dias de hoje. No entanto, uma característica muito comum encontrada na política externa desempenhada pelo Japão era o fato de que o âmbito político e o econômico, além de distantes, não dialogavam entre si, criando, dessa forma, uma política externa defensiva que favorecia a ideia do Japão como um país pacifista, um gigante econômico e um anão político (UEHARA, 2003). Porém, atualmente, devido à previsão da diminuição de sua economia, ao envelhecimento da população e às mudanças geopolíticas, tais como o constante crescimento chinês e a instabilidade na Península Coreana, o poder econômico não é mais suficiente para alcançar seus interesses, sendo necessária uma nova dimensão estratégica.

Estima-se que esse processo de mudança tenha começado em dezembro de 2012, por meio da eleição de Shinzō Abe ao posto de primeiro-ministro do Japão. De acordo com Hughes (2015), utilizando-se de sua Doutrina, Abe pretende ressurgir no Sistema Internacional um Japão com uma política externa e de segurança assertiva, de alto risco e de alto nível. Devido aos seus objetivos políticos, se teria um enfoque maior em criar uma postura menos antimilitarista, além de um maior alinhamento com os EUA. Ademais, uma reforma na Constituição de 1947, permitindo a militarização japonesa, é uma das metas de Abe, o que, conseqüentemente, acarretaria em uma mudança importante na relação com os países ao redor do arquipélago japonês (MACHADO, 2019). Dessa forma, considerando os aspectos políticos domésticos e internacionais, além dos históricos, essa provável mudança drástica na política externa japonesa pode demonstrar um novo começo na história japonesa, em que o caráter pacifista poderá ser modificado.

Nesse sentido, ao verificar o interesse japonês em transformar sua política externa pacifista para uma mais proativa e militarizada, além de levar em conta as transformações tanto históricas, quanto atuais ocorridas no Japão, surgiu o seguinte questionamento norteador como problema de pesquisa desse trabalho: qual política externa Shinzō Abe está construindo para o Estado japonês e quais as suas consequências geopolíticas? No atual Sistema Internacional marcado por constantes modificações, tais como a hegemonia da China em detrimento dos EUA, a instabilidade norte coreana e a diminuição da eficiência econômica japonesa desde 1990, a Terra do Sol Nascente se encontra condicionada a uma situação de incertezas em relação à inserção de sua política externa. Em vista disso, teve-se como hipótese inicial que, para não gerar um grande distanciamento com os demais países e não colocar a economia japonesa em risco, em um primeiro momento, Shinzō Abe está preparando o Japão para sair da fase pacifista para inaugurar uma política externa mais assertiva e mais autônoma na região.

O Japão é um país que, desde 1990, mesmo sendo uma das maiores economias mundiais, está em uma fase de estagnação econômica (LECHEVALIER; MONFORT, 2016). Dessa forma, como o nível econômico que ele atingiu não é mais suficiente, isso explicaria seu desejo em reformular sua política externa mais afastada de características isolacionistas. Apesar disso, vale ressaltar que o Japão desempenha uma grande influência financeira e geopolítica, especialmente no Indo-Pacífico. Logo, compreender as mudanças em que a política externa japonesa está sendo conduzida, assim como os novos interesses japoneses, é de extrema importância, tendo em vista como os países do continente asiático e de outras regiões do globo podem ser afetados, justificando a elaboração desse trabalho. Paralelamente, em especial no Brasil, pesquisas sobre o Estado japonês, principalmente no século XXI, são escassas não permitindo a compreensão dessa grande potência, sendo isso mais um motivo para a confecção desse estudo cujo tema é a política externa do Japão.

Para tanto, a presente pesquisa possui como objetivo geral compreender a nova condução da política externa japonesa desde a eleição de Shinzō Abe como primeiro-ministro do Japão em 2012. Outrossim, na construção desse trabalho tem-se quatro objetivos específicos, sendo eles: analisar as grandes transformações da política externa japonesa durante a formação do Estado imperialista e, no pós-Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado pacifista; verificar como Shinzō Abe está modificando o Estado pacifista nipônico; investigar como as questões geopolíticas e econômicas do Japão influenciam no novo rumo de sua política externa; e, por fim, evidenciar as consequências internacionais que ocorreram e

podem surgir mediante a política externa de Abe em relação aos EUA, à China, à Coreia do Norte e à Coreia do Sul.

Diante disso, salienta-se que, a metodologia aplicada nessa pesquisa será baseada em uma abordagem qualitativa e na utilização da análise hipotético-dedutiva, pretendendo uma maior compreensão da atual política externa do Japão. Como aspectos históricos japoneses serão considerados, o procedimento histórico-descritivo estará presente nesse trabalho. Ademais, será aplicada uma pesquisa bibliográfica composta por livros e artigos tanto internacionais, como nacionais. Além disso, fontes secundárias como jornais internacionais serão utilizadas, possibilitando uma maior base a acontecimentos mais recentes. Conjuntamente, para melhor desenvolvimento do tema em questão, a pesquisa documental também estará presente, por meio de documentos, discursos e relatórios oficiais internacionais. Por fim, vale destacar que, esse trabalho possui uma maior sustentação em conceitos considerados essenciais para o entendimento da política externa japonesa. Paralelamente, conforme será visualizado adiante, conceitos da teoria construtivista aplicados à questão da segurança internacional e da mudança da sociedade são uma peça chave para esse trabalho na compreensão da transformação da sociedade nipônica.

Considerando essas intenções, dois conceitos desse trabalho que precisam ser elucidados são política externa e construtivismo. De acordo com Sauter (2017), a política externa é formulada pelos Estados para proteger seus interesses nacionais e alcançar os seus objetivos no âmbito internacional. Por conseguinte, conforme Cervo (2008), a política externa agrega os interesses, regras e valores pretendidos nas relações globais, regionais e bilaterais, provendo o conteúdo da relação entre os Estados. Ademais, em sua formulação, as relações tanto domésticas e internacionais estão ligadas entre si, influenciando-se como em um jogo de dois níveis (PUTNAM, 1988). Assim, o conjunto de decisões políticas e práticas de um governo, possibilitam a inserção e projeção do Estado no Sistema Internacional.

Utilizando conceitos construtivistas, em que a interação entre a esfera internacional e a doméstica tem a capacidade de modificar e estruturar a política externa diante da identidade, cultura e crenças que a população tem sobre determinado assunto (WENDT, 1999), foi possível entender a modificação da opinião pública japonesa e de seus líderes diante das questões securitárias. Consonantemente, unindo o termo de Segurança Internacional com a vertente construtivista, compreende-se que as questões embutidas nas estruturas políticas e econômicas, assim como nas normas, identidade e cultura do Estado, constroem os componentes das políticas voltadas para a segurança (SMITH, 2004). Assim, a cultura, as

normas, os valores e a identidade, que estão em constante transformação, podem contribuir para mudanças na segurança internacional de um Estado, restringindo ou legitimando, determinados comportamentos, tais como expansionistas ou agressivos, por exemplo (BUZAN; HANSEN, 2012), sendo isso importante para compreender a remilitarização do Japão do nacionalista Shinzō Abe.

Ao longo do primeiro capítulo, visando a compreensão de como se deu a formação do Estado imperialista japonês, entre 1868 e 1945, quadro épocas políticas japonesas serão retratados, sendo eles o Xogunato Tokugawa (1603-1868), em especial seu declínio, a Era Meiji (1868-1912), a Era Taisho (1912-1926) e a Era Showa (1926-1989) até o final da Segunda Guerra Mundial. Ao longo desse período, será retratado o fim do isolacionismo Tokugawa, o fortalecimento do nacionalismo xenófobo nipônico, a militarização do Estado japonês e as modificações em sua sociedade. Além disso, será analisada a importância da instrumentalização da religião xintoísta, que através de seus preceitos divinizou o imperador, o Japão e sua população (LEGORRETA, 2017), na formação do imperialismo japonês. Uma vez que, a última circunstância em que o Japão obteve controle total de seu poder militar foi ao longo do Estado imperialista, tornou-se necessário analisar esse período para compreender quais similaridades são possíveis encontrar na política externa japonesa atual.

Durante o segundo capítulo, tem-se como foco compreender a formação do Estado pacifista japonês a partir de 1947, diante da promulgação da Constituição do Japão. Em seu primeiro subtópico, será explicado como se deu o processo de ocupação do Japão pós-Segunda Guerra Mundial e quais foram as transformações ocorridas nos âmbitos político, militar, jurídico, econômico, social e religioso de 1945 a 1952. Em seguida, objetivou-se analisar como a política externa pacifista japonesa se desenvolveu ao longo da Guerra Fria. Nessa conjuntura marcada pela competição entre EUA e União Soviética (URSS), a aliança Japão-EUA permitiu ao Estado japonês sua reinsertão no Sistema Internacional e seu crescimento econômico. No último subtópico desse capítulo, pretendeu-se demonstrar como a dificuldade de resposta japonesa em eventos da década de 1990, como a Guerra do Golfo (1991-1992) e a Crise Asiática de 1997, contribuíram para o detrimento da política externa pacifista do Japão.

Por fim, no terceiro capítulo, o foco será a política externa do primeiro-ministro japonês Shinzō Abe de 2012 a 2019. Dessa forma, será examinado como Abe foi responsável por intensificar o processo remilitarização japonesa através de reformulações, por exemplo, na área da defesa e jurídica, aproveitando-se da instabilidade regional marcada pelo crescimento

e militarização chinês, assim como pela imprevisibilidade dos testes militares da Coreia do Norte. Outrossim, será analisada a importância da economia para a política externa de Abe, desvendando quais foram as suas medidas implementadas para garantir o crescimento estável para o Japão e como elas possibilitaram modificações no âmbito doméstico e internacional do Japão. Ao final desse capítulo, se investigará como a política externa de Abe se reflete em suas relações com os EUA, a China, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Perante esse conjunto de Estados, é possível compreender as diversas questões que Abe representa, tais como o nacionalismo e a religião xintoísta, além do desejo pelo crescimento econômico e remilitarização japonesa.

Logo, diante dessa estrutura, a política externa japonesa será analisada desde o ano de 1603 até 2019, perpassando tanto a formação e o fim do Estado imperialista, quanto a construção do Estado pacifista e suas transformações encontradas durante o governo de Abe. Diante desse período histórico, será possível visualizar quais modificações ocorreram ao longo da história japonesa e quais características do passado estão retornando para o escopo político, social e econômico da Terra do Sol Nascente. Dessa maneira, espera-se que seja possível compreender qual Estado Shinzō Abe está criando para o Japão, além de alcançar os objetivos desse trabalho.

2. FORMAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS IMPERIALISTA

Para a compreensão de como o Imperialismo japonês foi sendo configurado desde a Restauração Meiji ao final da Segunda Guerra Mundial, foi necessário o entendimento do período anterior ao início da formação do Estado Moderno japonês. Dessa maneira, pesquisar o Xogunato, em especial as medidas feitas pelo clã Tokugawa, e sua estrutura de poder foram indispensáveis para o entendimento do Japão após 1868, assim como suas reformas que visavam a centralização do poder, a industrialização de sua economia e o robustecimento das forças militares japonesas. De 1894 a 1910, percebeu-se um Japão imperialista por razão de seus conflitos com a China, a Rússia e a Coreia, sendo essa última anexada ao território japonês, com objetivo de expandir seu território e seu acesso a matérias primas.

No final da década de 1910, durante a Era Taisho, o Império japonês alcançou prestígio internacional em razão de seu crescimento como potencia regional no continente asiático. Outrossim, mobilizações populares a favor da democracia começaram e parecia que um novo Japão estava prestes a surgir. No entanto, os arranjos políticos baseados no imperador e nas oligarquias políticas se perpetuaram. Após a Crise de 29, em um ambiente de retardo econômico e de estagnação das forças navais, movimentos ultranacionalistas a favor da expansão geográfica do Império japonês se fortaleceram, encaminhando o governo nipônico à volta de seu imperialismo de forma nítida na segunda metade da década de 1930. Conseqüentemente, para atingir seus objetivos contra a manutenção da estrutura do *status quo*, o Japão se aliou com a Alemanha e a Itália, participando, assim, na Segunda Guerra Mundial a partir de 1941, conforme será visto nesse capítulo.

2.1. Fim do isolacionismo Tokugawa

De 1192 a 1868, o Japão era regido por um governo chamado Xogunato (*bakufu*, em japonês) em que os guerreiros samurais possuíam o poder político do Estado. A partir dessa época, o imperador não estava mais no palco central de poder e nem possuía força militar, no entanto foi o responsável por criar a figura do xogum, título que somente o líder samurai do clã mais forte recebia do imperador, dando início ao Xogunato Kamakura em 1192. Devido a esse título, o xogum possuía pleno poder, domínio sobre as terras de todos os seus subordinados, nomeava pessoas a cargos desde o governo a guerreiros do exército e promovia a ordem de combate aos seus leais vassalos em tempos de guerra (TANAKA, 2017a).

Nessa forma de governo, quando o poder militar de um clã declinava em relação ao de outro, dava-se início a um novo Xogunato. No entanto, de 1467 a 1568, o Japão viveu um período de constante guerra civil, período que foi designado como *sengoku*, durante o qual os líderes de diversos clãs provinciais (intitulados como *daimyo*) se fortaleciam militarmente e criavam alianças regionais entre eles, contribuindo para a descentralização do poder (ANDRESSEN, 2012). No início da história moderna japonesa, os quatro principais *daimyo* que desejavam a soberania sobre o território japonês eram Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) e seu filho Toyotomi Hideyori (1593-1615) e, por fim, Ieyasu Tokugawa (1543-1616). Nesse sentido, o processo de reunificação iniciado por Nobunaga, em 1568, somente se concluiu com a vitória de Tokugawa contra Hideyori na Batalha de Sekigahara em 1600, colocando fim ao período *sengoku* (CHIARELLI, 2012).

Diante de seu êxito, Ieyasu Tokugawa obteve o controle hegemônico do Japão, sendo, conseqüentemente, nomeado xogum pelo imperador e dando início, oficialmente, ao Xogunato Tokugawa no ano de 1603. Durante o governo de seu clã, diversas reformas sociais, políticas e econômicas foram feitas para garantir a estabilização e centralização do governo, sendo importante ressaltar a mudança de relação com o imperador. Essa nova relação tinha como objetivo preservar a hegemonia do Xogunato, aumentando o prestígio da família imperial, com o interesse de gerar uma maior legitimidade ao governo e possibilitar uma influência do clã Tokugawa sobre o imperador (GORDON, 2003).

Além disso, neste mesmo período, teve-se o fechamento das relações japonesas com os outros Estados do Sistema Internacional, por meio da política de isolamento (*sakoku*) adotada pelo Xogunato Tokugawa no século XVII. Apesar do comércio no Pacífico ser interessante economicamente para o Japão, essa política foi adotada pela possibilidade de subordinados feudais formarem alianças com as forças estrangeiras e pelo temor das possíveis ações conquistadoras contra o território japonês, logo em detrimento do Xogunato, que poderiam surgir dos missionários católicos presentes no território japonês. Tais preocupações contribuíram para que as relações exteriores ficassem monopolizadas pelo xogum, além de evidenciar um desejo de afastamento das influências estrangeiras. Sendo assim, o comércio exterior ficou restringido ao porto de Nagasaki e foram autorizadas negociações somente com os comerciantes chineses e holandeses (TANAKA, 2017b).

A partir desse momento, o Japão entrou numa fase denominada de isolacionismo. De acordo com Easley (2016), nesse estágio as prioridades estratégicas de um determinado Estado são a soberania, a autossuficiência e a independência política, buscando sua auto-

defesa e evitando conflitos internacionais, não interferindo, assim, em questões internas de outros Estados. Dessa forma, percebeu-se que o caminho isolacionista foi a maneira em que o Xogunato Tokugawa seguiu para assegurar a manutenção do Japão como Estado soberano independentemente das nações vizinhas.

A política de isolamento favoreceu a disseminação de um forte nacionalismo, contendo elementos que no futuro próximo derrubariam o Xogunato e construiriam o Japão moderno da Era Meiji, assim como o Imperialismo japonês. O nacionalismo japonês, orientado pela Doutrina *Kokugaku*, criou a ideia de que o Japão era o centro do mundo, tinha supremacia sobre os outros povos e que o imperador seria o líder de todas as nações, tendo como missão unir todos os povos (MACHADO, 2016). Ademais, argumentava-se que o Japão era um país em que a perfeição estava presente em todos os momentos da vida, seja no comportamento humano ou na governança. No entanto, esse Estado de felicidade havia sido contaminado e danificado por causa dos estrangeiros que entraram em contato com o Japão (ICHIJO, 2019). Dessa maneira, constatou-se o início da aversão ao estrangeiro, favorecendo um nacionalismo xenófobo, além de pretensões expansionistas.

Devido a esse pensamento da sociedade japonesa e à política de isolamento, o contato com outros países, tais como a Rússia, Grã-Bretanha e os EUA, que tentavam aproximar-se do Japão, falhou diversas vezes. No entanto, a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) na China, responsável pela abertura forçada dos portos chineses devido à pressão dos Estados ocidentais, mostrava que o Xogunato Tokugawa, provavelmente, não conseguiria manter o isolacionismo japonês. Esse processo de abertura japonês para o Sistema Internacional começou com a chegada de Matthew Perry, Comodoro da Marinha estadunidense, em 1853. Ao desembarcar na baía de Edo, atual Tóquio, Perry entrou em contato tanto com o xogum, quanto com o imperador com o intuito de demonstrar o interesse dos EUA na assinatura de um Tratado de Amizade com Japão para que ocorressem trocas comerciais entre ambos, fornecimento de suprimentos e ajuda aos naufragos dos barcos estadunidenses por parte do Japão (LEGORRETA, 2017). Caso os governantes japoneses se recusassem a negociar, Perry utilizaria a Diplomacia das Canhoneiras em que o poder de fogo das frotas estadunidenses, que eram deveras mais forte que as forças de proteção do Japão feudal, seriam utilizadas para alcançar seus objetivos (MAGNO, 2015).

A fragilidade e a inferioridade tecnológica japonesa eram tamanhas, que o xogum, responsável pelo poder militar, decidiu pedir conselhos aos *daimyo*'s, o que no final foi somente uma demonstração de sua fraqueza para a população, tendo em vista que, em 1854,

com a volta de Perry e sua frota formada por nove navios de batalha, o Tratado Desigual de Kanagawa é assinado. Por meio desse acordo, teve-se a abertura dos portos de Shimoda e Hakodate ao comércio dos EUA, a garantia de segurança aos naufragos estadunidenses próximos ao território japonês e o estabelecimento, como representante permanente, um cônsul dos EUA (CARRANCO, 2011). Sucessivamente, Tratados Desiguais foram também firmados com a França, Rússia, Holanda e Grã-Bretanha, retirando por completo o isolacionismo japonês. Diante disso, grupos nacionalistas japoneses criam o slogan *sonno-joi*, cujo significado “honra ao imperador, expulsão aos bárbaros” (ANDRESSEN, 2012) demonstrava, novamente, como a sociedade japonesa não estava preparada para maiores contatos com o estrangeiro e colocava a imagem do imperador como pauta acima do próprio Xogunato. Para a população japonesa, em especial para os nacionalistas extremistas, a subordinação econômica e política, assim como a crise econômica causada pela alta inflação, eram vistas como humilhantes e desonravam o imperador, criando um movimento anti-xogum liderado, principalmente, pelos clãs Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa que já possuíam contatos com o estrangeiro (GORDON, 2003).

Conseqüentemente, entre o período de 1853 a 1868, o Xogunato Tokugawa se encontrava em uma constante instabilidade, com falta de apoio popular e uma relação fragilizada com o imperador. Dessa forma, apesar das diferentes políticas utilizadas para se manter no poder, iniciou-se a Revolução de 1868 responsável por destituir, após conflitos entre grupos pró-xogum e anti-xogum, o Xogunato por completo, retornando o poder político do imperador no Estado japonês. Logo, devido à atuação das potências ocidentais em abrir as portas do Japão isolacionista, o forte prestígio do imperador como figura divina e o forte nacionalismo, o modelo de governo Xogunato tem seu fim em 1868, após cerca de 700 anos presente na história japonesa, iniciando a Era Meiji (1868-1912).

2.2. A Restauração Meiji e o início de uma nova Era

Ao final do Xogunato Tokugawa, o príncipe Mutsuhito Meiji, com apenas quinze anos de idade, subiu ao trono e se tornou o imperador do Japão no ano de 1868, alcançando o controle político do Estado por meio da Restauração Meiji. Após o golpe de Estado e a restauração do poder imperial, os principais objetivos do Japão eram desenvolver-se e reestruturar-se internamente para que fosse possível chegar ao mesmo nível das grandes potências ocidentais da época. Dessa forma, os pilares necessários para a modernização

japonesa eram a centralização do poder, a industrialização e o incremento das forças militares japonesas.

No entanto, era necessária uma figura por meio da qual fosse possível representar a identidade nacional, manter a coesão do Estado e criar uma base emocional para provocar reverência e obediência. Em outras palavras, o imperador se tornou peça chave para a manutenção político-social do Japão, tendo em vista que a família imperial possuía a capacidade carismática e a dimensão religiosa capaz de impedir o surgimento de forças contra o Estado (SWALE, 2009). Dessa maneira, a partir de 1868, teve-se a volta de um xintoísmo puro que:

se referia às origens divinas do Japão, seu povo e seu imperador; tais origens impunham a obrigação de uma lealdade ilimitada ao imperador, que expressava a vontade dos deuses. (...) Naquele momento histórico, eles deram ao Japão uma unidade que poderia não ter alcançado de outra maneira, ao mesmo tempo que um senso de singularidade que serviria não apenas para contrariar as ideologias estrangeiras, mas, anos depois e, sob novas circunstâncias, promover e realizar seu próprio projeto nacional, hegemônico e expansionista no Leste Asiático ¹ (LEGORRETA, 2017, p.208, tradução nossa).

Além disso, a adoração da figura do imperador permitiria uma restauração em que se teria a aceitação somente das ideias estrangeiras que possibilitariam a modernização do Japão, assim como o retorno da tradição japonesa, unindo a população e criando um Estado Xintoísta (KITAGAWA, 1990). Com isso, tinha-se no Japão a união entre a política e a religião que seriam capazes de, na transição entre o feudalismo e o novo absolutismo japonês, unificar, centralizar e modernizar o Estado, a partir da restauração do significado da instituição imperial. Vale ressaltar que, por causa do xintoísmo relacionado com o Estado, as ações do Japão poderiam ser interpretadas como representações do poder, da ação e da autoridade de um Deus (TOSHIO, 1981). Ou seja, o imperador e o Estado eram considerados absolutos e não possuía diferença entre eles, já que o imperador era o Estado, assim como o contrário.

No início do governo imperial, com o intuito de impedir que ocorresse o monopólio das ações políticas pelos clãs Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa que encabeçaram a Restauração Meiji, Mutsuhito Meiji assina o Juramento Imperial cujo cinco princípios eram compostos por: discussões públicas para decidir qualquer assunto pertinente; participação de todas as

¹ se refería a los orígenes divinos de Japón, su gente y su emperador; tales orígenes imponían la obligación de una lealtad ilimitada al emperador, quien expresaba la voluntad de los dioses. (...) En ese momento histórico le dieron a Japón una unidad que tal vez no habría alcanzado de otra forma, al mismo tiempo que un sentido de unicidad que le habría de servir no sólo para contrarrestar las ideologías extranjeras, sino para, años más tarde, y bajo nuevas circunstancias, impulsar y llevar a cabo su propio proyecto nacional, hegemónico y expansionista en el Este de Asia.

diferentes classes na administração do Estado; liberdade para todas as pessoas seguirem suas vocações e aspirações; o abandono dos antigos costumes do passado (não especificando-os); e, por fim, a procura de conhecimento ao redor de todo o globo para fortalecer o governo imperial (HENSHALL, 2004). No último ponto, observou-se então que o novo governo não estava mais focado na aversão total ao estrangeiro, mas sim em utilizar as ideias dos outros países, em especial das grandes potências ocidentais, como forma para modernizar o Japão. Ademais, vale ressaltar que, para aconselhar o jovem imperador, criou-se, no início da Restauração Meiji, o *Daijokan*, conhecido como Conselho de Estado, composto por 26 representantes de cinco clãs, sendo que os de Choshu e Satsuma, principais líderes da restauração, possuíam a maior quantidade de membros, respectivamente sete e nove integrantes, possibilitando que os cargos de liderança do governo fossem regidos, em sua maioria, por esse grupo ao longo da Era Meiji (MACHADO, 2016).

Em 1869, a centralização do Estado foi sendo construída, começando pela escolha de Edo como capital do império, renomeada como Tóquio cujo significado em japonês é capital do oeste, onde o palácio da família do imperador foi instalado. Ademais, devido à ideia de serventia e adoração ao imperador, diversos *daimyo's*, tanto os grandes como os pequenos, deram, voluntariamente, suas terras e o controle das pessoas que ali viviam ao imperador, demonstrando a aceitação do fim do feudalismo (ANDRESSEN, 2012).

Como não havia sido possível adquirir todas as terras de maneira voluntária, em 1871, o imperador concedeu pensões anuais aos *daimyo's* restantes em troca de suas posses territoriais. Para esses detentores de terra, essa ação era positiva, já que não seria mais necessário preocupar-se com a manutenção dos samurais residentes em seus territórios e as suas dívidas seriam adquiridas pelo governo (LEGORRETA, 2017). Concluiu-se assim, a partir da posse de terras pelo imperador, o fim do feudalismo como estrutura política do Japão, formando prefeituras em territórios que antes eram dos clãs japoneses que possibilitaram uma maior facilidade em administrar o Estado. Ademais, os camponeses foram libertados de suas amarras com os seus antigos senhores feudais, possuindo maior autonomia e tornando-se pagadores de impostos. Dessa forma, aumentou-se a centralização do Estado japonês, assim como a sua burocratização.

Em uma sociedade que, por séculos, havia sido caracterizada por status diferenciados conforme sua classe, a Restauração Meiji conseguiu em poucos anos eliminar a valorização dos *daimyo's* e a servidão dos camponeses. No entanto, ainda faltava um extrato importante do corpo social japonês a ser modificado pela restauração, a saber, os samurais. Conforme os

domínios dos antigos clãs eram abolidos e anexados ao poder do Império, os samurais tinham seus salários reduzidos, mas ainda assim pagos pelo governo. Não somente isso, mas suas habilidades com arco e flecha e espadas não eram mais necessárias para um Estado cujo objetivo era se modernizar. Dessa maneira, conforme apontado por Gordon (2003), em 1872, uma grande parte dos samurais foi classificada como plebeus. Em 1873, os salários sofreram tributação, um ano depois os pagamentos podiam ser transformados em títulos e, em 1876, essa titulação tornou-se obrigatória além de terem o uso de suas espadas banidas, retirando assim o orgulho e prestígio desse grupo. Com o fim dessa classe, muitos antigos samurais encontraram emprego como administradores, fazendeiros, homens de negócio ou policiais (HENSHAL, 2004).

Dentre outras mudanças no início do Japão Moderno, em 1873, o alistamento tornou-se obrigatório para todos os homens a partir dos vinte anos, com o objetivo de assim permitir um incremento das forças militares e a criação de uma disciplina leal e patriótica em relação à defesa do país (LEGORRETA, 2017). Além da área militar, a educação do país também sofreu modificações, se tornando obrigatório para todas as crianças a partir de 1872 e universal em 1907. Além disso, em 1877, já estava construída a Universidade Imperial de Tóquio, a primeira do país. No entanto, vale salientar que a educação era vista como uma maneira de aumentar o nacionalismo e espalhá-lo para as mais diversas camadas da sociedade, tendo como foco o ensinamento de valores oriundos do Confucionismo assim como valores sobre lealdade, respeito, obediência e dever (ANDRESSEN, 2012).

Na questão econômica, ao longo da década de 1870, o governo, possuindo controle das terras, iniciou a modernização da agricultura que foi possível graças à reforma agrária, além de criar empresas estatais especializadas à manufatura de produtos industrializados destinados à exportação (MAGNO, 2015). Além do mais, desde o início da Restauração Meiji até 1890, foram construídas, tanto com dinheiro público, quanto privado, ferrovias para conectar melhor o país e possibilitar um melhor escoamento dos produtos. Após todas essas reformas e a centralização política nas mãos do imperador, vinte e um anos depois da Restauração Meiji, foi incrementada a base para a consolidação política do Estado Moderno e para a perpetuação do absolutismo oligárquico japonês, a Constituição de 1889. Ao longo da trajetória para a sua formulação, a família imperial sempre foi preocupação central do governo, tendo em vista que era ela que possibilitava a manutenção do Império responsável por tantas mudanças na sociedade japonesa.

Assim sendo, na nova constituição do império japonês, dentre os diversos poderes garantidos ao imperador, vale evidenciar que o Japão deveria ser eternamente reinado e governado por uma linha de imperadores, que o imperador era sagrado e inviolável, possuía poder legislativo, sancionava as leis, assim como promulgava e executava as ordens, decidia o salário de todos os oficiais civis e militares, possuía poder supremo diante do exército e marinha, além ser quem declarava guerra, paz e aceitava, ou não, tratados (JAPÃO, 1889). Para mais, por meio da Constituição de 1889, o Japão, mesmo possuindo um imperador considerado como um Deus, classificou o Estado Xintoísta como um Estado Secular de caráter não religioso, tendo em vista que para os japoneses a religião se referia ao cristianismo, não às práticas originadas dos antigos indígenas da Terra do Sol Nascente conhecidas como xintoísmo (FITZGERALD, 2011). Nesse ponto, percebeu-se então como as práticas xintoístas, presentes no cotidiano da população japonesa, eram consideradas como costumes tradicionais do país. Destacou-se que, conforme Omar Legorreta (2017), a Constituição de 1889, embora possuísse a nomeação do gabinete, composto pelo primeiro-ministro e os demais ministros, pelo imperador, foi formada uma Câmara de Representantes composta somente por meio de eleições em que a população japonesa, que pagava no mínimo 15 ienes em impostos diretos, votava em quem desejasse.

O nacionalismo japonês, o xintoísmo e a lealdade da população para com o imperador, além da vontade de modernizar o Japão, foram peças insubstituíveis para que a centralização do poder fosse alcançada. Ao mesmo tempo em que esse caminho foi sendo construído, o patriotismo japonês foi tomando proporções que, logo após a Constituição de 1889, possibilitariam o início da política expansionista japonesa, tendo o imperador como principal símbolo desse movimento. Como mencionado anteriormente, já existia o movimento *Kokugaku* desde o Xogunato Tokugawa, porém, começou-se a ter um movimento nacionalista focado não somente na ideia proteger a identidade nacional e no perigo que as forças estrangeiras representavam, mas, também, no fortalecimento das forças militares japonesas inspiradas pelo slogan “*fukoku kyohei*” que significa “enriquecer a nação, fortalecer o exército” (HENSHALL, 2004). Além disso, grupos ultranacionalistas que fomentavam uma política externa mais agressiva por parte do Império japonês, baseados na ideia de que os países ocidentais não eram confiáveis e existia a necessidade dos países asiáticos se unirem, sendo o Japão, considerado superior, o líder desse movimento de defesa (OLIVEIRA, 2017b).

Diante desse forte nacionalismo, conflitos foram sendo travados entre o final do século XIX e início do XX. Embora o Japão tivesse assinado com a China o Acordo de Tietsin em

1885, com a promessa que ambos não se envolveriam nas questões da Península Coreana, em 1894, devido a uma revolta camponesa da população coreana, o Império japonês assume isso como um pretexto para intervir na região e acaba enviando uma expedição militar para a Coreia (LEW, 2000). Conseqüentemente, essa decisão fez com que a China defendesse o seu interesse na área, começando, assim, a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). Como resultado, teve-se a derrota do Estado chinês e a assinatura do Tratado de Shimonoseki em que o Japão não só anexou ao seu território a ilha de Taiwan, como obteve concessões na região chinesa de Liaodong, a Coreia como sua zona de influência exclusiva e a permissão para construir uma ferrovia ao sul da Manchúria (LEGORRETA, 2017). Para o Império japonês, essa vitória demonstrava a sua superioridade no continente asiático e possibilitava o alcance de seus interesses econômicos.

Outro acontecimento muito importante que ocorreu durante a Era Meiji, foi a Rebelião Boxer (1899-1901) ocorrida na China em que os estrangeiros estavam sendo atacados por chineses em Pequim e no porto de Tientsin. Diante disso, foi criada a Aliança das 8 Nações, que resultou em um exército internacional, do qual o Japão fazia parte, capaz de derrotar esse grupo insurgente (MAGNO, 2015). Devido ao desempenho japonês nesse combate, a Grã-Bretanha se aproximou do Japão e ambos assinaram uma aliança anglo-japonesa em janeiro de 1902, em que foram reconhecidos os interesses japoneses na Coreia, além de estreitar a relação entre esses dois países (GORDON, 2003). Para o Japão esse contato foi muito importante, tendo em vista que os ingleses se tornaram tutores da modernização japonesa, por meio de intercâmbios de conhecimentos e tecnologias, favorecendo os interesses do Império e permitindo a sua entrada na arquitetura do Sistema Internacional da época. Paralelamente, para a Grã-Bretanha essa aliança era positiva, considerando que com o desenvolvimento japonês, que futuramente seria capaz de enfraquecer as forças Czaristas, a posição britânica de potência no Sistema Internacional se fortaleceria, fazendo com que essa cooperação se prolongasse (HOBSBAWM, 1988).

O Tratado de Shimonoseki permitiu a inserção japonesa na Manchúria, região rica em carvão que poderia ser utilizado em sua industrialização. Com efeito, a partir de 1895 diversos investimentos ferroviários e para extração de matéria prima foram feitos. No entanto, os interesses do Império japonês se confrontavam com os do Império russo tanto na região da Manchúria, quanto na Península Coreana. Dessa forma, alegando uma tentativa russa de invadir a Manchúria e a Coreia em 1903, eclodiu a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), na qual o Estado japonês saiu vitorioso, obtendo um reconhecimento de seu poder militar e

colaborando para sua imagem de potência militar (MACHADO, 2016). Outrossim, nesse primeiro conflito em que um Estado asiático derrotou uma potência ocidental, conforme ressaltado por Bruno Magno (2015), a vitória japonesa garantiu os insumos necessários para consolidar e expandir a sua indústria nacional, conquistando, também, a anexação das Ilhas Curilas e metade das Ilhas Sacalinas para o Império japonês.

Diante da maior confiança japonesa por razão de seu sucesso na guerra com a Rússia, durante a renovação da aliança anglo-japonesa, em 1905, a Coreia tornou-se protetorado do governo japonês, sendo anexada ao território nipônico em 1910 sem que nenhum cidadão coreano tivesse sido consultado (LEW, 2000). O controle do território coreano era importante, devido às matérias primas que seriam utilizadas para a industrialização japonesa e ao fato de que o Japão poderia utilizar a península como uma defesa contra a expansão das demais potências (CHIARELLI, 2012).

É importante mencionar que muitas das vitórias japonesas na Era Meiji, tanto militares quanto as de caráter diplomático, foram possíveis graças à industrialização japonesa que permitiu a modernização do Império, assim como seus avanços no poderio militar. No âmbito doméstico, o grupo que foi essencial para possibilitar essas conquistas chamava-se *zaibatsu* e era composto por antigos *daimyos*, tais como Mitsubishi, Sumimoto e Yasuda que, ao se tornarem capitães da indústria nacional japonesa, criaram os conglomerados industriais familiares (MAGNO, 2015). Por meio desse grupo, foi possível centralizar a economia japonesa e criar uma relação estreita e subordinada para com o governo japonês, permitindo o crescimento e estabelecimento da indústria moderna no Japão, principalmente a indústria pesada, além de facilitar no desenvolvimento da agricultura (LEGORRETA, 2017). Além disto, foi possível relacionar o crescimento do Japão e de sua indústria pesada, em que os minérios foram utilizados, com o interesse do expansionismo japonês em regiões, como a Manchúria e a Coreia, ricas em matérias primas de origem mineral. Dessa maneira, pôde-se compreender o expansionismo japonês não somente como uma ação motivada pelo nacionalismo ou pelas questões de defesa nacional, mas também como uma necessidade para o aumento da economia doméstica e, conseqüentemente, enriquecimento do Império.

Analisando a Restauração Meiji até o final da Era Meiji em 1912, concluiu-se que, a industrialização e a modernização foram alcançadas conforme o aumento do seu prestígio japonês no Sistema Internacional e de seu poder militar, permitindo assim a sua expansão territorial e o crescimento de sua indústria. Por fim, os interesses de fortalecer as forças militares japonesas foram atendidos, sendo possível constatar isso na vitória japonesa sob a

nação russa em que o Japão recebeu atenção das potências ocidentais, em especial da Grã-Bretanha, por tal feito. No entanto, vale ressaltar que essas ações expansionistas a favor do desenvolvimento do Estado Xintoísta iniciadas na Era Meiji, futuramente iriam tomar proporções radicais na política externa imperial japonesa, resultando, no final da Segunda Guerra Mundial, no desmoronamento de seu próprio Império.

2.3. A Era Taisho e o Desejo pela Democracia

Devido à morte do imperador Hirohito Meiji em julho de 1912, teve-se o fim da Era Meiji e, simbolicamente, do primeiro movimento japonês de modernização do Estado nipônico. Dessa maneira, o herdeiro do trono, filho do recém falecido imperador, Yoshihito subiu ao poder e deu início à Era Taisho no mesmo ano. Na tradução, “*Taisho*” possui como significado “Grande Justiça”, o que transmitia, assim, a ideia de um governo pautado na sabedoria, justiça e no sentimento de autoconfiança como potência mundial (HESHALL, 2004). Ao longo dessa Era, que se estendeu até o ano de 1926, importantes acontecimentos ocorreram no Japão, destacando-se no âmbito internacional a participação japonesa na Primeira Guerra Mundial e sua entrada na Liga das Nações. Já na órbita doméstica, ocorreu o incremento de sua industrialização e dos movimentos populares a favor, principalmente da democracia.

De acordo com Chong e Hall (2014), diversos conflitos do início do século XX, tais como a Crise do Marrocos (1905-1906 e 1911) e a Crise da Bósnia (1908-1909), causaram nas relações estatais internacionais o aumento da ideia de um antagonismo e de posições mais severas e firmes que possuíam como intuito a demonstração de poder, impulsionando na construção de forças militares e na limitação da confiança entre as nações. Dessa forma, o caminho para a eclosão de um conflito envolvendo as potências mundiais estava em construção, sendo o assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe da Áustria-Hungria, em 1914, o estopim de um arranjo já propenso ao conflito, iniciando a Primeira Guerra Mundial.

Levando em consideração o acordo de assistência mútua assinado com o a Grã-Bretanha em 1905, o Japão se inseriu na Primeira Guerra Mundial ao lado dos aliados em agosto de 1914. Ademais, outra importante motivação para a participação do Japão nesse conflito era que, conforme acordado com a Grã-Bretanha, caso as forças militares japonesas derrotassem as ocupações alemãs localizadas no continente asiático, ou próximas, esses territórios se tornariam do Império japonês (MACHADO, 2016). Consequentemente, tropas

japonesas foram enviadas para a região chinesa de Shandong e para as Ilhas Marshall, Marianas e Carolinas que estavam sob posse alemã. Nesse ponto, pôde-se perceber que o comportamento e o desejo expansionista iniciado na Era Meiji, continuava presente na política externa japonesa da Era Taisho.

Embora o início da Primeira Guerra tenha prejudicado o comércio internacional e cortado grande parte do abastecimento japonês de produtos químicos, máquinas, remédios, dentre outras importações, o governo substituiu os fabricantes estrangeiros pelos domésticos, diversificando sua economia e ampliando suas indústrias nacionais não somente para o que não estava mais disponível domesticamente, mas também o que se encontrava em falta no exterior e na indústria pesada (LEGORRETA, 2017). Como outros mercados asiáticos tiveram suas trocas comerciais com a Europa cortadas, a industrialização japonesa era vantajosa para a ampliação de suas exportações na região.

Sendo assim, durante a Primeira Guerra Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu anualmente cerca de 10%, aumentaram os lucros industriais, as exportações e a quantidade das reservas de ouro, favorecendo diversos setores industriais, em especial o setor da marinha e da construção de navios por efeito da sua rápida expansão e lucratividade em virtude do foco no investimento militar (OHNO, 2006). Ademais, por influência desse *boom* econômico, a produção industrial japonesa foi de 1,4 bilhão para 6,8 bilhões de ienes entre o período de 1914 a 1918 (GORDON, 2003). Outro importante fator para a industrialização japonesa foi sua extensão geográfica em 1914, conforme o mapa 1:

Mapa 1 - Império do Japão em 1914



Fonte: NOVA ZELÂNDIA, 2014, s/p.

Em sua configuração territorial encontrada no início da década de 1910, as anexações de Taiwan e Coreia eram importantes para o desenvolvimento econômico da Terra do Sol Nascente. Em ambas regiões, a produção de alimentos, como arroz e açúcar, e matérias primas para o uso exclusivo japonês foi desenvolvida, permitindo a manutenção de seu crescimento econômico (LEGORRETA, 2017). Como a economia do Império estava em ascensão e necessitava de mais insumos, a influência nessas áreas geográficas não era o suficiente. Dessa forma, no ano de 1915, a China também foi alvo de ações expansionistas, por meio das chamadas 21 Exigências, com as quais o governo japonês adquiriu o reconhecimento do território de Shandong como parte do Império nipônico e concessões na Mongólia e Manchúria (HENSHALL, 2004). Anos mais tarde, em 1918, o Japão com sua força marítima, apoiado pelos Aliados, interviu na Sibéria com o objetivo de fortalecer a sua influência tanto na Rússia, quanto, principalmente, na região da Manchúria (HOSOYA, 1958). Por conseguinte, o crescimento econômico japonês se mantinha, haja vista o controle de regiões estratégicas economicamente pelo fato de que suas matérias primas permitiam a ascensão das exportações e indústrias japonesas, aproveitando-se, inclusive, para expandir seu território e influencia diante da conjuntura internacional.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Japão havia alcançado o seu objetivo de se aproximar das grandes potências ao se tornar uma potência regional. De acordo com Dickinson (2018), isso foi possível devido à geopolítica japonesa e aos auxílios prestados para com os Aliados, tais como eliminar as forças alemãs instaladas na China e no Pacífico, o escoltamento das tropas britânicas para o Oceano Índico e o fornecimento de armas, transportes e empréstimos necessários aos países dessa coalizão. Dessa maneira, na Conferência da Paz de Paris, em 1919, o Japão estava ao lado dos vitoriosos. Porém, a aproximação tão desejada pelo Império japonês com as potências ocidentais, logo viria a se mostrar um objetivo superestimado.

Mesmo possuindo receios em relação à criação de uma organização cuja finalidade era garantir a segurança coletiva, considerando as possíveis limitações que o seu Império poderia sofrer, o Japão decidiu participar da Conferência de Paris, devido ao seu temor de exclusão internacional caso fizesse o contrário (MACHADO, 2016). Durante a Conferência, o Japão conseguiu a anexação oficial das Ilhas Marianas, Marshall e Carolinas e da província chinesa de Shandong como parte de seu território nacional, continuando a expansão de seu Império. Em contrapartida, outras deliberações não foram satisfatórias. Conforme demonstrado por Magno (2015), uma das insatisfações do Império do Japão em relação à Conferência foi a

determinação de dividir o continente asiático em zonas de influência, favorecendo o monopólio comercial colonial e desfavorecendo o livre fluxo de bens e pessoas que eram essenciais para a garantia dos recursos para o desenvolvimento econômico e social japonês.

Ademais, a pauta de reconhecimento de igualdade racial por parte dos japoneses entre os povos do ocidente foi negada em uma das cláusulas da Liga das Nações. Nessa decisão, os principais opositores foram a Austrália, que não queria colocar em risco a sua política de “Austrália Branca”, e os EUA, que possuíam restrições para os imigrantes de origem asiática e leis discriminatórias para com sua própria população negra, não sendo possível a aprovação dessa pauta (ANDRESSEN, 2002). Nesse sentido, verificou-se que o Japão obteve o respeito internacional das demais nações devido à expansão de seu poderio militar, não sendo isso suficiente para que sua população fosse vista como igual às do Ocidente, perpetuando assim a discriminação racial. Apesar desses reveses, o imperador Taisho ratificou o Tratado de Versalhes no ano de 1919 e afirmou seu compromisso como membro da Liga das Nações, levando em consideração que um maior reconhecimento internacional poderia melhorar o desenvolvimento japonês e gerar uma cooperação com as Grandes Potências.

Outro episódio internacional marcante da Era Taisho foi a Conferência de Washington que ocorreu entre os anos de 1921 e 1922, cujo foco principal era discutir a questão da segurança na Ásia Oriental. Dentre os acordos firmados, destacou-se o acordo denominado como Limitação de Armamento Naval (1922), conhecido como Tratado das Cinco Potências, em que a tonelagem total de substituição das forças navais respeitaria o limite de 175.000 toneladas para a França e a Itália, 525.000 toneladas para os EUA e a Grã-Bretanha e 325.000 para o Japão. Além disso, os EUA, a Grã-Bretanha e o Japão deveriam manter suas capacidades marítimas em uma proporção de 5:5:3, respectivamente. De acordo com Gordon (2003), o Império japonês aceitou essa sugestão, porque as forças britânicas e estadunidenses prometeram não construir fortificações navais no oeste do Oceano Pacífico.

Já o Tratado das Nove Potências feito entre Japão, China, EUA, Grã-Bretanha, Itália, França, Portugal, Bélgica e Holanda tinha como objetivo principal estabilizar a distribuição de poder na China de maneira multilateral, desejando preservar ao mesmo tempo o *status quo* (MORGENTHAU, 2003). Ao longo das negociações, se oficializou a devolução da península de Shandong, que estava anexada ao território japonês, para a República da China (CHUSID, 2008). Desse modo, tendo em conta esses tratados, os primeiros sinais de uma possível danificação nas relações futuras do Japão com as potências ocidentais podiam ser percebidos, diante do fato que o Império japonês estava sendo cada vez mais limitado pelas ambições de

outros Estados, além de estar passando por importantes transformações sociais, políticas e uma forte crise econômica internamente, fatores que viriam a causar a volta do expansionismo e da militarização japonesa na Era Showa. À vista disso, para compreender as modificações pelas quais o Império japonês passou ao longo da Era Taisho, tornou-se necessário analisar não somente o âmbito internacional, como o doméstico a partir de 1914.

Diante da industrialização do Japão no período da Primeira Guerra Mundial, o polo econômico distanciou-se da zona rural e focou-se nas áreas urbanas. Como consequência, ocorreu o surgimento de diversas indústrias que, de 1905 a 1920, foram de 2.500 fábricas que geravam 189 milhões de ienes para 12.000 companhias industriais cujos recursos monetários ultrapassavam três bilhões de ienes (LEGORRETA, 2017). Simultaneamente, o número de proletariados sofreu um crescimento saltando de 400.000 em 1897 para 1.7 milhões no ano de 1918 (HOSTON, 1984). De fato, a Grande Guerra permitiu o crescimento econômico japonês, porém, ao longo desses quatro anos, a inflação subiu constantemente e o poder de consumo da população diminuiu (OHNO, 2006), demonstrando que, embora estivesse ocorrendo uma entrada de capital no Japão, a riqueza era distribuída de forma desigual.

Tal situação provocou os assim designados “Tumultos do Arroz”, de julho a setembro de 1918, que viriam a modificar as estruturas políticas e sociais vigentes. Essas manifestações aconteceram em 38 cidades, 155 vilas e 177 vilarejos, e tinham como objetivo repudiar o aumento anormal dos preços das commodities, em especial do arroz, por causa da inflação e demandar, inclusive, o aumento da liberdade de expressão e do sufrágio universal de voto (TAKAYOSHI, 1966). Com a efervescência desses movimentos sociais que continuaram até o final do reinado atual, iniciou-se, em 1918, a chamada “Democracia Taisho” em que a classe média e os menos abastados requeriam sua maior participação e representação na esfera política japonesa que era comandada pela aliança entre os partidos políticos e os *zaibatsu* que estavam lucrando com o rápido desenvolvimento industrial japonês. Diante da crise econômica que estava por vir, esses movimentos se fortaleceriam.

Após a Primeira Guerra Mundial, as potências ocidentais estavam se preparando para reestruturar seus mercados internacionais antigos, fazendo com que a economia japonesa começasse a cursar seu declínio em 1920. Em março desse mesmo ano, o capital injetado pelos investidores estrangeiros caiu abruptamente, diante da previsão do fim do *boom* econômico nipônico, causando a suspensão das atividades de 21 bancos japoneses (SHIZUME, 2009). Além do mercado de ações ter despencado em 55%, a indústria de commodities estava sendo afetada negativamente através da volta da competição comercial,

causando a redução no preço do algodão e da seda, respectivamente, em 60% e 70% (OHNO, 2006).

Agravando a crise econômica e o fervor social, em 1923, ocorre o Grande Terremoto de Kanto, de magnitude 7.9 na escala Richter, responsável pela destruição da cidade de Yokohama e de metade de Tóquio, ao causar grandes incêndios, assim como a morte de cerca de 100.000 pessoas e mais de três milhões de desabrigados (ANDRESSEN, 2002). Por conseguinte, foram liberadas as chamadas “*rediscounting earthquake bills*” pelas quais empréstimos especiais eram emitidos para os bancos afetados da região, tendo como objetivo que as empresas continuassem a injetar liquidez de capital e a manutenção da atividade econômica, porém, na prática, diversas companhias e bancos vinculavam suas antigas dívidas a esse projeto, dificultando a realização desse plano (OHNO, 2006).

Além do mais, outro episódio causado por esse desastre natural foi o assassinato de centenas de coreanos que viviam em Tóquio por japoneses motivados ou pelos rumores de que essa população estrangeira havia sido responsável por criar incêndios após o terremoto ou pela crença de que os Deuses estariam bravos pela presença de outros povos no solo sagrado japonês (HENSHALL, 2004). Internacionalmente, esses atos contribuíram para a danificação da imagem de Tóquio. A partir desse episódio, percebeu-se o agravamento da crise econômica japonesa, além da constatação de ações pautadas na xenofobia e na crença de valores de caráter religioso.

Nesse aspecto, foi primordial identificar que, depois de 1918, sociedades semi-secretas surgiram no Japão. Em contrapartida às pressões populares encontradas na “Democracia Taisho”, essas coletividades combatiam os valores democráticos, impulsionavam a aversão ao estrangeiro e mantinham a ideia de supremacia do Japão na Ásia (LEGORRETA, 2017). Entre esses grupos ultranacionalistas pode-se citar a Sociedade para o Estudo da Diplomacia que possuía em sua agenda metas como, por exemplo, o aumento da glória nacional a partir da mobilização da nação japonesa e a militarização considerando que todo indivíduo era um soldado e na preservação das características nacionais japonesas (SKYA, 2009). Futuramente, essas ideias estariam presentes no ultranacionalismo xintoísta radical que desestabilizaria o Império domesticamente, em especial, ao longo da década de 1930.

Devido à crise econômica instaurada no Império japonês, os sindicatos japoneses aumentaram gradativamente suas instituições, alcançando um total de 432 organizações pautadas na defesa dos direitos trabalhistas ao redor do Japão (TAKAYOSHI, 1966). Com cada vez mais mobilizações sociais e trabalhistas, em 1925, a Casa dos Representantes

aprovou o sufrágio de voto para os homens acima de 25 anos e permitiu a candidatura a cargos eletivos de homens a partir de 30 anos de idade (MOLONY, 1999). Nessa decisão, teve-se o fim do pré-requisito de renda mínima necessária para votar, existente desde a promulgação da Constituição de 1889 e a expansão do voto para um maior percentual da população, no entanto as mulheres foram excluídas. No mesmo ano, a Lei de Preservação da Paz foi aprovada, tornando ilegal qualquer movimento coletivo ou ação pessoal que reivindicasse mudanças fundamentais no arcabouço político, além de robustecer a polícia, demonstrando que, embora uma maior parcela da população pudesse votar, a oligarquia presente no Estado japonês estava se fortalecendo. De acordo com Reynolds (2004), essa lei criou o espaço ideológico para que fosse possível a perpetuação dos grupos de direita, principalmente os que jurassem extrema lealdade ao imperador.

Vale ressaltar também que, mesmo com maior participação do povo na esfera política, vários órgãos originados pela Constituição de 1889 não haviam sido abolidos e permaneciam com sua autoridade legal, perpetuando a inferioridade da Casa dos Representantes perante outras instâncias do governo japonês (TAKAYOSHI, 1966). Ademais, a soberania continuava nas mãos imperiais e aumentava-se a autoridade daqueles governantes que se identificavam com a vontade do Império que, em sua maioria, possuíam contato direto com imperador, por meio de arranjos institucionais formais e não tinham interesse em sair do poder (HOSTON, 1984). Dessa forma, averigou-se que as demandas feitas ao longo da “Democracia Taisho” não estavam completas e não eram suficientes para uma real mudança no escopo do Estado japonês. Ao invés disso, possibilitaram o fortalecimento do imperador na estrutura política, assim como de outras bases governamentais que não necessariamente governariam para o povo.

2.4. Era Showa e o Retorno do Imperialismo Japonês

Em virtude da morte do imperador Taisho em 25 de dezembro de 1926, seu filho Hirohito tornou-se a autoridade imperial do Japão, iniciando a Era Showa, cujo significado é “Paz Brilhante” (HENSHALL, 2004). Ao longo dos primeiros anos dessa demarcação de período que se estende até 1989, sendo o reinado mais longo já registrado no país, pode ser questionado se a palavra “paz” realmente estava presente no território japonês. No período analisado nesse subtópico, de 1926 a 1945, o Japão sofreu fortes reveses econômicos, uma instabilidade política causada por terrorismos oriundos de ultranacionalistas xintoístas radicais

no início da década de 1930, começou seu processo de expansão territorial pautado no pan-asiaticismo, foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, além de outras eventualidades encontradas em sua política externa.

Nos primeiros seis meses de império, Hirohito tinha um Japão que se encontrava em um forte desequilíbrio bancário na chamada Crise Financeira de 1927. Como consequência, é importante ressaltar a estagnação econômica que o Japão estava sofrendo desde 1920 e o Grande Terremoto de Kanto de 1923 em que diversos empréstimos ainda estavam sendo feitos, justamente para recuperar as economias bancárias. O início da piora desse abalo monetário se deu quando o ministro das finanças, Naoharu Kataoka, declarou erroneamente, no dia 14 de março de 1927, que o Banco Watanabe, um dos 5 mais ricos do Estado, havia falido, causando uma forte onda de pânico, sobretudo na grande metrópole de Osaka e na capital imperial, o que culminou no fechamento de diversos pequenos bancos em razão da retirada de depósitos por parte da população (OHNO, 2006).

Em menos de duas semanas, o pânico financeiro alcançou escala nacional diante da dificuldade financeira existente entre o Banco de Taiwan e a Suzuki Shoten, uma importante companhia comercial japonesa sediada em Kobe, Osaka e Tóquio que se desenvolveu durante o crescimento econômico japonês (SHIZUNE, 2009). Na entrada da década de 1920, a Suzuki Shoten começou a ter problemas em suas reservas, necessitando, assim, de empréstimos bancários. Como o Banco de Taiwan também era um banco comercial, conseqüentemente, iniciou-se uma relação entre essas duas instituições em que créditos eram cedidos à reestruturação da empresa japonesa em questão. No entanto, como a corporação Suzuki não pagava seus empréstimos recebidos, em 27 de março de 1927, o Banco de Taiwan se recusou a conceder mais capitais nessa relação, culminando em uma segunda desestabilização bancária na qual os bancos japoneses tiveram suas reservas diminuídas (OHNO, 2006). Dessa forma, medidas de caráter estabilizantes precisaram ser tomadas com o intuito de não desequilibrar a economia nacional, assim como os investimentos internacionais.

Sendo assim, no dia 22 abril de 1927, o governo japonês ordenou uma moratória de duração de três semanas na qual não seria possível retirar saques bancários de grandes quantidades de capital, além de um empréstimo de um fundo de ajuda especial aos bancos que necessitassem (YUKIO, 1976). Por conseguinte, essa curta crise bancária foi solucionada, porém com o custo da falência de um quarto dos bancos existentes no Japão (HENSHALL, 2004). Nesse sentido, ocorreu um aumento na concentração de capital nos bancos japoneses.

Outrossim, como consequência apontada por Legorreta (2017), os *zaibatsu* se aproveitaram da situação para comprar a preços baixos ações japonesas e expandir o seu prestígio.

Após esse episódio, em busca de maior estabilidade por meio da deflação que valorizaria o iene, em janeiro de 1930, o ministro das finanças decidiu reinserir a economia do Império japonês no Padrão Ouro, que havia sido abandonado durante a Primeira Guerra Mundial, sendo esse o mesmo Sistema Monetário Internacional em que os EUA estavam inseridos. Porém esse objetivo foi interrompido, diante da quebra da bolsa de valores de Wall Street em Nova York, em outubro de 1929, colaborando para uma nova crise econômica no território japonês ao longo da chamada Grande Depressão (1929-1931).

Em face dessa situação, sequelas foram sentidas na área econômica, política e social. Conforme demonstrado por Hobsbawm (1995), a indústria da seda, que havia triplicado sua produção nos últimos quinze anos para abastecer o mercado estadunidense, sofreu 90% de suas exportações, assim como o preço do arroz e do trigo despencaram pela falta de mercado e por causa dos próprios agricultores que acreditavam que ao produzir mais safras, seria possível estabilizar os preços, tendo isso, na verdade, um efeito reverso. Semelhantemente, as zonas urbanas japonesas sofriam com cortes salariais em lojas e fábricas, aumento do desemprego e a falência de milhares de empresas, contribuindo para a existência de disputas trabalhistas e agrárias compostas por mulheres e homens que haviam perdido seus empregos (GORDON, 2003).

Conforme as zonas rurais tinham suas produções e economias declinando em maior proporção que a zona urbana, além de casos de fome, o exército Imperial conseguia se favorecer ao alistar camponeses à sua força de batalha. Levando em consideração a maior inclinação às tradições japonesas e ao modo de vida padrão por parte da zona rural, em comparação com a urbana que possuía uma maior modernidade, perpetuaram os pensamentos conservadores do exército (HENSHALL, 2004). Além do mais, “as áreas rurais levaram a uma demanda dentro das forças armadas de tomar medidas para resolver os problemas do Japão, que alimentaram ainda mais os fogos do ultranacionalismo e do imperialismo²” (ANDRESSEN, 2002, p.101, tradução nossa).

Na esfera política, a Grande Depressão contribuiu para uma maior desilusão da população em relação aos governantes e partidos japoneses, contribuindo para o aumento de prestígio do símbolo do imperador. Ademais, começou uma crença generalizada, incluindo os militares, de que o governo recebia influência demasiada das grandes empresas japonesas, por

² rural areas led to a demand within the military that it take steps to solve Japan's problems, which further fed the fires of ultra-nationalism and imperialism.

meio, então, dos *zaibatsu*'s, resultando em corrupção, além do apontamento da população de que uma das causas para tal situação era a influência ocidental no território nacional (HENSHALL, 2004), minando ideias como democracia que foi reivindicada durante a Era Taisho. Consequentemente, constatou-se uma maior estima da população para com o exército japonês, tendo em conta que outros âmbitos governamentais estavam degradando-se diante dos obstáculos econômicos e sociais que assolavam o Estado. Por conseguinte, ocorreu o aumento do apoio de movimentos de caráter reformatórios, totalitários e fascistas defendidos pelos grupos políticos da extrema direita, militares, nacionalistas e por pessoas comuns que estavam desapontadas com o governo partidário (OHNO, 2006).

Ponderados os frutos da Grande Depressão, percebeu-se a formação de um novo Japão que, logo no início da década de 1930, retornaria às suas metas expansionistas no continente asiático e que impulsionaria o Estado para diferentes conflitos, tais como a Segunda Guerra Mundial. Essa mudança pode ser assimilada à frente do fortalecimento da notoriedade de ideias totalitárias e dos militares japoneses, em detrimento do liberalismo, dos grupos políticos e das grandes empresas japonesas, da maior inimizade aos ideais estrangeiros, do aumento dos movimentos ultranacionalistas e, por fim, na maior valorização do imperador. Desde o início da Era Showa, pensamentos com esse caráter já estavam inseridos na sociedade, sendo impulsionados diante das crises ocorridas. Conforme Szpilman (2004), destacou-se, dessa forma, a criação de organizações ao longo da década de 1920 como, por exemplo, a Kokuhon que defendia valores totalitários, assim como o pensamento de Kanokogi Kazunobu (1884-1949), professor de filosofia na Universidade Imperial de Kyoto, que acreditava que para o Japão se tornar um Estado totalitário de sucesso era necessário uma autarquia, além da rejeição do liberalismo, da democracia e do pacifismo.

Além do mais, o distanciamento entre o Japão e o Ocidente viria a aumentar nesse período de crise no dia 22 de abril de 1930 após a assinatura do Tratado Naval de Londres. Nessa conferência, foi discutida se a proporção da capacidade militar marítima de 5:5:3 existente entre os EUA, a Grã Bretanha e o Japão desde a Conferência de Washington de 1922 se manteria, ou não. De acordo com Gordon (2003), a meta japonesa era alcançar uma nova proporção de 10:10:7 com os outros dois Estados comprometidos nesse acordo. No entanto não foi permitido o aumento da capacidade militar de todos os navios japoneses. Internamente, em meio ao descontentamento do exército e da população ligada com pensamentos nacionalistas, deu-se início a uma grande instabilidade política.

Próximo dessa mesma época, em setembro de 1931, as forças militares japonesas chamadas de Kwantung localizadas na Manchúria e ligadas à direita do governo, diante de uma suposta explosão por parte dos chineses em uma linha ferroviária japonesa localizada na região iniciam suas investidas militares contra o Estado chinês. Desde o final da Guerra Russo-Japonesa (1905), por meio do Tratado de Portsmouth, o Império japonês possuía controle ferroviário na região sul da Manchúria, podendo, também, estacionar suas tropas na região (MACHADO, 2016). Dessa forma, essa suposta ofensiva chinesa, embora nunca tenha sido comprovado se não foram os próprios japoneses que haviam planejado a explosão, legitimou uma resposta militar por parte do Império japonês. Como consequência desse conflito:

O Incidente da Manchúria de 1931-1932 foi o pretexto para que se decidisse a criação do Estado fantoche do Manchukuo na província ocupada de Manchúria. Mais que uma colônia japonesa, e longe de ser um Estado independente, como se queria fazer passar, o governo japonês reteve completa autoridade sobre o território do novo Estado, em cujo trono se colocou o último imperador da dinastia Qing, que governou China, Pu Yi, como imperador³ (LEGORRETA, 2017, p.258, tradução nossa).

Dessa maneira, o Império japonês possibilitou sua maior influência na China e maior exploração das fontes minerais, favorecendo as suas indústrias. Em contrapartida, esse ato, somado à invasão japonesa em Xangai no ano de 1932, não era apoiado pela comunidade internacional. Como resultado, em fevereiro de 1933, a assembleia da Liga das Nações desaprovou o controle nipônico na Manchúria por 42 votos a 1, sendo do Japão o único voto a favor da situação na região (IENAGA, 1979). Como maneira de protesto, o Império japonês se retirou dessa organização. A partir desse momento, pôde-se perceber que o Japão não estava satisfeito com o *status quo* no qual os Estados ocidentais não permitiam o desenvolvimento e crescimento pretendido pelo Império.

De modo consequente aos reveses domésticos e internacionais anteriores, resurgiu, em 1933, o interesse de retomada do perfil expansionista japonês, por meio da criação do projeto conhecido tanto como Pan-Asianismo, quanto como Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental. A intenção desse ideal era a de unir os povos da região da Ásia Oriental, tendo o Japão como líder, para assim obter respaldo para a extensão territorial japonesa sobre o

³ El Incidente de Manchuria de 1931-1932 fue el pretexto para que se decidiera la creación del Estado títere del Manchukuo en la provincia ocupada de Manchuria. Más que una colonia, y lejos de ser un Estado independiente, como se quería pasar, el gobierno japonés retuvo completa autoridad sobre el territorio del nuevo Estado, en cuyo trono se puso al último emperador de la dinastía Qing que gobernó China, Pu Yi, como emperador.

continente sem a intervenção das potências ocidentais (MACHADO, 2016). Nessa estratégia, vale ressaltar que o Japão era colocado como líder das diferentes sociedades asiáticas não somente por ser a nação mais desenvolvida da região, mas, principalmente, pela consideração de superioridade racial, cultural e espiritual e pelo dever divino em proteger região (SZPILMAN, 2004).

Com isso, notou-se uma forte influência das características xintoístas de que o território japonês era sagrado, haja vista sua criação pelos Deuses, sendo o Japão o escolhido para proteger o continente asiático. Paralelamente, pôde-se sugerir que o desejo de expansão territorial japonês existia, pois essa ação era vista como a solução, em especial, para os problemas econômicos gerados durante a Grande Depressão, o rápido aumento demográfico da população japonesa e a falta de terras propícias à agricultura (CHIARELLI, 2013).

De acordo com Morgenthau (2003), um Estado se torna imperialista a partir do momento em que toma decisões que alteram as relações de poder entre duas ou mais nações e que visem a demolição da estrutura vigente do Sistema Internacional defendida pela política de manutenção do *status quo*. Baseando-se nesse conceito, a saída do Japão na Liga das Nações e a manutenção do Estado de Manchukuo por sua parte, podem indicar a volta do imperialismo na política externa japonesa, assim como vista anteriormente durante a Era Meiji. Poucos anos depois, a suposição de se o Japão estaria formulando, ou não, políticas pautadas no imperialismo se confirmariam na sua aliança com a Alemanha e Itália em 1937 e com o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa também no mesmo ano. Por fim, diante de sua entrada na Segunda Guerra Mundial, não restariam dúvidas de que o Japão havia se tornado um Estado imperialista. Para compreender o que levou o Japão a adotar novamente essas ações de maneira clara, foi necessário analisar o seu âmbito interno.

Domesticamente, após o Tratado Naval de Londres de 1930, iniciou-se uma grande instabilidade no Japão liderada por facções militares e por grupos ultranacionalistas, diante da insatisfação japonesa em relação à derrota diplomática na capital da Grã-Bretanha. Ao longo de 1931 a 1936, três dos quatro primeiros-ministros japoneses desse período, assim como diversos outros ministros e *zaibatsu*'s, foram assassinados por ataques planejados por grupos Ultranacionalistas Radicais Xintoístas liderados por oficiais militares e civis que desejavam reformas nacionais que permitissem o expansionismo japonês e o maior poder ao imperador Showa (SKYA, 2009). Considerando o passado japonês, teve-se nessa época a espécie de uma “Restauração Showa”, em que parcelas da população visualizavam o imperador como governador divino e ideal para o Império, não mais como um órgão do Estado.

Conforme demonstrado por Yukio (1976), a maior base de apoio e participação desses movimentos era composta por pequenos burgueses, fazendeiros independentes, lojistas, dentre outros setores frágeis da sociedade que juntos formavam a maioria da população do Império e focavam suas frustrações nesses movimentos radicais. Dessa maneira, percebeu-se uma nova balança de poder a favor dos militares e uma grande devoção do imperador vinda das classes menos abastadas da população. Como descrito anteriormente, o exército alistava, em sua maioria, pessoas da zona rural que viam no serviço militar uma forma de se sustentar. Dessa forma, em face da maior quantidade de soldados de origem campesina, a ideologia militar pautada nas tradições japonesas de respeito à disciplina, valentia, devoção ao dever e reverência ao imperador se consolidaram (LEGORRETA, 2017). Portanto, levando em consideração as transformações no exército e o apoio recebido pelos grupos ultranacionalistas por grande parte da população, o conflito japonês na Manchúria, assim como sua saída da Liga das Nações e o conceito de Pan-Asianismo eram vistos com bons olhos pelas massas da população.

Para assimilar a dimensão da radicalização pela qual o Império japonês estava passando, foi importante compreender as principais características dos grupos Ultranacionalistas Radicais Xintoístas. Segundo Skya (2009), podem-se evidenciar cinco características: 1) essas comunidades de pessoas assassinavam de maneira seletiva os seus alvos, sendo a sua maioria burocratas e políticos e raramente atingindo demais civis; 2) possuíam tendência de assumir seus atos, cometendo suicídio ou se entregando às autoridades; 3) eram a favor do Pan-Asianismo, concordando com a superioridade racial japonesa e desejando libertar os povos asiáticos das forças ocidentais; 4) seus membros se unificaram em sua visão de futuro para o Império; 5) com o passar dos anos, aumentaram seus apoiadores e a frequência de seus atos terroristas. Nesse sentido, cinco golpes de Estado foram orquestrados com o objetivo de retornar o poder do Império somente ao imperador e fortalecer o Pan-Asianismo.

A última tentativa de golpe de Estado ocorreu no dia 26 de fevereiro de 1936. Nesse acontecimento, ao redor de mil e quatrocentos soldados estavam presentes em Tóquio com o objetivo de restaurar, por meio da instalação de um governo militar que apoiaria suas ideias ultranacionalistas, a glória japonesa e a honra do imperador, resultando na morte da maioria dos membros do gabinete japonês, do ex-primeiro-ministro Saitoi e opositores das forças armadas (GORDON, 2003). Após essa investida, veio a desmobilização e enfraquecimento dos grupos ultranacionalistas diante da condenação por parte do imperador Hirohito que se

recusou a ter relação com qualquer ato feito por esses grupos e insistiu que todos os líderes rebeldes fossem levados a julgamento considerados como traidores.

No entanto, após essa última tentativa de golpe de Estado de grande proporção, medidas que gerassem a manutenção do governo precisavam ser promulgadas. Dessa forma, em março de 1937, o ministro da educação publicou o *Kokutai no Hongi* (Princípios cardinais da Nação) que era uma propaganda da ideologia nacional em que se explicava a essência do Japão. Ao longo das páginas dessa publicação, que inicialmente teve 300.000 cópias enviadas para todo o Império, a sacralidade do imperador como ser divino e a perpetuação da linhagem imperial eram exaltadas, o respeito e lealdade ao imperador eram considerados a maior expressão do que era ser japonês e que a harmonia mútua entre a população japonesa seria alcançada pela verdade (CROSS, 1980). Ao distribuir esse conteúdo à população, o governo japonês estava reafirmando a divindade do Império japonês, assim como do próprio território japonês. Utilizando-se dessa ação pautada em preceitos xintoístas, desejou-se diminuir os ânimos nacionalistas que viam a gestão e administração pública do Império com maus olhares.

Outra ação do governo para restaurar um maior controle do Império foi que, diante da radicalização e assassinatos em relação aos primeiros-ministros nomeados, em 1937 o príncipe Konoe Fumimaro assumiu o gabinete do Império japonês, possuindo como promessas a reconciliação entre os civis e militares, assim como a promoção de uma política externa em prol da integração Pan-asiática (MAGNO, 2015). Ao nomear um membro da família real ao cargo de primeiro-ministro, acreditava-se que os ataques físicos ao governo seriam minimizados. De fato isso ocorreu, porém com a eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1937 após o atentado na Ponte Marco Polo em Pequim, Konoe teria sua política externa dependente dos militares até o final desse conflito em 1945 e, ao longo desse período, a economia japonesa se focaria na expansão de seu poderio bélico. Vale ressaltar que, desde 1936, o Japão estava livre para prosseguir o rearmamento de suas frotas marítimas, levando em conta que o Tratado das Cinco Potências assinado na Conferência de Washington havia expirado nesse mesmo ano. Além disso, desde esse mesmo ano, o orçamento para as questões militares aumentou, a indústria pesada orientou-se para a guerra e somente almirantes e generais em serviço militar ativo poderiam se tornar ministros do exército e da marinha (HENSHALL, 2004).

No âmbito internacional, vale salientar que existia a necessidade de apoio internacional para que fosse possível a perpetuação do plano de expansão japonês. Como os EUA e a Grã-Bretanha possuíam interesses na China, uma aliança com essas duas potências

estava fora de cogitação. Dessa maneira, como a Itália e a Alemanha também não eram a favor da manutenção da estrutura do *status quo*, tendo ambas se retirado da Liga das Nações, respectivamente, em 1933 e 1937, um pacto de não agressão entre o Japão e esses Estados foi criado com o objetivo de balancear o poder com o ocidente e garantir as metas imperialista do Império (MACHADO, 2016). Esse pacto resultou na formação do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial e foi mantido até o último ano do conflito.

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, o maior foco das forças ocidentais localizadas no continente asiático estava na Europa, sendo esse um momento propício para a expansão do Império japonês. Como resultado, as primeiras ações japonesas foram o aumento de sua influência na Indochina (Vietnã, Camboja e Laos), perante a possibilidade de garantir arroz, carvão e estanho para o Império, assim como um fácil acesso à China, e o acordo com a Tailândia que se sujeitou aos planos japoneses após ter recebido territórios nipônicos na região de Laos e Camboja (LEGORRETA, 2017). Em setembro de 1940, também foi assinado o Pacto do Eixo, no qual Alemanha, Itália e Japão se ajudariam caso um deles fosse atacado por algum Estado que não estava presente na Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1941, a procura de mais recursos para o incremento interno de seu Império, o Japão lançou uma maior investida na Indochina francesa, atual região do Vietnã. Essa maior atividade na região, aumentou a desconfiança dos EUA em relação ao próprio Japão, pois o fortalecimento desse Estado poderia desestabilizar o continente asiático, sendo isso um risco para os territórios estadunidenses na região, tais como a Filipinas, além de um empecilho ao comércio com a China. Diante disso, iniciou-se um embargo econômico por parte dos EUA, Grã-Bretanha e Holanda ao Japão, bloqueando, assim, suplementos minerais e cerca de 75% do petróleo importado pelo Império (ANDRESSEN, 2002). Sem, principalmente, o petróleo, a máquina de guerra japonesa estava fadada ao fracasso.

Nesse sentido, vale enfatizar que, conforme demonstrado por Smethurst (2012), as regiões mais próximas do Japão que se tornaram interessantes de serem anexadas perante esse embargo eram as Índias Orientais Holandeses, atual Indonésia, que tinha grande quantidade de petróleo e a Malásia Britânica pelas suas reservas de ferro. Logo, geopoliticamente, era necessário afastar a presença estadunidense no continente o máximo possível, tencionando possíveis investidas nas Filipinas e na base naval marítima de Pearl Harbor, localizada no Havaí. Por conseguinte, no dia 7 de dezembro, ocorreram ataques militares surpresas por parte da marinha japonesa na Malásia Britânica e em Pearl Harbor. Nessa última localidade,

as consequências aos estadunidenses foram severas, possuindo ao redor de 3000 soldados mortos, a perda de 3 *destroyers*, 180 aeronaves e 4 navios de batalha, além de danos a outros equipamentos (HENSHALL, 2004). Diante de tais atos, o Japão entrou na Guerra do Pacífico ao declarar guerra à Grã-Bretanha e aos EUA, recebendo, assim, a mesma resposta desses dois Estados. Respeitando o Tratado do Eixo, Itália e Alemanha também declararam guerra aos EUA, impulsionando esse conflito internacional.

No começo do conflito, o futuro do Japão pareceu promissor diante do fortalecimento do Pan-Asianismo. Ao longo de 1942, o Império japonês se estendeu ao longo do sudeste asiático, anexando territórios como a Malásia e Indonésia, garantindo também a independência da Tailândia, Birmânia e Filipinas (GORDON, 2003). No entanto, com a consolidação e investimento dos EUA na área militar, em um conflito de longa duração como a Segunda Guerra Mundial, o Japão não conseguiu combater e acompanhar essa superioridade estadunidense. Dessa maneira, o desmoronamento japonês estava cada vez mais próximo, em consonância com o enfraquecimento do Eixo em relação aos Aliados. A vulnerabilidade do Império era tamanha que no final de 1944, forças aéreas estadunidenses destruíram as maiores cidades do Japão, com exceção de Kyoto, por meio de bombas incendiárias e, em março de 1945, instalaram tropas em Okinawa (OHNO, 2006). Além disso, a população sofria cada vez mais com a pobreza generalizada encontrada no Império.

Diante do assassinato de Mussolini e do suicídio de Hitler, ambos acontecimentos em abril de 1945, a guerra na Europa se encerrou e faltava apenas derrotar a cidade de Tóquio. Dessa forma, com o objetivo de reorganizar as relações entre os países no futuro pós-guerra, ocorreram as Conferências de Yalta e a de Postdam. De acordo com Visentini (2012), na Conferência de Yalta, além de ter sido acordado que a Alemanha não seria dividida, a URSS se comprometeu, com os EUA, em atacar a região da Manchúria controlada pelos japoneses, três meses após a derrota alemã. Rumo à rendição do Japão, a Declaração Postdam foi criada, tendo como países signatários, por exemplo, os EUA, a Grã-Bretanha e a China, e tinha como objetivo instaurar no Japão um período de ocupação, a destruição das indústrias de guerra, a destituição das forças militares, a institucionalização da democracia, dentre outras propostas (LEGORRETA, 2017). Embora o imperador e o conselho supremo de guerra fossem a favor dessas cláusulas, as forças armadas japonesas repudiaram essa declaração.

Logo, percebeu-se que o Japão só seria derrotado por meio da força, sendo lançada então, pela primeira vez em um conflito, uma bomba atômica na cidade de Hiroshima no dia 6 de agosto. Dois dias depois, a URSS, que em 1939 possuía um conflito não oficializado com

o Japão na região da Mongólia, declarou guerra ao Império japonês, invadindo a Manchúria e a Coreia (VISENTINI, 2012). Por fim, no dia 9 de agosto uma segunda bomba atômica atingiu a cidade de Nagasaki, causando ao redor de 70.000 mortes (MOURÃO, 2005), assim como a destruição de seu entorno. Pôde-se questionar, na conjuntura em que o Japão não possuía aliados internacionais e era inimigo de grandes potências, se as duas bombas atômicas eram realmente necessárias ou foram somente uma estratégia de demonstração do poder estadunidense que seria interessante após o final do conflito. Internamente, diante da miséria doméstica, de sua falência econômica e militar, além do desejo de fim da guerra pelo imperador e pelo conselho supremo, o Japão alcançaria o seu colapso sem a necessidade de sofrer dois ataques nucleares. Incontestavelmente, o Império japonês pautado em um xintoísmo radical e no imperialismo encontrou seu fim ao se render por completo, inclusive as forças armadas, no dia 15 de agosto de 1945. A partir desse momento, o Japão perdeu todas as suas colônias desde as mais antigas, como a da Coreia, quanto as do Sudeste Asiático. Das cinzas do Império, se iniciaria a formação de um novo Japão.

3. FORMAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS PACIFISTA

Após a rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a ocupação do território japonês pelas forças aliadas lideradas pelos EUA entre 1945 a 1952. Durante esse período, ocorreram diversas modificações estruturais no Japão através de reformas políticas, militares, religiosas e econômicas, tais como, por exemplo, o fim da divindade imperial e a promulgação da Constituição do Japão de 1947, considerada o marco do pacifismo nipônico, tendo em vista o artigo 9º no qual o Estado japonês revoga o seu direito à guerra. Dessa forma, a partir de 1947 a política externa japonesa desenvolveu e manteve o seu caráter pacifista.

Durante a Guerra Fria, eventos como a vitória de Mao Tsé Tung na China, em 1949, a Guerra da Coreia (1950-1953) e o embate entre o campo socialista e o capitalista contribuíram para a restauração econômica japonesa, através do auxílio estadunidense. Outrossim, em 1951, importantes acordos entre o Japão e os EUA foram firmados, sendo eles o Tratado de São Francisco, que retornava a soberania ao governo japonês sob seu território, e o Acordo de Segurança Mútua, no qual os EUA se tornou responsável pela defesa nacional nipônica. Diante dessa nova configuração, o primeiro-ministro Yoshida Shigeru (1946-1947/1948-1954) pôde-se focar no crescimento econômico japonês, implementando a Doutrina Yoshida a década de 1950.

A partir desse momento, a maioria dos primeiros-ministros mantiveram em seus governos laços com os EUA e os valores da Doutrina Yoshida, tendo em vista que essa combinação gerava a segurança e o crescimento econômico do Japão. No entanto, após a explosão da bolha especulativa nipônica, no início da década de 1990, o Japão encontrou a diminuição da sua economia, além de desafios internacionais, tais como a Guerra do Iraque (1990-1991) e a Crise Asiática de 1997 para os quais o seu escopo político não estava preparado. Como resultado, após anos de crescimento econômico, na década de 1990, o Japão se deparou com os malefícios da manutenção de sua política externa pacifista voltada ao comércio, resultando na deterioração de seu status internacional na visão de outros Estados.

3.1. Ocupação do Japão (1945-1952)

Ao caminho do final da Segunda Guerra Mundial, testemunhou-se, no dia 6 de agosto de 1945, um grande avanço tecnológico e científico da humanidade até aquela época. Paradoxalmente, por meio desse aperfeiçoamento que permitiu o lançamento da bomba

atômica estadunidense, também se presenciou a destruição instantânea de parte da cidade japonesa de Hiroshima, assim como a morte de milhares de habitantes. Três dias depois, o alvo dessa nova arma foi a cidade de Nagasaki. De acordo com Mourão (2005), a bomba atômica lançada em Hiroshima equivaleu a uma explosão de 12.500 toneladas de TNT's, causando, aproximadamente, a morte 140.000 pessoas, enquanto que a segunda, com equivalência de 22 mil toneladas de TNT's, resultou cerca de 70.000 fatalidades. No dia 15 de agosto, o imperador Hirohito aceitou a Declaração de Postdam e comunicou ao povo japonês a derrota e a rendição do Império do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Nesse mesmo dia, os EUA, a URSS, a China e a Grã-Bretanha, países membros do grupo dos Aliados, concordaram que o General estadunidense Douglas MacArthur seria o responsável pela ocupação do território japonês. Dessa forma, foi concedido o cargo de Comandante Supremo das Forças Aliadas (SCAP, *Supreme Commander for the Allied Powers*) a MacArthur, propiciando o respeito e a implementação da Declaração de Postdam e dos comandos de Washington (WATANABE, 2011). Ressalta-se que a ocupação possuiu os EUA como líder, devido ao seu poderio econômico e militar no final da Segunda Guerra Mundial (ENDO, 2006).

Dessa forma, oficialmente, a ocupação estadunidense iniciou-se em 2 de setembro de 1945, por meio da assinatura formal e imperial da rendição japonesa sob o navio *Missouri* ancorado na Bahia de Tóquio. Outrossim, vale salientar que, MacArthur se tornou a autoridade máxima no território nipônico, estando o imperador, o primeiro-ministro e a população japonesa subordinados às suas ordens. Devido ao fim da Segunda Guerra Mundial, às duas bombas nucleares e a rendição do imperador às forças Aliadas, a população estava apreensiva com o início da ocupação. Ademais, não estava claro qual seria o destino da vida divina do imperador, o que causava maiores preocupações (KUMANO, 2007). Concomitantemente, existiam também sentimentos de raiva e frustração de uma parcela da população a diversos líderes nacionais, incluindo o imperador Hirohito, tal como pode ser visualizado a seguir:

Sua fé doutrinada na superioridade e invencibilidade divina do Japão estava agora seriamente comprometida. Assim também estava sua fé em seus líderes políticos e especialmente seus militares. Muitos japoneses sentiram raiva, desilusão e um sentimento de traição em relação a esses líderes. Alguns até tinham pensamentos negativos sobre Hirohito, embora não tanto em relação à própria instituição imperial⁴ (HENSHAL, 2004, p.139, tradução nossa).

⁴ Their indoctrinated faith in Japan's divine superiority and invincibility was now seriously undermined. So too was their faith in their political and especially their military leaders. Many Japanese felt anger, disillusionment,

No entanto, mesmo com as incertezas das consequências da ocupação, a população japonesa acostumada com sua submissão aos seus superiores, cooperou, de maneira geral, com as tropas estadunidenses e com MacArthur. Conforme Endo (2006), diversos fatores favoreceram a aceitação pacífica da ocupação, tais como o comando de MacArthur de que as tropas não poderiam ocupar os templos, palácios imperiais e santuários japoneses e deveriam tratar com respeito os japoneses, além da ordem do imperador, destinada à sua população, de colaborar com as forças estrangeiras. Dessa maneira, verificou-se desde o início uma maior inclinação do Japão para a efetividade da apoderação de seu território nacional para com os Aliados, sendo isso fortalecido com as ações pacíficas das tropas. No dia 28 de setembro de 1945, um grande marco dessa relação foi registrada pela fotografia 1:

Fotografia 1 - General MacArthur e imperador Hirohito



Fonte: GORDON, 2003, p.233.

Pôde-se interpretar a imagem anterior, na qual Hirohito, a direita, não está utilizando suas vestes imperiais, mas sim roupas ocidentais, como a completa submissão do Japão às forças de ocupação lideradas por MacArthur. Em uma análise mais profunda, Lozoya e Palma (2017) salientaram que o imperador japonês estava se tornando um ser de carne e osso, não mais uma divindade intocável. Essa relação, entre o monarca japonês e as forças de ocupação, favoreceu cada vez mais a aceitação da população japonesa às tropas estrangeiras.

and a sense of betrayal towards those leaders. Some even had negative thoughts about Hirohito, though not so much towards the imperial institution itself.

Como primeira missão, MacArthur devia desmobilizar e desarmar o Estado japonês. Por conseguinte, a SCAP dissolveu as Forças Armadas japonesas em novembro de 1945, além de criar, entre outubro de 1945 e meados de 1948, tribunais para julgar os indivíduos, principalmente membros do governo e dos *zaibatsu's*, que eram acusados de terem sido responsáveis por atuar no esforço japonês de atuar na Segunda Guerra Mundial (GORDON, 2003). As sentenças iam desde anos de prisão até condenações à morte. Ademais, com o objetivo de garantir que interesses do exército não influenciassem, diretamente, na formulação da nova política japonesa, foi proibido que qualquer militar ocupasse cargos políticos no Japão (MACHADO, 2019). Estimou-se que 700.000 pessoas foram julgadas e 200.000 indivíduos foram retirados de seus trabalhos públicos, por terem apoiado e influenciado o forte nacionalismo e as ações de guerra (HENSHAL, 2004).

Próximo ao final do primeiro ano da ocupação, as forças Aliadas, principalmente britânicas e soviéticas, desejavam incrementar suas participações na ocupação ao diminuir a predominância estadunidense no Japão. À vista disso, para garantir maior participação desses dois atores e evitar a degradação das relações entre esses três países, foi criada, em dezembro de 1945, a Comissão para o Extremo Oriente, cuja função era promover o equilíbrio no comando da ocupação, por meio da discussão entre os representantes dos governos dos Aliados (MACHADO, 2019). Na prática, MacArthur garantiu que a atuação estadunidense se mantivesse como principal modificadora da sociedade japonesa.

Em meio a tantos julgamentos, foi debatido se o imperador deveria, ou não, ser punido por sua administração de Estado. Para os Aliados, em especial a URSS, o imperador Hirohito devia ser considerado como criminoso de guerra e condenado à morte (WATANABE, 2011). Se considerada a importância da imagem do imperador para a unidade política do Japão, sua adoração pela população japonesa e sua origem divina, seu assassinato acarretaria em massivos protestos e, novamente, uma forte aversão dos cidadãos japoneses para com o estrangeiro, colocando em risco o êxito das forças Aliadas. Deste modo, levando em conta os impactos que tal ação poderia acarretar, MacArthur, com o objetivo de levar adiante a ocupação do Japão e não precisar de auxílio de mais tropas, pragmaticamente, decidiu anistiar o imperador Hirohito de todos os seus crimes. Somou-se a isso que, no primeiro de janeiro de 1946, Hirohito assinou a “Declaração de Humanidade”, reconhecendo que:

Os laços entre nós e nosso povo sempre se mantiveram sobre confiança e afeto mútuos. Eles não dependem de meras lendas e mitos. Eles não se baseiam na falsa

concepção de que o Imperador é divino e que o povo japonês é superior a outras raças e destinado a governar o mundo⁵ (JAPÃO, c2003, s/p, tradução nossa).

Dessa forma, através desse ato, o imperador Hirohito assegurou que o povo japonês não era superior aos demais, além de ter renunciado a sua divindade e se tornado humano. De acordo com Endo (2006), esse ato gerou um grande choque aos japoneses que vivenciaram o primeiro imperador que falava e andava, como um ser humano, em meio da população japonesa que não continha indivíduos de seu aparato político. Portanto, devido a esse documento, teve-se o fim jurídico e político do motor ideológico em que o Japão se baseava, sendo eles a divindade do imperador e a superioridade de seu povo.

Para os EUA, a garantia de um Japão pacífico não seria alcançada somente com o fim dos apoiadores do expansionismo nipônico ou com o fim da divindade imperial no poder político, mas também com a implementação da democracia. De acordo com Kumano (2007), a partir desse pensamento, acreditava-se que as estruturas do Japão pré-guerra, assim como os seus valores e pensamentos deveriam ser reorientados, transformando, conseqüentemente, os âmbitos econômicos, sociais e políticos japoneses. Nesse sentido, como os conglomerados industriais foram importantes apoiadores do expansionismo japonês, tendo em vista que por meio de novas colônias e matérias primas eles se beneficiavam com uma maior capacidade de produção, e por sua natureza oligopolista, que não permitia a democratização da economia japonesa, era necessário garantir o fim desse grupo.

Dessa maneira, a SCAP agiu para a dissolução completa dos *zaibatsu's*, fazendo desaparecer, durante os anos de 1946 a 1947, 30 grandes companhias japonesas, incluindo as quatro maiores do país, sendo elas Mitsui, Mitsubishi, Yasuda e Sumimoto (LOZOYA; PALMA, 2017). Além do mais, os lucros em excesso dos *zaibatsu's* foram retirados e se tornou proibido que membros dos conglomerados trabalhassem em suas próprias empresas (HENSHAL, 2004). Ao aplicar essas medidas, esperava-se, assim, tornar o mercado japonês menos monopolizado, possibilitando o surgimento de novas empresas e negócios.

As modificações no terreno empresarial se estenderam ao âmbito laboral, contribuindo para a aquisição de direitos trabalhistas à sociedade japonesa através do encorajamento da SCAP. Assim, Frost (2016) citou três importantes reformas, sendo elas: 1) o direito sindical, a partir de dezembro de 1945, dos trabalhadores se reunirem, negociar e fazer greves; 2) a Lei

⁵朕ト爾等國民トノ間ノ紐帶ハ、終始相互ノ信賴ト敬愛トニ依リテ結バレ、單ナル神話ト傳説トニ依リテ生ゼルモノニ非ズ。天皇ヲ以テ現御神トシ、且日本國民ヲ以テ他ノ民族ニ優越セル民族ニシテ、延テ世界ヲ支配スベキ運命ヲ有ストノ架空ナル觀念ニ基クモノニモ非ズ。

de Ajuste de Relações Laborais de setembro de 1946, em que se permitiu um maior incremento dos procedimentos de mediação; 3) a Lei de Normas Trabalhistas de abril de 1947 que estabeleceu melhores condições de trabalho e pagamento de horas extras. De modo consequente, o número de sindicatos e de trabalhadores associados se elevou. Conforme Henshal (2004), o número de trabalhadores sindicalizados foi de 420.000 a cerca de 7 milhões, entre os anos de 1936 e 1948, filiando 56% da mão de obra japonesa no ano de 1949.

Na esfera pedagógica, levando em consideração que, desde meados do Xogunato Tokugawa, as escolas promoviam a veneração divina ao imperador e o nacionalismo japonês, na visão da SCAP, reformas educacionais eram fundamentais. Nesse sentido, ensinamentos favoráveis ao Estado Xintoísta, ao nacionalismo como preceito moral e à autoridade imperial como líder da nação foram proibidos (NORBECK, 1968). Na nova educação japonesa, conceitos de paz e democracia foram inseridos nas salas de aula, banuiu-se a palavra “Imperial” encontrada nos nomes das Universidades japonesas, como, por exemplo, Universidade Imperial de Kyoto, e livros que glorificavam o poder militar japonês tiveram suas páginas pintadas de preto e, nesta mesma forma, eram disponíveis somente nas escolas (GORDON, 2003). Com a chegada de novos livros, a história japonesa foi descrita em uma ótica estadunidense (LOZOYA; PALMA, 2017). Nesse sentido, embora essas reformas visassem impedir o contato dos estudantes com conceitos que influenciaram o Japão Imperialista, a riqueza cultural e o conteúdo da história japonesa eram apagados e descartados.

Nos primeiros anos de ocupação, a segurança alimentar também se tornou palco de mudanças. Em sua antiga extensão geográfica, a Península Coreana e a ilha de Taiwan eram importantes colônias para a obtenção de alimentos básicos, tais como arroz e açúcar, que já não estavam ao alcance japonês. Ademais, os bombardeios das forças Aliadas que destruíram as estruturas urbanas e rurais do Japão durante a Segunda Guerra Mundial somados com o grande gasto japonês no poder militar, geraram miséria e fome para a população, além de desigualdade e maiores ocorrências de crimes. Sendo assim, para garantir a reestruturação social e econômica da Terra do Sol Nascente, foi-se feita uma reforma agrária no dia 26 de outubro de 1946. A partir dessa data, toda propriedade maior que um hectare que não tivesse dono seria doada aos camponeses e até três hectares poderiam ser exploradas por um só proprietário, sendo o resto vendido a baixos preços, impulsionando, assim, a agricultura familiar que acabou detendo 90% das terras agricultáveis do Japão (LOZOYA; PALMA, 2017).

Por fim, houve a reforma do Código Civil em que novas liberdades à população foram garantidas. Dentre elas, pode-se citar o fato das mulheres deterem, legalmente, os mesmos direitos dos homens, podendo, inclusive, votar, e o fim dos privilégios exclusivos outorgados ao primogênito mais velho, sendo todos os filhos reconhecidos como iguais (NORBECK, 1968). Diante das reformas apresentadas, concluiu-se que, em um curto lapso de tempo, diversas modificações na sociedade japonesa foram institucionalizadas, baseando-se no conceito de democracia e sociedade estadunidense.

Igualmente, tinha-se o objetivo de diminuir a possibilidade da volta de um Japão agressivo e instável. No entanto, ainda faltava a reformulação do maior aparato legal japonês, a Constituição Imperial de 1889 feita durante a Era Meiji. Nesse seguimento, do dia 4 ao 13 de fevereiro de 1946, o General estadunidense Courtney Whitney formulou a nova Constituição japonesa, entregando-a, em inglês, para o primeiro-ministro Yoshida Shigeru e sendo aprovada, após pequenas alterações da Dieta, tanto pela população quanto pela classe política nacional (MACHADO, 2019). A partir do dia 3 de maio de 1947, estava em vigor a nova Constituição do Japão. Embora conhecida como Constituição Pacífica⁶, vale ressaltar que a intenção de sua criação não foi criar um Estado provedor da paz, mas, sim, um Japão que não interferisse nas estruturas do Sistema Internacional como outrora o fizera.

Ao longo do preâmbulo desse novo documento, já se percebiam os novos pilares que norteariam a política nacional e externa japonesa, sendo citada a importância da cooperação pacífica, a promessa de nunca mais participar de guerras por medidas do governo, o respeito pela democracia, o desejo à manutenção da paz e o repúdio à miséria, à tirania e ao medo (JAPÃO, c2012). Para tanto, seus artigos garantem, por exemplo, a soberania da população, direitos à educação e ao bem-estar, igualdade entre as mulheres e os homens, liberdade de expressão e que a Dieta é o único elemento legislativo do Estado e também seu mais alto órgão de poder.

Em contrapartida, a nova Constituição garantiu o fim do status do imperador como divindade e o transformou em um monarca representante do símbolo da unidade nacional, além de deslegitimar e ilegalizar o Estado Xintoísta como religião (FITZGERALD, 2011). Dessa forma, após décadas com a família Imperial no poder político, oficializou-se a separação entre o Estado e a instituição religiosa japonesa, iniciando o processo de secularização no Japão. Novamente, conforme Timothy Fitzgerald (2011), demonstrou-se que, mesmo com essa separação, os preceitos religiosos continuaram no cotidiano da

⁶ Podendo ser visualizada na íntegra no site da embaixada do Japão no Brasil, copyright 2012, através do link a seguir: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>.

população nipônica, estando presentes nos costumes tradicionais japoneses. Consonantemente, na questão militar, aspirando a passividade do Estado japonês, foi aprovado o artigo 9º em que:

Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais.

Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido (JAPÃO, c2012, s/p).

Dessa maneira, ao respeitar a imposição de sua nova Constituição, o Japão renunciou seu direito à guerra e obteve total desarmamento de seus aparatos militares. Porém, o desmonte militar por completo não perdurou por muitos anos, tendo em vista que, conforme demonstrado por Henrique Oliveira (2019), foram criadas forças nacionais de autodefesa no ano de 1954. Apesar disso, como decorrência desse fato jurídico, a política nacional japonesa não necessitava mais gastar exorbitantes quantias na área da defesa, possibilitando, assim, um aceleração na reconstrução econômica do Estado (LOZOYA; PALMA, 2017). Além disso, a partir da década de 50, a política desenvolvimentista denominada como Doutrina Yoshida, que será aprofundada no próximo subcapítulo, foi plenamente adotada e se aproveitou dessa nova limitação para possibilitar a ascensão econômica e internacional japonesa.

Mesmo após a aplicação dessas diversas transformações, o Estado japonês se encontrava em uma forte crise econômica causada pelas consequências da Segunda Guerra Mundial. Domesticamente, isso gerou uma intensificação das manifestações populares insatisfeitas com o governo japonês. Dessa forma, com receio de que essas mobilizações populares propiciassem um novo colapso nacional, os EUA decidiram intervir e ajudar o Japão a arquitetar a sua estabilidade econômica (MACHADO, 2019). Isto posto, Joseph Dodge, presidente do Banco de Detroit, foi escolhido pelo governo estadunidense para formular uma nova estratégia econômica para o Japão. Com sua chegada em Tóquio, no ano de 1949, Joseph deu início ao chamado “Plano Dodge”, em que os empréstimos de recuperação fiscal e os subsídios abolidos, as taxas de serviços públicos e a tributação elevaram-se, prezou-se pelo orçamento que gerasse excedente de moeda e o iene foi fixado a 360 por dólar, possibilitando o controle da inflação japonesa (OHNO, 2006).

Dentre os fatores que contribuíram para a maior atenção e ajuda estadunidense na recuperação econômica japonesa, pode-se citar a vitória de Mao Tsé Tung, a favor do campo

socialista, na China, em 1º de outubro de 1949. De acordo com Visentini (2012), isso foi um grande contraponto para os EUA capitalista que possuíam a China como principal aliada asiática, contribuindo para a decisão estadunidense em intensificar a recuperação da economia japonesa. Outrossim, conforme Paulo Watanabe (2012), a atenção estadunidense em direção à restauração econômica do Japão se fortaleceu devido ao tratado de amizade assinado entre Mao e Stálin, líder da URSS, no início de 1950. Dessa forma, percebeu-se que a vitória de Mao na China e seu alinhamento com a URSS, geraram o maior foco dos EUA na restauração da economia do Japão, tendo em conta a necessidade estadunidense de se manter influente na Ásia para a contenção da esfera socialista.

Em um curto período de tempo, outro acontecimento que permitiu o incremento da economia japonesa foi a Guerra da Coreia (1950-1953) travada, principalmente, entre o bloco capitalista composto pelos EUA, Coreia do Sul e ONU versus o que almejava o comunismo constituído pela China, Coreia do Norte e URSS. Mediante a maior presença militar estadunidense no continente asiático, a economia japonesa se beneficiou e se reestabilizou, tendo em vista que eram importados diversos materiais e serviços do Japão para as Forças Militares estadunidenses, além de ser presenciado o ressurgimento da indústria nipônica, que antes era baseada nos *zaibatsu's* (MACHADO, 2019). Além disso, como decorrência desse conflito, as relações econômicas e políticas entre o Japão e os EUA se aprofundaram, sendo isso um marco da relação entre esses dois Estados que norteou a política externa japonesa ao longo da Guerra Fria.

No início da década de 50, levando em consideração as reformas feitas durante a ocupação estadunidense e o aquecimento da economia japonesa, tinha-se um Japão estável, desmilitarizado, democrático e que poderia favorecer o capitalismo diante de seu crescimento. Dessa maneira, chegava-se a um consenso de que o período de ocupação estava próximo ao fim. Para Uehara (2003), a volta da soberania japonesa ao seu próprio território era influenciada pelos interesses estadunidenses, que visualizavam o Japão como seu aliado para o desenvolvimento econômico e a manutenção da paz na Ásia-Pacífico. Além do mais, em um Sistema Internacional inserido na Guerra Fria entre os EUA e a URSS, tornava-se interessante também ter o Estado japonês como parceiro, considerando o aumento da presença estadunidense no continente asiático que isso geraria.

Sendo assim, em setembro de 1951 foi assinado com os EUA o Tratado de São Francisco e, em seguida, como troca por esse tratado de paz, o Tratado de Segurança Mútua. No primeiro acordo, a soberania do Japão retornava ao governo japonês a partir de abril de

1952, marcando o fim da ocupação da SCAP no território nipônico. Em contrapartida, o segundo tratado era de caráter desigual, haja vista que, por um lado positivo, os EUA seriam responsáveis pela segurança do arquipélago, já por outro o Estado japonês serviria, por tempo indefinido, de base militar estadunidense que poderiam agir contra qualquer outro Estado sem se comunicar com o governo nipônico e os EUA poderiam intervir no âmbito doméstico do Japão (WATANABE, 2011). Conseqüentemente, o Tratado de Segurança Mútua perpetuou a presença estadunidense no Japão e a dependência nipônica de agir conforme as prerrogativas de Washington, podendo ser questionada até que ponto o Estado japonês era realmente soberano. Por fim, nascia-se um novo Japão no Sistema Internacional que, levando em consideração suas novas correntes, tais como sua desmilitarização e a influência estadunidense, formularia sua política externa pacifista que seria consolidada ao longo da Guerra Fria.

3.2. Política Externa Japonesa Durante a Guerra Fria

A partir do início da Guerra Fria, o Sistema Internacional estava dividido entre a influência do capitalismo estadunidense e do campo socialista. Em um curto período de tempo, na década de 1950, já havia na Ásia uma parte da Península Coreana sob influência do campo socialista e, no território chinês, as forças de Chiang Kai-shek estavam sendo derrotadas pelo governo liderado por Mao Tsé Tung, admirador da ideologia comunista. Além disso, na Europa Oriental cada vez mais países estavam adentrando na esfera socialista. Segundo Henshall (2004), essa conjuntura internacional fazia com que os EUA possuíssem uma maior animosidade em manter o Japão ao seu lado após o final da ocupação. Esse interesse se devia perante a posição geográfica do Japão, próxima aos EUA e à URSS, que criava um receio estadunidense de que o Estado japonês poderia fazer uma política pendular entre essas duas potências para garantir seus interesses (WATANABE, 2011).

Ademais, a política externa estadunidense considerou o conteúdo do Longo Telegrama de George Kennan em suas ações. Nesse documento, era recomendado que os EUA contribuíssem na reconstrução econômica e fortalecessem as instituições democráticas nas nações europeias ocidentais industrializadas e nas asiáticas, estando o Japão incluído, de forma que fosse possível conter a influência soviética nessas regiões (PENNACCHI, 2007). Logo, era benéfico aos EUA garantir que o Japão se tornasse um aliado mesmo que com

certas dependências, como, por exemplo, a militar, tendo em vista que, na pior das hipóteses, ele poderia se unir às forças soviéticas.

Em 1951, foram assinados o Tratado de São Francisco e o Tratado de Segurança Mútua, considerando que o objetivo da ocupação do território japonês de desconstruir as estruturas da antiga política externa japonesa agressiva foi concluído. Nessa época, o primeiro-ministro responsável pela negociação desses acordos foi Yoshida Shigeru, líder do Partido Liberal do Japão (*Jiyutō*), que governou nos períodos de 1946 a 1947 e 1948 a 1954. Ao longo de seu segundo período de governo, teve-se o rearmamento mínimo do Japão, em 1950, diante da criação da Reserva Nacional de Polícia que era responsável pela defesa doméstica, mas não forte o suficiente para a proteção de todo o território caso outro Estado o atacasse (WATANABE, 2012). Vale ressaltar que, essas tropas eram permitidas por MacArthur e não eram proibidas pela Constituição de 1947, levando em consideração que essas forças de autodefesa não eram consideradas instrumentos beligerantes.

Dessa maneira, ao longo das negociações desses acordos, Yoshida possuía como objetivo aprofundar as relações japonesas com os EUA, a tal ponto de garantir a retomada do crescimento econômico do Japão e uma aliança militar na qual o território nipônico fosse protegido pelas ações militares estadunidenses (MACHADO, 2019). Ao atingir seu interesse na questão da segurança nacional, por meio do Tratado de Segurança Mútua apresentado anteriormente, Yoshida pôde-se focar, especialmente, na reconstrução econômica japonesa, enquanto que as maiores despesas e esforços na área da defesa estariam responsáveis pelos EUA.

Não obstante, o governo dos EUA pressionou Yoshida a desenvolver forças militares capazes de proteger seu próprio território independentemente da ajuda estadunidense. Conforme Henrique Oliveira (2019), como a população japonesa repudiou a maior militarização do Japão e preferiu o crescimento econômico, pressões políticas não bastavam e tornou-se necessário concluir esse objetivo dos EUA através do “*Mutual Defence Assistance Agreement*”, assinado em 1954, em que as Forças Militares estadunidenses continuariam no território nipônico e defenderiam o Estado, mas o Japão deveria ser responsável por ter o mínimo necessário para sua defesa nacional. Outrossim, o governo estadunidense financiou o melhoramento dos aparelhos militares japoneses e, em julho de 1954, Yoshida conseguiu substituir a Reserva Nacional de Polícia pelas Forças de Autodefesa (FAD) do Japão que possuíam um aparato militar mais avançado (MACHADO, 2019). Salienta-se que, mesmo com o desenvolvimento das FAD, o governo de Yoshida possuiu como objetivo manter uma

defesa mínima necessária a um custo-benefício equilibrado e não ameaçador, possibilitando um maior foco na reconstrução nacional (MAN, 2007).

Em razão de seu grande foco no fortalecimento econômico japonês, em detrimento das questões militares, Yoshida criou a base da política externa japonesa chamada de Doutrina Yoshida que foi utilizada, de maneira geral, ao longo da Guerra Fria. Através da utilização dessa doutrina, o governo nipônico teve quatro características presentes em sua relação internacional e doméstica, sendo elas: 1) o princípio economicista em que o propósito da política externa é atender aos interesses relacionados ao bem-estar da população, evitando disputas internacionais e concentrando esforços na área econômica; 2) o preceito minimalista no qual se tem uma baixa disposição em questões políticas, estratégicas e militares no âmbito internacional; 3) predominante bilateralismo com os EUA; 4) multilateralismo com outras nações, principalmente a partir da entrada do Japão na ONU em 1956 (UEHARA, 2003).

Durante a administração de Yoshida, teve-se o objetivo de tornar o Japão um membro oficial da ONU. A entrada japonesa nessa Organização Internacional era de importante estima, devido à reinserção na comunidade internacional que seria possibilitada. Dessa forma, logo após o final da ocupação, em 1952, o Japão solicitou seu ingresso na ONU, porém o pedido foi negado, devido à rejeição soviética que, como membro do Conselho de Segurança, possuía poder de veto. Em um contexto de Guerra Fria, pôde-se compreender o repúdio soviético como uma forma de enfraquecer o polo estadunidense, haja vista a relação japonesa com os EUA. Outrossim, Iokibe (2001) evidenciou obstáculos que minavam a relação entre o Japão e a URSS, tais como disputas por direitos de pesca e o fato de que os soviéticos transportaram diversos prisioneiros de guerra japoneses para a região da Sibéria, submetendo-os a condições precárias. Ademais, mesmo após a Declaração de Postdam, havia também o questionamento de qual nação deveria ter a soberania sob as Ilhas Kurilas (LOZOYA; PALMA, 2017). Somente em 1956, durante o governo do primeiro-ministro Hatoyama Ichiro (1954-1956), nacionalista que desejava diminuir a dependência japonesa com os EUA, as relações diplomáticas entre o Japão e a URSS foram estabilizadas e, em outubro, o Estado japonês se tornou membro oficial da ONU.

A partir desse momento, o Japão passou a ter um maior contato com a comunidade internacional e teve uma facilitação em adentrar em outros Organismos Internacionais, permitindo benefícios econômicos e políticos (UEHARA, 2003). Entretanto, muitas nações, principalmente as do Sudeste Asiático, possuíam uma imagem negativa do Japão, tendo em vista a dominação e as consequências negativas do imperialismo japonês que as afetaram.

Nesse sentido, no ano de 1957, o primeiro-ministro Kishi Nobosuke (1957-1960) realizou viagens diplomáticas para a Birmânia, Tailândia, Vietnã do Sul, Camboja, Laos, Indonésia, Singapura, Malásia e Filipinas, propondo, também, a esses Estados a criação de um Banco de Desenvolvimento do Sudeste Asiático sob responsabilidade japonesa, além de visitar Taiwan, Índia, Paquistão, Ceilão (atual Sri Lanka), Nova Zelândia e Austrália (HUGHES, 2015). Como resultado, acordos de paz individuais foram firmados com a Indonésia, Filipinas, Birmânia e Vietnã do Sul (VIZENTINI, 2007). Dessa maneira, percebeu-se um esforço japonês no aumento de seu multilateralismo já na segunda metade da década de 1950.

Ao longo de sua agenda, Kishi possuiu como objetivo rever a questão militar japonesa com os EUA. Nesse sentido, no ano de 1958, foi criado o programa militar denominado Política Básica de Defesa Nacional em qual se definiu que o Japão deveria incrementar o seu investimento na área militar das suas forças de defesa (MACHADO, 2019). Não somente isso, Kishi visou revisar a Constituição de 1947 e o Tratado de Segurança Mútua assinado em 1951, tendo em conta que o artigo 9º e a inexistência de uma cláusula que obrigasse a proteção do Japão pelos EUA nesse segundo documento, não garantiam a total segurança do arquipélago. Ao não possuir apoio suficiente na Dieta para a reformulação constitucional, somente a revisão do tratado militar foi levada adiante, embora com grande rejeição popular.

Dessa maneira, em 1960, um novo Tratado de Segurança Mútua foi assinado, obrigando os EUA, por meio do artigo 5º, a proteger o território japonês sob qualquer ataque que colocasse em risco a paz do arquipélago e, através do artigo 6º, o Japão transferiu sua soberania sob a Ilha de Okinawa aos EUA, permitindo que forças bélicas aéreas, navais e terrestres estadunidenses criassem bases militares nesse território (WATANABE, 2012). Portanto, a partir de 1960, a segurança internacional do Japão estaria apoiada pelo poder bélico estadunidense, permitindo uma maior preservação do território japonês. Em contrapartida, como consequência do forte sentimento pacifista da população, contrária às modificações no âmbito militar, diversas manifestações populares desfavoráveis ao governo de Kishi foram iniciadas, causando a sua renúncia em julho de 1960.

Diante dessa desestabilização, Hayato Ikeda (1960-1964) viu o fim dos questionamentos militares e a Doutrina Yoshida como peças chaves para garantir a estabilização dos movimentos populares. Ao longo de seu mandato, com o propósito de duplicar a renda da população, Ikeda iniciou uma política de austeridade deflacionária e as recomendações do Plano Dodge utilizadas antes do final da ocupação, gerando um crescimento anual ao redor dos 10% durante o seu governo, diminuindo a desigualdade,

umentando o alcance da população a produtos tecnológicos, tais como carros e câmeras fotográficas, ampliando a tecnologia do campo e tornando a exportação industrial como objetivo primordial (LOZOYA; PALMA, 2017). Além disso, para possibilitar seu crescimento contínuo, houve o fortalecimento das relações bilaterais com os EUA e negociações de relações de livre comércio com a Europa e a Ásia (IOKIBE, 2001).

Em seus quatro anos de mandato, verificou-se que Ikeda seguiu, fielmente, os princípios da Doutrina Yoshida, possibilitando o milagre econômico japonês que se perpetuou até o final da década de 1960. Outrossim, considerou-se a fixação da moeda japonesa em 360 ienes por dólar, desde 1949 até o final da existência do sistema monetário internacional de Bretton Woods em 1971, como aspecto determinante para o crescimento econômico nipônico, haja vista que a estabilidade cambial possibilitou maiores exportações destinadas aos EUA e a outros Estados. De acordo com Uehara (2003, p.83), a habilidade japonesa em manter seu mercado doméstico, enquanto o Japão expandia o seu comércio internacional e contornava pressão de outros Estado, foi determinante para a economia nipônica, conforme pode ser visto a seguir:

Um outro fator que parece ter contribuído para a recuperação econômica japonesa foi o fato de o Japão ter conseguido manter seu mercado doméstico fechado à concorrência externa, apesar das pressões de diversos países ocidentais, ao mesmo tempo em que conquistava mercados externos. Mesmo com seu ingresso no Acordo Geral de Tarifas e Comércio – (GATT), em 1955, e na Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), em 1964, o Japão com apoio dos EUA conseguiu contornar as pressões por uma maior abertura de seu mercado. Todos esses fatores contribuíram para o crescimento econômico do Japão, em que meados da década de 1960, despontava como uma preocupação para as economias ocidentais.

Além desses elementos, o milagre econômico japonês também se perpetuou graças ao contínuo uso da Doutrina Yoshida, após Ikeda, no governo de Eisaku Satō (1964-1972). A política externa gerenciada por Satō, manteve o bilateralismo com os EUA, assim como o multilateralismo com a Europa e o Sudeste Asiático, sendo expandido para a Oceania (IOKIBE, 2001). Na ampliação da diplomacia japonesa com outros Estados, vale ressaltar a criação do tratado entre Japão e Coreia do Sul, em 20 de janeiro de 1965, responsável por normalizar as relações entre essas nações. Devido a um Japão menos isolado no continente asiático, Lozoya e Palma (2017) destacaram que, a partir de 1965, as empresas japonesas propagaram suas atividades comerciais para o Sudeste Asiático e a Coreia do Sul, angariando, assim, diferentes mercados. Ademais, em 1966, seu governo marcou a ação de cooperação para a prosperidade do continente asiático, por meio de sua participação no Banco Asiático de

Desenvolvimento (ODA) que possuía como maiores contribuintes os EUA e o Japão (UEHARA, 2003).

Além de alcançar conquistas econômicas, Satō teve como meta restaurar a soberania territorial japonesa na Ilha de Okinawa. Dessa forma, respaldado pela insatisfação da população local japonesa com as tropas estadunidenses, em 1967, Satō comunicou a Washington o desejo do retorno do território à administração japonesa em poucos anos (WATANABE, 2012). Assim, a partir do ano de 1968, no segundo mandato de Satō, as negociações para a revinda de Okinawa foram iniciadas, sendo a República Popular da China um ator, involuntariamente, essencial para a maior pressão do governo japonês aos EUA.

No final dos anos 1960, após o rompimento de suas relações com a URSS, a República Popular da China, buscando maior autonomia, desenvolvimento econômico nacional e sua reinserção na comunidade internacional, promoveu uma aproximação para com os EUA (VIZENTINI, 2007). Diante da frutífera relação sino-estadunidense, possibilitou-se a reentrada da China Popular no Conselho de Segurança como membro permanente, substituindo os nacionalistas de Taiwan, em 1971. De acordo com Oliveira (2019), a reaproximação entre os EUA e a China, somada ao anúncio de Nixon, presidente estadunidense, de diminuir os gastos militares no continente asiático, despertaram um sentimento de abandono no Estado japonês. Ademais, destacou-se o fim do sistema monetário internacional de Bretton Woods que, ao culminar no término da fixação cambial de 360 iene-dólar para 308, causou a desvalorização do dólar e o encarecimento das exportações japonesas no comércio internacional (EICHENGREEN, 2000). Portanto, diante desse revez econômico e das preocupações da população japonesa em relação à China e à segurança do continente, Satō adotou como medida, para manter-se estável no governo, a restituição imediata de Okinawa, concluída em maio de 1972. Porém, ressalta-se que, as bases militares estadunidenses continuariam presentes na Ilha.

Em 1973, o primeiro-ministro Tanaka Kakuei (1972-1974) teve um grande obstáculo para sua política externa que causou a primeira retração da economia japonesa desde o final da Segunda Guerra Mundial. No dia 16 de outubro desse mesmo ano, iniciou-se a Primeira Crise do Petróleo, na qual os países árabes exportadores desse recurso natural declararam o aumento do preço do barril de 3 dólares para 5 dólares e, logo depois, empreenderam um embargo total aos EUA e diminuíram seus fornecimentos para diversos países industrializados, tais como o Japão (UEHARA, 2003). Dado que o Estado japonês tinha os

países do Oriente Médio como seus principais fornecedores de petróleo, diversas consequências negativas surgiram.

Diante desse acontecimento, a inflação japonesa, que já estava aumentando devido a valorização do iene em relação ao dólar, cresceu em 35% nos últimos meses do ano (LEMOS, 2012). Além disso, faltaram produtos no mercado nacional e diversas fábricas reduziram suas produções de 10 a 20% (MIZUNO, 1975). Ao final, com o agravamento da Crise do Petróleo e o preço do barril quatro vezes maior, o Japão, umas das maiores economias da época, teve uma taxa de crescimento menor que 0.5% (LOZOYA; PALMA, 2017). Levando em consideração o crescimento japonês constante ao redor de 10% durante as décadas de 1950 e 1960, esse incidente que desfalcou a economia nipônica em um curto período de tempo, influenciou no aguçamento do multilateralismo japonês com outras regiões, em especial as que pudessem fornecer petróleo, tais como a China e, futuramente, com próprio Oriente Médio.

Além do mais, em decorrência dessa crise, a relação bilateral entre o Japão e os EUA sensibilizou-se durante a década de 1970. De acordo com Malafaia (2016), a política militar de Washington intrinsecamente ligada com gastos militares na Guerra do Vietnã e na contenção da URSS, somada com a relação econômica americana deficitária com o Japão, contribuiu para o endividamento estadunidense, culminando em um estranhamento entre a potência norte-americana e o Estado japonês. Apesar disso, o bilateralismo era fundamental e se mantinha, porém, diante do protecionismo dos EUA, flexibilizava as portas para o multilateralismo.

Depois de 1974, o crescimento econômico japonês com maiores taxas estava retornando. Já no início dos anos 1980, o Japão possuía crescimento do PIB ao redor dos 10% (IOKIBE, 2001). Nesse aspecto, pode-se citar a importância da relação japonesa com os Tigres Asiáticos, compostos por Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan. Por meio de seus vínculos, os “Tigres” recebiam investimentos e tecnologias das empresas japonesas, possibilitando a dinamização da região e suas associações com o Japão (VIZENTINI, 2007). Através disso, o mercado japonês era abastecido por matérias primas a baixos preços, oriundas desses Estados em desenvolvimento. Futuramente, devido a esse processo, os Estados fornecedores tiveram um incremento de suas indústrias e influenciaram as economias do Sudeste Asiático a exportarem seus produtos primários, dando início à relação econômica denominada de revoada dos gansos melhor desenvolvida na década de 1980. Nesse modelo, as nações que exportavam manufaturas de menor tecnologia, considerados como “gansos

retardatários” substituíram os espaços que eram ocupados por outros Estados mais desenvolvidos, os “gansos líderes”, compondo o “voo dos gansos” no formato de um “V” ao contrário (MEDEIROS, 1997). Dessa maneira, o líder do voo é o Japão, seguido pelos “Tigres” que estão à frente dos Estados do Sudeste Asiático, sendo possível o desenvolvimento e crescimento de todos os seus membros.

Para compreender como a revoada dos gansos chegou a esse patamar, o governo de Fukuda Takeo (1976-1978) deve ser destacado. Através de sua política externa, conhecida como diplomacia onidirecional para a paz, o multilateralismo alcançou novos patamares ao ser aplicada a Doutrina Fukuda que complementava a de Yoshida. Segundo Iokibe (2001), os três preceitos desse novo sistema eram: 1) não tornar o Japão uma potência militar; 2) construir relações baseadas na confiança mútua com todos Estados asiáticos; 3) fornecer assistência à ASEAN e à Indochina com o intuito de promover o desenvolvimento e segurança dessas comunidades. Conseqüentemente, o Japão passou, também, a investir mais no ODA e na Assistência Oficial de Desenvolvimento (AOD), para ampliar o desenvolvimento asiático, além de dar um passo para uma maior cooperação com os Estados do seu próprio continente. Ademais, a diplomacia onidirecional de Fukuda permitiu grandes avanços na assinatura do Tratado de Paz e Amizade com a China, concluído em 1978 no seguinte governo. Aos poucos, o Japão estava ampliando a sua importância para as nações asiáticas, utilizando-se de seu poder econômico.

Embora o governo Fukuda não tivesse o interesse de transformar o Japão em uma potência militar, teve-se a criação do projeto militar “*National Defence Program Outline*” em 1976. A partir desse momento, o Estado japonês deveria manter uma parcela mínima de investimento necessária para se defender de ataques estrangeiros limitados em seu território sem a necessidade de auxílio internacional (OLIVEIRA, 2019). Em relação ao que foi exposto na questão militar, econômica e política, Hugo Machado (2019, p.47) ressaltou que tinha-se o “objetivo do governo Fukuda em garantir a posição do Japão como líder político na Ásia Oriental. O intuito era criar um campo de atuação para uma política externa livre da influência exercida por Washington”. Enquanto que, Alexandre Uehara (2003), explicou que o desejo de Fukuda era propiciar um Japão, apoiado em seu poder econômico, capaz de conduzir e participar da administração de questões internacionais. Portanto, percebeu-se um Japão com uma maior projeção de sua política multilateral e que estava nascendo um desejo nipônico em adentrar ao ambiente internacional de forma mais influente com menor dependência do poder estadunidense.

Apesar disso, no governo de Ohira Masayoshi (1978-1980), essa aspiração sofreu um entrave, devido ao bilateralismo com os EUA que foi reafirmado, tendo em vista o avanço militar da URSS, que havia ocupado Afeganistão em 1979, além da fricção entre polos criados pela Guerra Fria, na qual o Japão era um aliado do Ocidente (IOKIBE, 2001). Em um ambiente hostil, a segurança japonesa não poderia ser colocada em risco, sendo necessária uma reaproximação com os EUA. No entanto, no âmbito internacional, o Japão, detentor de uma próspera economia no início dos anos 1980, era criticado, por outros Estados, por não adotar medidas de acordo com seu poder econômico. Dessa forma, o governo japonês era estimulado a participar da comunidade internacional, o que foi sendo consolidado ao decorrer da década de 1980, por meio de sua maturidade política nos encontros internacionais.

Em meio a essa conjuntura, destacou-se o primeiro-ministro Nakasone Yasuhiro (1982-1987), responsável por importantes mudanças na política externa japonesa. Durante seus 5 anos de administração, Nakasone empenhava-se em definir e ampliar o papel japonês no Sistema Internacional, além de diminuir a dependência com os EUA, baseando-se no *slogan* de “Japão forte” (UEHARA, 2003). Embora fosse a favor da volta de um Japão militarizado, a oposição política era maioria, o que impedia a reformulação da Constituição de 1947. Todavia, na área militar, Nakasone exportou tecnologias militares para os EUA, aprovou um empréstimo com a Coreia do Sul em que a defesa militar coreana estaria relacionada à defesa do arquipélago japonês, em 1983, e participou do projeto Guerra nas Estrelas do presidente estadunidense Ronald Reagan (WATANABE, 2012). Dessa maneira, ao final da Guerra Fria, o Estado japonês “tornou-se um produtor sofisticado de armas tecnologicamente avançadas, e manteve um arsenal semelhante ao das principais potências, bem como uma cooperação científico-tecnológica com os EUA⁷” (OLIVEIRA, 2019, p.20, tradução nossa).

No contexto econômico estadunidense, desde 1980, o dólar estava se valorizando e as taxas de juros aumentando a cada ano, o que dificultava a compra de seus produtos por outras nações devido ao grande montante de capital necessário. Como a balança comercial entre os EUA e o Japão estava deficitária para a economia estadunidense, Washington pressionava o governo japonês a fazer políticas públicas para aumentar o consumo de seus importados (MALAFAIA, 2016). Embora o Japão tentasse atender a esse pedido, adotando uma política externa reativa, diante do desenvolvimento tecnológico japonês, seus outros mercados

⁷ had become a sophisticated producer of technologically advanced weapons, and it maintained a similar arsenal to that of the main powers, as well as a scientific-technological cooperation with the USA.

fornecedores e a própria valorização da moeda estadunidense, isso não era uma possibilidade facilmente alcançável.

Dessa maneira, de acordo com Eichengreen (2000), quando o dólar valorizou em 20% em fevereiro de 1985, o presidente Reagan interpretou esse movimento como uma bolha especulativa que poderia ter consequências negativas para sua economia, culminando em uma reunião secreta com o G-5, cujos membros eram EUA, França, Alemanha, Inglaterra e Japão, no hotel Plaza, em Nova York no ano de 1985. Nesse encontro, foi comprometido o Acordo de Plaza, no qual o iene se valorizou em relação ao dólar. De fato, as exportações estadunidenses aumentaram no Japão, mas, em contrapartida, as importações japonesas para os EUA se elevaram, haja vista o maior consumo de produtos e materiais de origem nipônica por parte desse Estado, mantendo, então o superávit. Como resultado, além de elevar o patamar de sua economia, a projeção internacional japonesa se desenvolveu, levando em consideração que:

Na segunda metade da década de 1980, o Japão superou os EUA, pela primeira vez na história do segundo pós-guerra, como maior fornecedor de ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA). Além disso, nesse mesmo período, o Japão tornou-se ainda a principal fonte fornecedora de recursos aos países em desenvolvimento. Em 1989, o volume de recursos destinados pelo Japão ao ODA foi de US\$ 8,96 bilhões, enquanto os EUA destinaram US\$ 7,67 bilhões [...], ocupando a primeira posição no ranking de fornecedores de ajuda externa. Em 1991, o Japão tornou-se o maior investidor externo (UEHARA, 2003, p.102).

Dessa forma, ao longo do governo de Nakasone e dos seguintes primeiros-ministros Takeshita Noboru (1987-1989), Uno Sosuke (1989) e Kaifu Toshiki (1989-1991), a política externa japonesa obteve uma maior participação no desenvolvimento de outras nações, a partir do seu crescimento econômico. Ao final da Guerra Fria, o Japão havia atingido uma maior maturidade política que seria colocada a prova ao passar dos anos e da formação de um novo Sistema Internacional.

3.3. Deterioração da Política Externa Japonesa

No decorrer da década de 1990, o Japão teve dois episódios internacionais que colocaram em prova a imagem da política externa japonesa, sendo eles a Guerra do Golfo (agosto de 1990- fevereiro de 1991) e a Crise Asiática de 1997. Em ambas as circunstâncias, esperavam-se medidas efetivas do governo japonês que pudessem ajudar a resolver essas adversidades de forma proporcional à sua qualificação de potência econômica. Conforme

exposto por Uehara (2003), apontava-se que esse período possibilitaria a maior liderança do Japão no Sistema Internacional, considerando o seu desenvolvimento econômico e a sua política externa nas últimas décadas, além da intenção estadunidense de diminuir os custos para a estabilidade global. No entanto, as atitudes japonesas nesses dois acontecimentos resultaram na reprovação de sua política externa aos olhos de outros Estados e a não corroboração dessa suposição.

Devido à invasão iraquiana, liderada por Saddam Hussein, ao Kuwait, em 2 de agosto de 1990, iniciou-se a Guerra do Golfo. Dois dias depois, o primeiro-ministro japonês, Kaifu Toshiki (1989-1991), recebeu uma ligação do presidente estadunidense, George H. W. Bush (1989-1993), solicitando contribuições por parte do Japão no conflito. De acordo com Watanabe (2011), a resposta japonesa não foi imediata e somente ocorreu após a Comunidade Europeia impor sanções econômicas ao Iraque no dia quatro de agosto. Dessa forma, no dia seguinte, o Japão anunciou sanções ao Estado iraquiano, dentre as quais a importação de petróleo iraquiano foi proibida e os investimentos da ODA ao Iraque foram congelados (SADO, 2016). Embora as ações japonesas tenham sido rápidas, elas não demonstravam posição de liderança, nem de autonomia, tendo em conta que o Japão esperou a Comunidade Europeia para decidir qual seria sua postura diante de tal evento.

Essas medidas, porém, não foram suficientes para satisfazer as demandas estadunidenses à Terra do Sol Nascente. Conforme Machado (2019), os EUA pressionavam o Japão a enviar tropas para auxiliar as Forças de Coalizão Internacional que lutavam contra o Iraque. No entanto, o poder militar japonês permitido pela Constituição de 1947 era somente o necessário para a defesa do território nacional nipônico, não sendo possível enviar tropas japonesas ao Oriente Médio. Dessa forma, para contornar a pressão estadunidense por ajuda humana, o Japão se focou em atuar na Guerra do Golfo, principalmente por meio de contribuições econômicas. A vista disso, no dia 30 de agosto, o Japão proveu à coalizão internacional liderada pelos EUA US\$ 1 bilhão e, em 14 de setembro, mais US\$ 1 bilhão, além de US\$ 2 bilhões destinados aos Estados que possuem fronteiras próximas ao conflito, tais como Egito, Jordânia e Turquia (SADO, 2016).

No âmbito doméstico, com o objetivo de atender aos pedidos internacionais de maior participação japonesa na Guerra do Golfo, Kaifu, membro do Partido Liberal Democrata (PLD), enviou à Dieta, em outubro de 1990, o projeto denominado *Bill on Peace Cooperation with United Nations*, em que se propunha a criação de uma força de cooperação com a ONU (UEHARA, 2003). Em razão da oposição do Partido Socialista do Japão e do Partido

Comunista do Japão contra esse projeto, além do próprio PLD não possuir todos os seus membros a favor da proposta, a aprovação desse projeto era de baixa probabilidade (CATALINAC, 2007). Além do mais, a opinião pública, pautada no pacifismo japonês, se demonstrava contrária ao envio de tropas japonesas a outras regiões do globo. Conseqüentemente, o projeto foi retirado da Dieta, por desistência do governo em aprová-lo diante dos obstáculos internos.

Desse modo, o Japão limitou sua contribuição à Guerra do Golfo, excluindo a possibilidade de apoio militar. Como cerca de 70% do petróleo importado pelo Japão possuía o Oriente Médio como origem, Estados ocidentais criticavam sua inatividade (SADO, 2016). Ademais, esperava-se uma política de ação proporcional ao poder econômico japonês. Com o objetivo de alcançar essa expectativa internacional e de se afastar dessa imagem negativa, o Japão voltou a contribuir para a coalizão contra o Iraque, de maneira econômica, criando a “diplomacia do talão de cheque” que, desde o início ao final do conflito, auxiliou com US\$ 13 bilhões (MACHADO, 2019). Como resultado, apesar de seu esforço e alto valor contributivo, a posição internacional japonesa ficou enfraquecida, tendo em vista a inabilidade de Tóquio em se posicionar em problemas políticos internacionais complexos e a demanda ocidental não atendida de apoio humano à Guerra do Golfo, sendo o Japão criticado por outros Estados que esperavam outra forma de apoio, tais como os EUA e a Comunidade Europeia.

Percebeu-se que a identidade pacifista da política externa japonesa, desenvolvida desde o final da Segunda Guerra Mundial, não era mais o suficiente para sua aceitação pela comunidade internacional como uma política de inserção internacional de uma potência. Paralelamente, a Guerra do Golfo contribuiu para a maior divisão política e a menor possibilidade de consenso na Dieta, ao fortalecer o debate de qual deveria ser o papel internacional adotado pelo Japão (CATALINAC, 2007). Enquanto uma ala política defendia o retorno do Japão como “Estado Normal”, vendo a remilitarização japonesa como fator que possibilitaria a melhor inserção internacional japonesa, a outra resguardava o Japão como “Potência Civil Afirmativa” na qual o poder e os interesses econômicos atuavam sobre as estruturas multilaterais do Sistema Internacional, formulando uma política externa baseada na cooperação e na manutenção da aliança político-militar com os EUA (UEHARA, 2003).

Esse primeiro episódio internacional retratado, demonstrou que, apesar de ser um gigante econômico, o Japão ainda era um anão político que não havia desenvolvido uma capacidade de reação a par do esperado pelos demais Estados e não possuía, também, suas estruturas políticas consolidadas internamente, impedindo-o de tomar rápidas decisões. Um

exemplo disso, pode ser o fato das FAD, somente a partir de 1992, receberem permissão de participar das operações de paz da ONU, agindo, a partir de então, por exemplo, em Camboja, Angola e nas Colinas de Golã (CATALINAC, 2007). Dessa maneira, foi, apenas após o fim do conflito no Oriente Médio, que o Japão conseguiu concluir a tentativa frustrada de Kaifu em propiciar uma participação humana mais ativa nas questões internacionais, demonstrando, também, sua dificuldade em tomar decisões rapidamente.

No final da década de 1990, outro acontecimento seria responsável pela deterioração da política externa japonesa internacionalmente, sendo ele de caráter econômico. Na Ásia, a denominada revoada dos gansos permitiu aos Tigres Asiáticos da primeira geração e aos da segunda, sendo esses últimos Tailândia, Malásia, Vietnã, Filipinas e Indonésia, um maior desenvolvimento de seus produtos destinados à exportação e um crescimento econômico. De acordo com Bahry (1999), essa relação era benéfica, haja vista que, através da maior quantidade de capital disponível, cresceram-se as capacidades tecnológicas e os salários da população dos Estados participantes dessa formação. O desempenho dos Estados do continente asiático era alto. Entre 1992 e 1995, Coreia do Sul, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia obtiveram um crescimento anual superior a 7%, além de esses quatro últimos Estados possuírem um crescimento aproximado de 30% em suas exportações, entre 1994 e 1995 (EICHENGREEN, 2000). No entanto, o que parecia uma constante prosperidade, foi assolado pela Crise Asiática, em julho de 1997, sendo a economia tailandesa a primeira afetada.

Antes de 1997, características da economia tailandesa já demonstravam uma possível quebra de seu sistema financeiro. Dentre elas, pode-se citar o *boom* especulativo de capitais, o aumento da inflação tailandesa, o crescente déficit financiado por capitais de curto prazo, o crescimento nas exportações e a valorização de sua moeda atrelada à apreciação do dólar (BAHRY, 1999). Devido a esse sistema financeiro e à quebra do *Bangkok Bank of Commerce*, em 1996, causada pelos altos empréstimos concedidos a empresas locais, o Banco Central tailandês começou a gastar um sexto do PIB da Tailândia para sustentar sua economia, gerando um alto endividamento no setor bancário (TRICHES, 1999). Diante dessa dívida, as grandes remessas de capital de curto prazo recebidas por esse Banco Central acabavam promovendo uma maior desestabilização econômica na Tailândia, devido à dificuldade de seus pagamentos, mesmo utilizando suas reservas de capital, e a dependência que as indústrias tailandesas tinham desses investimentos.

Em face dessa estrutura econômica, vale ressaltar que, a Tailândia, assim como as outras nações asiáticas, possuía a sua moeda atrelada ao dólar. De acordo com Uehara (2003), essa relação era positiva ao considerar que a valorização do iene em relação ao dólar, na primeira metade da década de 1995, permitia um menor acirramento nas exportações devido aos menores preços dos produtos no comércio internacional. Todavia, na primavera de 1997, essa situação se tornou desfavorável quando o dólar se valorizou em relação à moeda japonesa, criando uma maior concorrência entre os produtos vendidos pelos Tigres Asiáticos nos mercados internacionais, estagnando, assim, suas exportações devido à maior competição com a China e a desaceleração do consumo europeu (EICHENGREEN, 2000). Isso ocorreu como consequência do vínculo existente com a moeda estadunidense, já que, consonantemente à valorização do dólar, as moedas dos Tigres Asiáticos se valorizaram e tornaram seus produtos, destinados à exportação, mais custosos em comparação com os demais Estados. Sem vendas, os déficits comerciais se tornavam cada vez maiores.

Com a intenção de estabilizar sua economia prejudicada pela paralisação das exportações, o governo tailandês decidiu, no dia 2 de julho de 1997, tornar o seu câmbio flutuante, permitindo uma desvalorização do baht em relação ao dólar. No entanto, por meio dessa decisão, a Crise Asiática se iniciou. Inicialmente nesse mês, em seu câmbio com o dólar, a moeda tailandesa oscilou cerca de 20% e, rapidamente, o baht se desvalorizou em um valor aproximado de 35%, causando 20 mil desempregados, falências de empresas e uma dívida às indústrias tailandesas de US\$ 5 bilhões ao exterior, devido aos empréstimos de capital a curto prazo (TRICHES, 1999). Diante da forte desestabilização tailandesa, ocorreu um efeito contágio, no qual diversas economias asiáticas foram afetadas negativamente, conforme pode ser visto a seguir:

Depois que as autoridades tailandesas permitiram ao baht flutuar, as pressões especulativas vazaram para as Filipinas, refletindo a dependência vital do país para com os influxos de capital e seu câmbio relativamente rígido atrelado ao dólar. Quando as autoridades Filipinas deixaram o peso flutuar (dez dias depois do baht), a pressão desviou-se para a Indonésia e a Malásia, com os investidores receando que problemas semelhantes se ocultassem também nos sistemas financeiro e empresarial desses países. Jacarta e Kuala Lumpur reagiram permitindo a flutuação de suas moedas para seguirem a queda do baht. O dólar de Hong Kong resistiu a um ataque especulativo, mas a decisão das autoridades de Formosa de permitir, preventivamente, a queda de seu novo dólar, em outubro, lembrou os investidores que nenhum câmbio fixo estava seguro. Consequentemente, aumentou a especulação ante o won coreano e a rúpia da Indonésia. Na Coreia [do Sul], eleições iminentes e a incerteza sobre a composição e intenções do novo governo trabalharam para intranquilizar ainda mais os investidores. As autoridades de Seul foram obrigadas a ceder à pressão ampliando a banda de flutuação da moeda de 4,5% a 20% em novembro. E a queda contínua do won aumentou as preocupações com outras moedas, como a rúpia (EICHENGREEN, 2000, p.244).

Nessa conjuntura econômica, percebeu-se que o desequilíbrio tailandês se alastrou ao redor de diversos Estados asiáticos e impediu a consolidação de uma taxa de câmbio fixa neles. Vale ressaltar que, todas essas nações afetadas fazem parte dos Tigres Asiáticos, tanto da primeira, quanto da segunda geração. Outrossim, verificou-se que, quando o dólar se valorizou em relação ao iene e a Tailândia entrou em crise, os demais gansos voadores se desestabilizaram. De acordo com Vizentini (2007), pode-se explicar essa crise levando em consideração que, a região Ásia-Pacífico é dependente do mercado mundial, tornando-se vulnerável a crises desarticuladoras de caráter financeiro e comercial que podem ser impulsionadas pela inexistência de um bloco econômico asiático formado. Ademais, como a formação dos gansos possuía uma base hierárquica na qual as nações com menos tecnologias eram responsáveis por insumos mais simples, mas primordiais para o seguinte “ganso” mais desenvolvido, a desestabilização de um Estado poderia afetar todos os demais devido à interdependência existente.

Por fim, internamente, os Tigres Asiáticos possuíam alicerces econômicos inadequados diante de uma modificação cambial. Segundo Oliveira (1999), as quatro características gerais que os Estados asiáticos afetados pela crise possuíam eram: 1) excessivo investimento externo que gerava dívidas externas e déficits em conta corrente; 2) supervisão financeira inadequada em que existia uma baixa fiscalização, regras bancárias obsoletas e corrupção; 3) desmoderada confiança no mercado; 4) negação política em adotar reformas estruturais. Dessa maneira, as economias asiáticas afetadas, negativamente, pela Crise Asiática já possuíam predisposição a um decrescimento, dependendo das modificações que transcorressem no Sistema Internacional. No caso de 1997, a alteração substancial foi a valorização do dólar em relação ao iene.

Ante a essa redução de crescimento econômico, que inclusive afetava outros continentes, tais como, por exemplo, a América Latina, tinha-se uma expectativa internacional de como o Japão solucionaria a crise iniciada no continente. Pode-se explicar essa esperança, levando em consideração a relação japonesa desenvolvida durante anos com os Estados asiáticos afetados, o posicionamento diplomático japonês de que o campo econômico era privilegiado e, por fim, posto que o Japão, desde o final da década de 1980, era visto como uma potência econômica (UEHARA, 2003). Apesar de ter formulado propostas de auxílios desde o início da Crise Asiática, o desempenho do Japão não encontrou a eficácia desejada pela comunidade internacional.

No início da Crise Asiática, em agosto, o Ministério de Finanças do Japão aceitou ser a sede de uma reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em que se debateu sobre a situação regional da Ásia. Ao longo desse fórum, foi arrecado um fundo de US\$ 16 bilhões, no qual 25% desse valor havia sido injetado pelo Japão, destinado à Tailândia (HOOK *et al*, 2002). Porém, essa medida não foi o suficiente para conter a crise que se alastrou para além do território tailandês. Dessa forma, no encontro anual conjunto do Banco Mundial e do FMI, que ocorreu em setembro de 1997, na cidade de Hong Kong, a delegação japonesa apresentou um novo projeto denominado Fundo Monetário da Ásia (FMA).

Conforme Hook *et al* (2002), a intenção de construir o FMA era criar um fundo de US\$ 100 bilhões que seria utilizado tanto para suprimir situações de emergência econômica atuais, como evitá-las futuramente. No entanto, mesmo com o apoio de Estados, como a Tailândia e a Malásia, e o interesse japonês em reprimir a Crise Asiática, essa proposta não foi aceita unanimemente. Na visão dos EUA e dos funcionários do FMI, diante da falta de dados oficiais que comprovassem a necessidade do FMA ao longo da apresentação japonesa sobre essa proposta, somente o FMI deveria agir como coordenador de ajuda, garantindo maior eficácia na consolidação econômica da região e não permitindo o enfraquecimento das políticas fiscais dessa organização (UEHARA, 2003). Dessa maneira, devido, principalmente, à pressão desses dois atores, ao final do encontro o programa japonês foi cancelado. De acordo com Hughes (2000, p.220, tradução nossa), a conclusão japonesa de “abortar a proposta do FMA em face da oposição dos EUA e do FMI, depois de ter gasto tanta energia diplomática sobre ele, significou outra tentativa japonesa frustrada de liderança na região⁸”. Compreendeu-se essa afirmação, tendo em vista que a participação japonesa no fórum do FMI em agosto de 1997 e sua tentativa de criar um fundo asiático não possibilitaram a resolução da Crise Asiática, mesmo o Japão sendo o Estado mais rico da região e o que se focava, quase que exclusivamente, em políticas econômicas.

Mesmo com esse último revez, em outubro de 1998, o Japão criou o *New Miyazawa Initiative* com o intuito de combater a Crise Asiática que se perpetuava no continente. Através desse programa, idealizado pelo ministro das finanças Niichi Miyazawa, reservou-se um montante de US\$ 30 bilhões destinados à assistência aos Estados asiáticos. Dessa forma, em dezembro do mesmo ano, a Tailândia recebeu US\$ 1,9 bilhão e a Malásia US\$ 1,5 bilhão em dezembro 1998, enquanto que, no ano seguinte, a Indonésia angariou US\$ 2,4 bilhões, as

⁸ abort the AMF proposal in the face of US and IMF opposition, after having expended so much diplomatic energy upon it, signified another bungled Japanese attempt at leadership in the region.

Filipinas US\$ 1,6 bilhão, Coréia do Sul US\$ 6 bilhões e o Estado malaio mais US\$ 700 milhões (HOOK *et al*, 2002). Ainda assim, esse plano não possibilitava a restauração da harmonia existente antes da Crise de 1997. Outrossim, Uehara (2003) destacou que, o *New Miyazawa Initiative* visava mais angariar elogios da opinião pública diante dos valores envolvidos do que pelas políticas propostas. Críticas a parte, diante dessas ações, visualizou-se um Japão que, independentemente da oposição estadunidense e do FMI ao projeto de investimento japonês anterior, implementou um plano próprio para auxiliar as nações asiáticas, mesmo que com iniciativas mais brandas, demonstrando o desejo da manutenção da presença econômica japonesa na região.

De acordo com Hughes (2000), os EUA, a Europa e o Leste Asiático, até mesmo em encontros do G8 e da Associação do Sudeste Asiático (ASEAN), pressionavam o Japão para que fosse adotada uma política de expansão fiscal japonesa que, através do crescimento da demanda nacional por produtos internacionais, possibilitaria o crescimento das economias asiáticas. Após excessivas pressões internacionais, somente em agosto de 1998, durante o governo do primeiro-ministro Keizō Obuchi (1998-2000), que essa medida foi tomada. Dessa forma, percebeu-se que, assim como na Guerra do Golfo, algumas ações feitas pelo Estado japonês na Crise Asiática estavam intimamente ligadas com a pressão internacional sofrida.

Baseando-se no caráter econômico, o comportamento japonês receoso a essa política de expansão fiscal, assim como de tomar medidas mais eficazes na Guerra do Golfo, pode ser compreendida tendo em vista a eclosão da bolha econômica japonesa em 1991, construída a partir de 1985 com a política fiscal expansionista motivada pelo iene apreciado no Acordo de Plaza. Desde sua explosão, a economia japonesa se encontrou em um recesso marcado por deflação e declínio de sua taxa de crescimento, possuindo o crescimento de 3.5% do PIB em 1996, exceção da época, como recorde no período dos anos 1990 (OHNO, 2006), sendo isso preocupante se comparado com as taxas de crescimento acima de 10% na década anterior. Dessa maneira, estimular o consumo de importados, conforme pressionado pelas outras nações ao longo da Crise Asiática, não era desejável pelo Japão, considerando a recessão econômica em que o Estado se encontrava.

Iniciar a década de 1990 em crise econômica, simultaneamente com o fim da Guerra Fria, possuiu relação íntima com a deterioração da política externa japonesa nos episódios da Guerra do Golfo e na Crise Asiática de 1997. De acordo com Uehara (2003), Tóquio se via em um momento inédito no qual tinha que se preocupar não somente com suas questões domésticas que necessitavam de atenção diante da recessão econômica japonesa, mas também

com demandas internacionais para maior inserção e participação japonesa no arcabouço do Sistema Internacional. Somou-se a essa dificuldade, uma política externa sistematizada na Doutrina Yoshida que, desde a década de 1950, focava-se no crescimento econômico japonês, não intervindo em adversidades aquém do território nipônico. Por meio dessa política externa, o pacifismo japonês pautado na não deliberação japonesa em questões além da econômica, pôde ser visto como um isolacionismo conveniente, tendo em vista que, mesmo sem maior participação internacional, o interesse de crescimento econômico japonês foi garantido até o início da década de 1990.

Por fim, vale ressaltar que, ao longo da decadência de sua imagem em nível internacional, o governo nipônico teve o partido PLD, que governava desde 1945, fragmentado e sem maioria na Câmara Alta e Câmara Baixa, a burocracia governamental fracionada que dificultava a velocidade da tomada de decisão, além da existência de rivalidade entre os ministérios, tais como, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Finanças (UEHARA, 2003). Diante dessa conjuntura, o Japão não tinha condições favoráveis para a adoção de uma política internacional de liderança e alta inserção, conforme estava sendo pressionado pelos EUA, Europa, nações asiáticas, dentre outros Estados, ao longo da Guerra do Golfo e, principalmente, da Crise Asiática de 1997. Era necessário, primeiro, organizar-se internamente, assegurando a volta do crescimento econômico para, assim, projetar-se internacionalmente, saindo de seu isolamento sistemático. Com o início do segundo governo do primeiro-ministro Shinzō Abe (2012-atualmente), em 2012, através das políticas econômicas denominadas de “abonomics”, estimou-se que a história japonesa tenha encontrado seu momento e seu ator propício para a reinserção de um Japão ativo no arcabouço do Sistema Internacional.

4. O JAPÃO DE SHINZŌ ABE – QUAL ESTADO ESTÁ POR VIR?

Ao longo desse capítulo, a figura política principal foi o primeiro-ministro japonês Shinzō Abe. No ano de 2006, Abe subiu ao poder como governante do Japão pela primeira vez, mantendo-se no cargo somente por um ano. Nesse curto governo, era possível identificar o nacionalismo de Abe refletido em seu objetivo de remilitarizar o Japão, através da reformulação do artigo 9º da Constituição Pacifista, e de resolver a problemática dos sequestros, de cerca de 15 japoneses, realizados pela Coreia do Norte entre os anos de 1977 e 1983. No entanto, seu governo não vingou e não foi possível sua perpetuação no poder para que mudanças substanciais ocorressem no território japonês.

Apesar disso, após sucessivos governos de curta duração e a devastação econômica e política causada pelo desastre nuclear de Fukushima, Shinzō Abe alcançou novamente o título de primeiro-ministro do Japão em 2012, perpetuando-se no poder até o presente momento ao possuir maior número de aliados na Dieta japonesa. A partir de seu segundo mandato, Abe iniciou uma política doméstica e externa mais pragmática, porém mantendo sua meta de remilitarizar o Japão. Dessa forma, Abe, aproveitando-se da conjuntura instável das relações japonesas com a China e com a Coreia do Norte e de sua aliança com os EUA, logrou reformas no escopo militar que desenvolveram a área de defesa do Japão. Em consonância a esse incremento militar, Abe criou políticas econômicas reformadoras denominadas como Abenomics no início de seu segundo mandato e em 2015. Diante da alteração da estrutura econômica japonesa, Shinzō Abe possibilitou um maior combate à deflação, o crescimento econômico japonês estável e a diminuição do desemprego.

Durante seus sete anos no poder, diversas mudanças ocorreram em suas relações com Estados em seu entorno geográfico, em especial com a China, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e com os EUA. Nessas relações, foi possível evidenciar, por exemplo, o nacionalismo e o revisionismo histórico de Abe. Logo, para a compreensão de sua política externa em sua maior totalidade, tornou-se necessário explorar o relacionamento japonês com essas nações.

4.1. Remilitarização do Japão

Conforme demonstrado no capítulo anterior, devido à contestação internacional de Estados membros da Comunidade Europeia e dos EUA em relação à contribuição de caráter econômica do Japão na Guerra do Golfo (1990-1991), iniciou-se um debate doméstico de

como a política externa japonesa deveria ser reformulada para uma maior inserção internacional nipônica (CATALINAC, 2007; UEHARA, 2003; OLIVEIRA, 2019). Além disso, a conjuntura internacional pós-Guerra Fria contribuiu para o surgimento de novas dinâmicas de segurança que deveriam ser consideradas pelos governantes japoneses. Nesse sentido, ao longo da década de 1990, substituiu-se a ameaça da esfacelada URSS pela China, cujos crescentes gastos na área da defesa e aumento de projeção militar alavancavam um maior receio por parte do Japão que considerava essas ações não somente como uma forma de impedir a independência de Taiwan, mas também de expandir a influência marítima chinesa para além do mar do sul e do leste da China (HUGHES, 2017a). Outrossim, no ano de 1995, a Coreia do Norte possuía arsenal nuclear em seu território (MACHADO, 2017), lançando um míssil em direção ao Japão em 1998 (LIFF, 2015).

Como consequência desse cenário em que ameaças militares surgiram próximas à península japonesa, após o final da Guerra Fria, forças conservadoras se fortaleceram e conseguiram maior espaço político para a disseminação da visão de como o Japão deveria agir na área da segurança (MASLOW, 2015). Como exemplo de modificação da estrutura da segurança japonesa, pode-se citar a revisão das Diretrizes de Cooperação de Defesa Japão-EUA de 1978 no ano de 1997. Nesse tratado, ambos se comprometeram em contribuir de forma recíproca para o apoio logístico, de suprimentos e de serviços às FAD japonesas e às Forças Armadas estadunidenses, além de dar maior atenção diplomática e militar a áreas ao redor do Japão que pudessem colocar a paz e a segurança nipônica em risco (JAPÃO, 1997). Ademais, foi reafirmado que o território japonês seria defendido pelos EUA em caso de ataques, buscando estabilizar a península o mais rápido possível. Por meio desse caso, percebeu-se que a aliança entre o Japão e os EUA continuava a ser essencial para a defesa da península.

Após o atentado de 11 de setembro, em que as Torres Gêmeas em Nova York e o Pentágono em Washington foram atingidos por ataques considerados terroristas, teve-se o início da denominada “Guerra ao Terror” do governo de George Walker Bush (2001-2009) que modificou as estruturas do governo do primeiro-ministro Koizumi Junichiro (2001-2006), antecessor ao primeiro governo de Abe (2006-2007). Diante dessa política estadunidense, o escopo da aliança existente entre ambos Estados aumentou, tendo em vista que “os formuladores de políticas japoneses começaram a reconhecer as novas interdependências da

segurança de seu próprio país com a segurança global como um todo⁹” (HUGHES, 2017a, p.77, tradução nossa).

Através dessa nova percepção, em 2001, a dieta japonesa aprovou a Lei de Medidas Especiais Antiterroristas que permitiu o envio da Força Marítima de Autodefesa (FMAD) e a Força Aérea de Autodefesa (FAAD) ao Oceano Índico, durante o período de 2001 a 2010, com o objetivo de apoiar, com abastecimentos logísticos, as forças estadunidenses que se encontravam no Afeganistão, assim como o despacho da Força Terrestre de Autodefesa (FTAD) e da FAAD no Iraque, com o intuito de apoiar, no âmbito logístico, a reconstrução do país no período de 2004 a 2008 (HUGHES, 2017b). Diante do exposto, compreendeu-se que, ao longo do governo de Koizumi, a aliança Japão-EUA se fortaleceu, tendo o Estado japonês conseguido enviar diferentes categorias das FAD para além do território nipônico.

No dia 26 de setembro de 2006, deu-se início ao primeiro governo de Shinzō Abe que durou exatamente um ano. De acordo com Lozoya e Palma (2017), Abe era conhecido como um ator político extremamente nacionalista, contrário ao governo norte coreano, demandando o retorno dos cidadãos japoneses sequestrados no período entre 1977 e 1983, e a favor da remilitarização do Japão. Em seu curto período de governo, Abe tentou, de forma ambiciosa, reformular o artigo 9º, fazer com que a Agência de Defesa Japonesa se tornasse um ministério e criar um Conselho de Segurança Nacional (CSN) ao Estilo Japonês (LIFF, 2018). Nos dois primeiros projetos citados, Abe falhou. Porém, de fato, conseguiu criar o CSN em nível ministerial. No entanto, a perda de 50 milhões de registros de pensões, o suicídio do ministro da Agricultura, Matsuoka Toshikatsu, e a oposição às grandes modificações militares se fortalecendo dentro do próprio partido em que Abe fazia parte, o PLD, somados ao fato de que a maior parte da população desejava políticas econômicas e sociais ao invés de um grande foco militar, resultaram na derrota de Shinzō Abe na Câmara Alta e, conseqüentemente, no fim de seu governo (MASLOW, 2015).

A partir de 2007, tiveram-se no Japão governos consecutivos de curta duração até o ano de 2012. Ao longo desses anos, Yasuo Fukuda (2007-2008), Taro Aso (2008-2009), Yukio Hatoyama (2009-2010), Naoto Kan (2010-2011) e Yoshihiko Noda (2011-2012) assumiram os postos de primeiro-ministro japonês, cada um em seus respectivos períodos de mandato. Salienta-se que, Fukuda e Aso foram membros do partido tradicional japonês PLD, cujos primeiros-ministros eram filiados interrompidamente de 1954 a 1993 e de 1996 a 2009, enquanto que os três governantes seguintes eram membros do Partido Democrático do Japão

⁹ Japanese policymakers have started to acknowledge the new interdependencies of their own nation's security with global security as a whole.

(PDJ). Partidariamente, embora tenha havido uma pausa no governo de caráter conservador do PLD, o PDJ, considerado de centro-esquerda, avançou nas questões militares japonesas (LIFF, 2015).

Vale ressaltar que, esse desenvolvimento militar japonês ocorreu, considerando, regionalmente, a existência de duas principais protagonistas estatais que colocavam em risco a segurança territorial nipônica, sendo elas a China e a Coreia do Norte. Dentre as regiões de disputa territorial japonesa, podem-se citar as Ilhas Curilas com a Rússia, as Ilhas Takeshima/Dokdo defronte à Coreia do Sul e as Ilhas Senkaku/Diaoyu face a face com a China. Conforme Haas (2014), esse embate sino-japonês expandiu-se drasticamente a partir de 2010, diante do crescente fortalecimento militar e da política externa mais ofensiva chinesa somados à importância que ambos Estados conferem a essas ilhas para o *status quo* regional e para questões de segurança futuras.

Em relação às forças norte coreanas, a desconfiança japonesa durante o governo do partido PDJ nasceu devido à imprevisibilidade dos testes bélicos, incluindo o lançamento de mísseis em 2009, originados de Pyongyang (LIFF, 2018). Institucionalmente, o Ministério de Defesa do Japão considerou preocupante o incremento militar chinês, em especial a intensificação das atividades marítimas próximas ao Japão e a falta de transparência dos gastos na defesa chinesa, e avaliou que as atividades militares norte coreanas eram desestabilizantes regionalmente e desafiavam os esforços contra a proliferação de armas nucleares (JAPÃO, 2010).

Nesse cenário, em dezembro de 2010, durante o governo do primeiro-ministro Naoto Kan (2010-2011), ocorreram modificações nas Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD) que foram aprovadas pelo CSN. Destacou-se a substituição do termo “Forças Básicas de Defesa”, existente desde 1976 e que estimulava que as FAD estavam limitadas a conseguir contra-atacar e combater pequenas invasões no território com investimento limitado, pelo conceito de “Forças de Defesa Dinâmica” em que as forças japonesas podiam desenvolver suas habilidades de acordo com as necessidades de segurança do país, dando direito a Tóquio a aumentar seus gastos na área da defesa (BERKOFISKY, 2011). Conseqüentemente, as FAD receberam um conceito mais proativo, culminando em sua maior concentração ao redor do território japonês, em especial o sul, e no desenvolvimento militar de equipamentos que agregaram sua maior flexibilidade e articulação (HUGHES, 2017a). Por fim, o PDJ desenvolveu, através da maior cooperação estadunidense, tecnologias militares

terrestres e navais de caráter defensivo diante à ameaça norte coreana, permitindo à FAD abater projéteis aéreos a partir do ano de 2012 (LIFF, 2015).

Embora o Japão estivesse florescendo em suas questões defensivas, internamente o PDJ estava sofrendo diversos reveses. De acordo com Maslow (2015), no governo de Yoshihiko Noda (2011-2012), conflitos internos do partido, escândalos políticos, maiores impostos, a falta de habilidade em gerir a crise causada pelo Tsunami e terremoto na região de Tohoku que atingiu Fukushima, além do descontentamento da população em relação à irresolução da questão das Ilhas Senkaku/Diayou, culminaram no enfraquecimento do partido japonês de centro esquerda. Como resultado, houve o declínio do PDJ, o que possibilitou uma reviravolta eleitoral na Câmara Baixa de 2012 na qual o PLD assumiu 294 dos 480 assentos e que aliado ao partido Novo Komeito teve a maioria de 2/3 necessária para reformas constitucionais e impedir vetos da Câmara Alta (BRITESI; CATTELAN, 2016).

Nessa época, como o líder do PLD era o Shinzō Abe, teve-se o seu retorno ao escopo político japonês como primeiro-ministro, mantendo-se nesse cargo até os dias de hoje. Desde o início de seu governo, iniciou-se um novo conjunto de decisões japonesas, sendo interessante ressaltar na questão militar e diplomática determinados aspectos de seu discurso de posse do dia 26 de dezembro de 2012. Ao longo de sua fala, percebeu-se que a política externa japonesa de Abe estava de encontro com elementos, tais como a questão de segurança regional, tendo um maior enfoque em relação à China e à Coreia do Norte, a tendência do fortalecimento da relação entre Tóquio e Washington, uma diplomacia com maior extensão geográfica e maior interesse na segurança nipônica, podendo ser encontrados a seguir:

Nós devemos também restaurar a diplomacia proativa que defende nossos interesses nacionais. Muitas questões podem ser encontradas nas relações do Japão com a China e com a República da Coreia e também em seu relacionamento com os Estados Unidos, o relacionamento que constitui o fundamento da diplomacia e segurança do Japão. É necessário considerar a estratégia de uma perspectiva panorâmica do mapa do mundo, incluindo Estados Unidos, Rússia, Índia, países da ASEAN e outros. [...] Mais do que qualquer outra coisa, é imperativo que reconstruamos a relação de confiança que desfrutamos sob a aliança Japão-EUA. [...] Reconheço que o primeiro passo para mudar a política externa e de segurança do Japão é reforçar nossa kizuna - nossos laços de amizade - mais uma vez sob a aliança Japão-EUA, que é a pedra angular da diplomacia japonesa. Como primeiro-ministro, pretendo demonstrar minha resolução de defender plenamente a vida das pessoas, nosso território e nosso belo oceano. [...] A segurança do Japão não é problema de outra pessoa; é uma crise que existe ali e agora¹⁰ (JAPÃO, 2012, s/p, tradução nossa).

¹⁰ We must also restore proactive diplomacy that defends our national interests. A great many issues can be found in Japan's relations with China and with the Republic of Korea and also in its relationship with the United States, the relationship that constitutes the foundation of Japan's diplomacy and security. It is necessary to consider strategy from a panoramic perspective of the world map, including the United States, Russia, India, the

De acordo com Hughes (2015), esse conjunto orientador de novas decisões é denominado como Doutrina Abe, mediante a qual se pretende construir uma política externa japonesa mais assertiva, de alto risco e de alto nível, possuindo como pilares a reestruturação econômica do Japão, a revisão constitucional do artigo 9º, uma maior interação na relação Japão-EUA e a criação de uma “diplomacia orientada por valores”. Segundo Dobson (2017), essa orientação diplomática enfatiza a democracia, os direitos humanos, a liberdade, a economia de mercado e o Estado de Direito, permitindo, ao Japão estar em consonância com o Tratado de Segurança com os EUA, um papel de segurança expandida que possibilita aumentos nos gastos militares e uma posição mais robusta com a China. Pode utilizar como exemplo disso, a retórica “*Japan is back*” de Abe, ao final de 2012, em que foi enfatizado que o Japão seria uma espécie de diamante de segurança democrática da Ásia, em que mesmo as relações com a China sendo de extrema importância, o Japão deve estar em consonância com outros Estados, tais como EUA, Austrália e Índia, possuindo uma diplomacia multilateral que respeite a democracia, o Estado de Direito e os direitos humanos (JAPÃO, 2012).

Vale destacar que esse slogan também foi utilizado na questão militar. Para Shinzō Abe (2013a), os principais focos da política externa japonesa deviam ser não somente uma economia forte, mas também uma defesa nacional consolidada, haja vista, em especial, a nuclearização da Coreia do Norte que gerou a necessidade de uma maior força de ação japonesa para o respeito e promoção dos valores defendidos pela aliança Japão-EUA. Dessa maneira, para cumprir suas responsabilidades com Washington e diante do alto crescimento militar chinês, o orçamento militar japonês aumentou no ano de 2013 (ABE, 2013b). Conforme o relatório do Ministério da Defesa japonês, esse incremento foi de 1.2% comparado ao ano de 2012 (JAPÃO, 2013b). Em seu governo, Abe justificou essa ação, considerando que para os EUA e o Japão conseguirem fornecer à região do Pacífico e ao mundo aspectos como mais democracia e mais segurança, o Estado japonês devia ser firme em sua capacidade militar (ABE, 2013a). Conforme Maslow (2015), essa retórica japonesa foi construída para aumentar a confiança dos EUA em relação ao Japão nas questões políticas e econômicas, sendo esse melhor relacionamento considerado como uma condição vital para o sucesso econômico e de segurança do governo de Shinzō Abe.

countries of ASEAN, and others. [...] More than anything else, it is imperative that we rebuild the relationship of trust we enjoy under the Japan-U.S. alliance. [...] I recognize that the first step in turning Japan's foreign and security policy around is reinforcing our *kizuna* - our bonds of friendship - once more under the Japan-U.S. alliance, which is the cornerstone of Japanese diplomacy.

As Prime Minister I intend to demonstrate my resolution to defend fully people's lives, our territory, and our beautiful ocean. [...] The security of Japan is not someone else's problem; it is a crisis that exists right there and now.

Com essa postura propícia ao robustecimento militar, em maio de 2013, Abe propôs a revisão do artigo 96º da Constituição Japonesa, visando uma maior facilidade em reformular o artigo 9º. De acordo com essa primeira norma, as emendas constitucionais devem ser aprovadas por dois terços dos membros de cada Casa e, ao serem submetidas à ratificação, devem requerer a maioria dos votos da população em um referendo ou em uma eleição convocada pela Dieta (JAPÃO, c2012). Em sua nova proposta, Abe defendeu que o processo para a adição de emendas deveria ser aprovado por maioria simples da Dieta (MASLOW, 2015). Em uma possível modificação constitucional do pacifismo japonês, a população seria um grande obstáculo para Abe, sendo possível compreender seu plano de maneira lógica. Porém, devido à resistência do partido aliado Novo Komeito ao revisionismo do PLD, que era a peça chave para a maioria dos votos na Dieta, somados à opinião pública majoritariamente contrária a essa modificação, Abe, por hora, desistiu de sua tentativa e começou um maior foco em reinterpretar as normas da Constituição, em especial na questão do conceito de defesa coletiva (HUGHES, 2015).

Independentemente desse impasse, modificações institucionais na questão militar ocorreram, iniciando uma nova consideração em relação à ideia de defesa coletiva que seriam efetivadas em 2014. Esse processo começou em dezembro de 2013, quando se substituiu o Conselho de Segurança (CS) de 1986 pelo CSN, cuja função se tornou centralizar a tomada de decisão de políticas sobre a segurança nacional do Japão, além de garantir uma rápida organização e o melhor planejamento entre as agências governamentais que trabalham na gestão de crises (LIFF, 2015). Em relação à estrutura da CSN, vale destacar seu aspecto inédito chamado de “conferência dos quatro ministros”, em que o primeiro-ministro, os ministros de assuntos estrangeiros e de defesa e o secretário-chefe do gabinete se encontram e decidem a política estratégica do país e tópicos condicionados à diplomacia e a segurança nacional (NAKANISHI, 2015). Diante disso, formou-se no Japão um aparato burocrático que permitiu maior relação entre os “*policy makers*” japoneses, sendo isso importante para a formação de um plano estratégico sobre a segurança nacional.

Assim, a partir desse arranjo entre Abe e outros membros do escalão político, teve-se a implementação da nova Estratégia de Segurança Nacional (ESN) japonesa e a reformulação do DNPD no final de 2013. Conforme Nakanishi (2015), a base da nova ESN foi a nova maneira japonesa em se portar como um contribuidor proativo para a paz na comunidade internacional, considerando a complexibilidade da segurança internacional em regiões, tais

como, por exemplo, a Ásia-Pacífico e a própria Ásia Oriental com a ascensão chinesa e nuclearização norte coreana.

Dessa maneira, a ESN possuía três objetivos principais, sendo eles: 1) a expansão e incremento das capacidades e dos papéis japoneses em questões referentes à segurança internacional; 2) o fortalecimento da aliança Japão-EUA e o desenvolvimento da cooperação japonesa com seus demais parceiros, aspirando diminuir ameaças ao território nipônico e promover uma cooperação de segurança; 3) contribuição proativa do Japão para a construção de uma comunidade internacional pacífica, estável e próspera (JAPÃO, 2013a). Como reflexo desses três pontos, pode-se citar, como exemplo, o aperfeiçoamento da relação japonesa com os EUA, a Índia e a Austrália, formando assim um maior alinhamento entre o Japão e esses três Estados em questões militares (BRITESI; CATTELAN, 2016). Nesse plano estratégico, visualizou-se então um Japão que mantém a aliança com os EUA como um forte pilar em sua política de defesa, além da intenção japonesa em ter uma maior projeção internacional nas questões militares, diante das instabilidades externas ao território nacional.

Enquanto isso, no DNPD teve-se a substituição do termo “Forças de Defesa Dinâmica”, criado em 2010 pelo PDJ, pelo conceito “Forças Dinâmica de Defesa Conjunta”, sendo que essa pequena modificação significava a importância da maior articulação entre as operações aéreas, terrestres e navais japonesas (LIFF, 2015). Outrossim, foi priorizado a superioridade aérea e marítima e o fortalecimento da capacidade de dissuasão em confrontos por territórios e interesses econômicos que não se transformam em guerra, sendo a questão das Ilhas Senkaku/Diaoyu um exemplo disso (NAKANISHI, 2015).

Vale salientar que, ao longo do documento do novo DNPD, ressaltou-se a preocupação japonesa em relação aos mísseis desenvolvidos pela Coreia do Norte e ao investimento chinês na questão militar que não possuía transparência de seus gastos, a constatação de que a China violou em diversas ocasiões o espaço marítimo e aéreo japonês e estava intensificando suas ações nessas áreas, justificando o enfoque nipônico em desenvolver suas forças aéreas e marítimas, e, por fim, assim como no ESN, a aliança com os EUA e maior cooperação com outros aliados foram destacadas (JAPÃO, 2013c). Dessa maneira, como consequência teve-se um aumento constante no orçamento nacional destinado ao desenvolvimento militar japonês que se perpetuou durante as seguintes gestões de Abe, permitindo compras de equipamentos, além do fortalecimento da marinha através de capacidades de defesa aéreas e mísseis avançados, assim como o aprimoramento dos equipamentos de transporte e vigilância da aeronáutica (MASLOW, 2015).

Ao longo de 2014, Abe continuou rumo a maiores revisões no âmbito doméstico, sendo o seu alvo seguinte a denominada “proibição de exportação de armas” existente desde 1967. Ao seguir essa restrição auto-imposta, o Japão se proibiu de exportar armas para demais Estados, possuindo, em contrapartida, livre cooperação tecnológica com os EUA (NAKANISHI, 2015). Na conjuntura internacional japonesa, em que ameaças externas foram consideradas e aumentaram-se os custos na defesa, visualizou-se na revogação da proibição de exportação uma forma de gerar maiores economias de escala que, ao permitir um maior número de vendas, possibilitaria aprimoramento e maior colaboração na área militar tecnológica com os parceiros regionais do Japão (LIFF, 2015). Dessa maneira, no dia primeiro de abril de 2014, o governo japonês, em consonância com a ESN de 2013, aprovou “Os Três Princípios sobre Transferência de Equipamentos e Tecnologia de Defesa” aumentando a possibilidade de maior cooperação e mercado, mesmo havendo algumas restrições. Dentre os impedimentos, teve-se que o Estado importador não pode violar obrigações internacionais feitas através de tratados e acordos com o Japão e com o Conselho de Segurança da ONU, além de não poder ser um Estado que está participando em algum conflito, enquanto que a exportação será permitida se promover a paz, a cooperação internacional e a segurança japonesa, podendo casos significativos serem avaliados pela ESN (JAPÃO, 2014c).

Apesar dessa importante modificação, em julho de 2014, Shinzō Abe deu início a um de seus maiores feitos, a reinterpretação do artigo 9º, a mesma norma que reflete o pacifismo japonês. Desde o governo de Yoshida Shigeru em 1954, o Japão possui as FAD que agem como uma força militar japonesa mínima necessária para a proteção do território nipônico, recebendo, assim, um limite de recursos nacionais (OLIVEIRA, 2019). Conforme Adam Liff (2015), as elites japonesas que atuavam na política externa do Japão estavam em um quase consenso de que diante da evolução das ameaças internacionais e das tecnologias militares, era necessária uma reinterpretação do que poderia ser considerado como “mínimo necessário”, sendo a cooperação militar com outros Estados considerada uma nova possibilidade de auto-defesa.

A partir desse momento, começou o trâmite legal necessário para a aprovação do direito japonês em agir em direção à autodefesa coletiva, tendo sua validação final na Dieta Nacional em setembro de 2015. No entanto, o direito de autodefesa coletiva somente pode ser utilizado se: 1) o ataque a um Estado com relações próximas ao Japão demonstrar ameaça à vida, liberdade e felicidade da população japonesa e quando a ação coletiva for a única opção

efetiva para a solução de um ataque (HUGHES, 2017b). Como resultado, o Japão de Abe expandiu as possibilidades de ação de suas FAD, podendo apoiar seus aliados em conflitos internacionais e participar em operações de paz da ONU através de atividades militares, desde que estejam de acordo com as duas condições anteriores.

Enquanto o direito de auto-defesa coletiva para as FAD estava em processo de análise pela Dieta, em janeiro de 2015, importantes transformações foram realizadas na ODA, plataforma pela qual o Japão promoveu sua inserção e participação econômica durante a Guerra Fria, direcionando-a para um escopo estratégico que beneficiava a colaboração proativa para a paz. Pôde-se fazer essa afirmação, haja vista que em seu novo formato a ODA teve permissão em prover apoio para forças militares de outros Estados, caso essa assistência for utilizada em benefício aos civis ou para ajudar em desastres (HUGHES, 2015). Não somente por meio disso, mas comprovou-se essa alegação ao analisar o novo documento da ODA de 2015, em que o conceito de “contribuição proativa para a paz” foi utilizado pelo Japão como forma de garantir Estados pacíficos, estáveis e seguros, além de outros objetivos encontrados em reformas anteriores, tais como consolidar a democracia e manter os direitos humanos (JAPÃO, 2015d). Percebeu-se que, desde sua eleição em 2012, Abe alcançou a aprovação de reformas em instituições desde plenamente militares até as que não possuíam ligações com questões da área da defesa, tais como a própria ODA, sendo possível visualizar uma modificação cada vez mais integral da política doméstica e internacional do Japão.

Não obstante a essas mudanças e anteriormente à aprovação da auto-defesa coletiva, faltava reformular, de acordo com os princípios da Doutrina Abe, a relação nipônica com um ator imprescindível para a política externa japonesa, os EUA. Dessa maneira, no dia 27 de abril de 2015 teve-se a revisão das “Diretrizes Japão-EUA para a Cooperação em Defesa” de 1997, inaugurando uma maior relação de cooperação militar com Washington. De acordo com o Ministério da Defesa (JAPÃO, 2015b), a cooperação internacional entre Tóquio e Washington tornou-se presente em operações de paz da ONU, assistências internacionais humanitárias, segurança marítima com inclusão ao combate ao terrorismo, suporte logístico, cooperação em atividades de inteligência, vigilância e reconhecimento, treinamentos conjuntos e capacitação entre as forças militares, operações de evacuação de não combatentes e, por fim, cooperação espacial e no ciberespaço.

Outrossim, Hughes (2017b) ressaltou que para que a cooperação funcione de maneira mais suave em todas as formas de conflitos, nas novas diretrizes foram removidos conceitos de cooperação militar que se limitassem somente ao Japão e seu entorno geográfico,

ênfatisando uma cooperação contínua mais abrangente territorialmente entre Tóquio e Washington que pode ser aplicada em diferentes níveis de conflito. Apesar disso, vale esclarecer que o Japão não possui o compromisso de apoiar sempre as forças militares estadunidenses (LIFF, 2018), enquanto que as obrigações de defesa do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, na qual Washington deve proteger o território nipônico em caso de ataques, permanecem intactas (JAPÃO, 2015b).

Diante desses acordos, visualizou-se uma aliança Japão-EUA mais robusta, complexa e abrangente de novos tópicos tais como a cooperação ciberespacial. Enfatizou-se também que, essas mudanças estão de acordo com a intenção de Shinzō Abe em criar uma política proativa para a paz que abarca regiões aliadas ao Japão e que podem promover valores defendidos pela diplomacia japonesa, como a democracia. Sendo assim, foi possível perceber como a evolução de Shinzō Abe nas questões militares japonesas foram essenciais para determinados pontos das novas diretrizes entre Japão e EUA, mantendo, entretanto, o dever de proteção estadunidense do território nipônico. Dessa forma, a remilitarização japonesa de Abe desde 2012 é marcada por modificações progressivas nas instituições e acordos japoneses que exigem maior investimento nipônico, mantendo questões de defesa histórica e afastando-se, de certo modo, de um dos pontos da Doutrina Yoshida cuja ênfase era possuir relações econômicas com um poder militar mínimo, utilizado somente para proteção.

Muitas dessas mudanças internas foram permitidas graças à falta de formação de uma oposição consolidada contra o PLD. Inclusive, o PDJ que em menos de uma década atrás derrotou o partido de Abe, se dividiu e tornou-se Partido Democrático, em 2016 (HUGHES, 2015). Dessa maneira, teve-se uma constante perpetuação de Abe no governo como primeiro-ministro, apoiado pelo Partido Komeito, sendo reeleito em 2018 com um mandato até 2021. Por fim, até o momento, as últimas reformas documentais foram elaboradas de agosto a dezembro de 2018.

Ao ser formulado em agosto, o documento japonês denominado “*White Paper*”, responsável por indicar as diretrizes de aspectos militares do Japão, requereu um aumento de 2.1% do orçamento destinado à defesa e institucionalizou um Comitê Explanatório sobre o futuro das FAD cujo objetivo era o de revisar o DNPD de 2013 (BASU, 2018). Conforme Isobe (2019), a motivação para tal fato foram os desafios geoestratégicos da região, considerando a China, a Coreia do Norte e em menor grau a Rússia, em relação às ilhas localizadas ao norte do território nipônico contestadas pelo Japão e pelo governo russo, e o

surgimento de maiores desafios relacionado ao espaço sideral e cibernético, conforme ressaltado no DNPD de 2018:

As mudanças no equilíbrio de poder na arena internacional estão se acelerando e se tornando mais complexas, e a incerteza sobre a ordem existente está aumentando. Além disso, a rápida expansão no uso de novos domínios, que são espaço, ciberespaço e espectro eletromagnético, está pronta para mudar fundamentalmente o paradigma existente de segurança nacional, que priorizou respostas em domínios físicos tradicionais, que são terra, mar e ar¹¹ (JAPÃO, 2018a, p.1, tradução nossa).

Em suas modificações aprovadas no dia 17 de dezembro de 2018, a nova DNPD considerou a necessidade japonesa em agir na construção de uma arquitetura de defesa nacional pautada na cooperação entre as entidades públicas e privadas, maior desenvolvimento nos campos cibernético, eletromagnético e espacial através de pesquisa e de criação de normas sobre o assunto, além de investimentos na defesa em domínios tradicionais e novos, contribuindo para uma força de multi-defesa nacional (JAPÃO, 2018a). Além disso, esse documento considera como prioridade: 1) fortalecer a postura de defesa das ilhas localizadas ao sudoeste do território japonês, garantindo-as maior soberania e acesso a armamentos; 2) estabelecer uma Sede Conjunta Permanente com as FAD; 3) aumentar na contratação de população capacitada nas questões espaciais e cibernéticas, além de criar uma estrutura legal para esses novos campos; 4) que o governo nacional revise o processo de desenvolvimento de estratégia, visando analisar o grau de envolvimento da ESN; 5) fortalecer, tradicionalmente, a aliança Japão-EUA, ao desenvolver planos de operações bilaterais desde cenários de paz a de conflitos, cooperar regionalmente, melhorar a interoperabilidade entre eles devido ao recebimento de armas estadunidenses pelo Japão e fortalecer as relações com o Comando Indo-Pacífico Havaiano (ISOBE, 2019).

Diante dessas orientações, a nova e atual DNPD enfoca no desenvolvimento e maior administração das FAD, reforça a necessidade do governo nacional conferir se os planos da ESN estão de acordo com o interesse nacional e soma novas capacidades de ação além das encontradas nas “Diretrizes EUA-Japão para a Cooperação em Defesa” de 2015. Outro ponto de importante destaque são as questões de cooperação e de trocas defensivas, tendo em vista a abertura japonesa em promover ações em conjunto com a Austrália, Índia, ASEAN, Coreia do Sul, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia, China, Rússia, ilhas da Comunidade do Pacífico e

¹¹ Changes in the balance of power in the international arena are accelerating and becoming more complex, and uncertainty over the existing order is increasing. In addition, rapid expansion in the use of new domains, which are space, cyberspace and electromagnetic spectrum is poised to fundamentally change the existing paradigm of national security, which has prioritized responses in traditional, physical domains, which are land, sea and air.

países da Ásia Central, da África e do Oriente Médio (JAPÃO, 2018a). Nessa ampliação de atividades de caráter militar com diferentes regiões do globo, o Japão pretende atuar em atividades desde a promoção de diálogo para maior confiança, como no caso chinês e russo, a participação em operações de paz da ONU.

Um “*turning point*” para o maior investimento nipônico na questão militar e reformulação de uma nova DPND pode ser o governo do presidente dos EUA, Donald Trump (2017-atualmente). Conforme Nishi (2019), a relação Japão-EUA encontra grande dificuldade diante da imprevisibilidade de Trump em assuntos de segurança e devido à insatisfação do representante estadunidense com a atuação japonesa na aliança entre esses dois Estados. Além disso, é importante compreender a opinião pública do Japão diante dos EUA. Conforme demonstrado pela organização japonesa *The Genron NPO* (2017), dos mil japoneses entrevistados, 50.8% tiveram sua confiança em relação aos EUA de Trump diminuída, 56.9% estavam preocupados com o futuro da aliança Japão-EUA, 52.6% possuíam baixas expectativas de que os EUA irão promover a paz internacional, 53.5% tinham poucas expectativas de que a democracia seria defendida por Trump e, por fim, 38.1% consideravam que o Japão não deveria focar sua atenção somente nos EUA, mas sim em normalizar suas relações e incrementar sua cooperação com outros Estados, tais como, por exemplo, a China. Nesses resultados, constatou-se que a população japonesa, em 2017, tinha receios em relação ao Trump, sendo interessante salientar a preocupação com a aliança e com a paz internacional, tendo em vista que elas demonstram um sentimento de insegurança.

Além desses dados, vale ressaltar que, em 2018, dos mil entrevistados, 86.3% possuíam visões negativas em relação à China, devido, principalmente, à invasão chinesa no espaço aéreo e marítimo japonês, 39% consideraram as relações sino-japonesas ruins, 53.5% acreditavam que devia se ter uma maior cooperação com a China para garantir a paz no leste asiático (THE GENRON NPO, 2018a). Já em relação à segurança asiática, 75.3% e 45.7% dos mil japoneses entrevistados, respectivamente, consideraram que a Coreia do Norte e a China representavam uma ameaça militar, enquanto que 65.1% acreditavam que a questão nuclear norte coreana será dificilmente resolvida (THE GENRON NPO, 2018b). Dessa maneira, percebeu-se que a população japonesa considerava o seu entorno como ameaçador, em relação aos mesmos Estados que Abe usava como justificativa para a remilitarização do Japão nos documentos de defesa aprovados anteriormente citados. Assim, esse sentimento de risco pode ser considerado um dos motores para o apoio da população às políticas de defesa de Abe.

Nesse sentido, foi possível compreender os dados de 2019, em que, dos 1930 japoneses entrevistados, 40% se demonstraram favoráveis à revisão do artigo 9º sobre a renúncia à guerra, enquanto 54% se posicionaram contrários à ideia de que essa emenda deva ser feita (THE JAPAN TIMES, 2019a). Dessa forma, notou-se que a opinião pública pacifista contrária à maior militarização japonesa encontrada no pós-Segunda Guerra Mundial está em transformação, possuindo, ao aplicar o construtivismo desenvolvido por Wendt (1999), seus valores, normas, crenças e identidade modificados na interação entre o doméstico e o internacional. Como essas mudanças contribuem para alterações no escopo militar nipônico, identificou-se a consonância existente entre o caso japonês com Buzan e Hansen (2012) e com Smith (2004), apresentados na introdução, no sentido de que normas e valores da população sobre determinado assunto podem contribuir para modificar o modo de agir do Estado em sua segurança. Ademais, de acordo com Buzan e Hansen (2012), são essas características encontradas na população que legitimam, ou não, as atitudes militares do Estado, sendo possível perceber, no Japão, um apoio à política de Abe. Por fim, resta saber como países essenciais para a formulação da política externa japonesa atual, tais como China, Coreia do Sul, Coreia do Norte e EUA, visualizam e influenciam a remilitarização nipônica que está cada vez mais complexa e completa, sendo isso demonstrado no último subcapítulo desse trabalho.

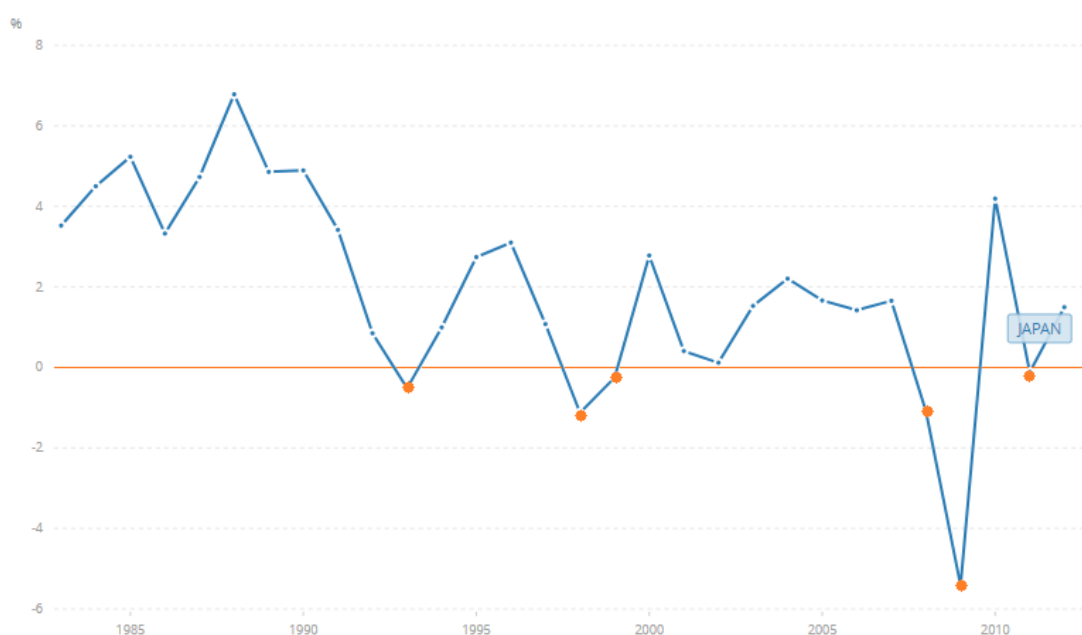
4.2. A Questão Econômica do Japão e as Abenomics

Conforme demonstrado durante o capítulo dois desse trabalho, por meio da aplicação, principalmente, da Doutrina Yoshida e do enfoque nas questões econômicas, o Estado japonês obteve um alto crescimento em sua economia em grande parte do período da Guerra Fria. No entanto, no ano de 1985, a decisão japonesa na reunião secreta do G-5 de aceitar o Acordo de Plaza, em que o iene teve seu valor apreciado em relação ao dólar, marcou o início de uma política fiscal expansionista. De acordo com Grabowiecki e Dabrowski (2017), através da valorização do iene, além de ocorrer a diminuição da capacidade de competição e lucratividade japonesa no mercado de exportação, diante da menor inflação nacional, foram realizados investimentos menores na indústria nacional, a poupança nipônica aumentou e as taxas de juros reduziram, diminuindo, assim, o interesse externo em investir no Japão.

Nesse mesmo lapso de tempo, até meados de 1989, os preços das ações e das terras japonesas subiram de forma acelerada, contribuindo para a manutenção da decisão fiscal

expansionista do Banco do Japão (BoJ) de reduzir as taxas de juros e permitir maior emissão de moeda (OHNO, 2006). Em contrapartida, devido à flutuação de preços a partir de 1990, iniciou-se um declínio desses ativos econômicos que continham valor agregado de, aproximadamente, 14 bilhões de dólares, reduzindo as reservas de capital disponíveis e os empréstimos de diversos bancos japoneses (GRABOWIECKI; DABROWSKI, 2017). Através desse rumo econômico, em 1991, teve-se a explosão da bolha especulativa japonesa, iniciando uma economia marcada pela crise financeira, deflação e estagnação econômica, na qual o Japão ainda não conseguiu encontrar uma solução. Perante a dificuldade em aplicar políticas que possibilitassem maior estabilidade e crescimento econômico ao Estado japonês, as décadas de 1990 e de 2000 foram consideradas décadas perdidas diante da predominante recessão econômica do Japão (NEZU, 2013), demonstradas no gráfico 1:

Gráfico 1 - Crescimento em % do PIB do Japão no período de 1983 a 2012



Fonte: THE WORLD BANK GROUP, 2019b, s/p, adaptado.

Ao visualizar o gráfico, percebeu-se que até o ano de 2012, o Japão não conseguiu superar a porcentagem de seu crescimento anual do PIB de cerca de 5% no ano de 1990. Ademais, decréscimos negativos em relação ao ano anterior foram encontrados em 1993, 1998, 1999, 2008, 2009 e em 2011. Ao longo desses vinte e oito anos demonstrados, podem-se apontar acontecimentos internos e externos que não foram propícios para o grande desenvolvimento econômico nipônico como em anos anteriores, tais como a explosão da bolha em 1991 cujos efeitos contribuíram para o baixo PIB de 1993. Ademais, apesar de uma

taxa de crescimento encontrada em 1995, vale ressaltar o grande terremoto na cidade de Kobe. Nesse episódio que demonstra a vulnerabilidade japonesa a desastres naturais, apesar das políticas do primeiro-ministro Murayama Tomiichi (1994-1996) orientadas para o crescimento econômico, tais como a redução de impostos e aumento nos gastos em obras públicas, os abalos sísmicos causaram a morte de 6000 pessoas e perdas materiais equivalentes a 2.5% do PIB da época (LOZOYA; PALMA, 2017). Ao final dos anos de 1990, se notou também os efeitos da Crise Asiática de 1997 no PIB de 1998 e 1999.

Ao longo do governo de Koizumi Junichiro (2001-2006), pautado na liberalização do mercado, redução de barreiras a empresas estrangeiras e diminuição de impostos a firmas ao redor do país (SHIBATA, 2017), assim como na primeira administração de Shinzō Abe (2006-2007) marcada pelo foco na revisão constitucional do artigo 9º e na militarização japonesa, teve-se uma maior estabilidade e maior crescimento econômico. Todavia, como último acontecimento internacional que afetou as décadas perdidas do Japão, a situação se tornou crítica diante da crise financeira global de 2008 que contribuiu para o decréscimo da porcentagem do PIB japonês próximos a -1% e -5,3%, respectivamente, nos anos de 2008 e 2009. Em mais um episódio de vulnerabilidade em sua questão geográfica, no dia 11 de março de 2011 ocorreu um terremoto e um tsunami na região de Tohoku, nordeste japonês, que atingiram a cidade de Fukushima e uma de suas usinas nucleares. De acordo com Grabowiecki e Dabrowski (2017), as perdas materiais dessa catástrofe, assim como do terremoto em Kobe no ano de 1995, foram uma das maiores em toda história humana.

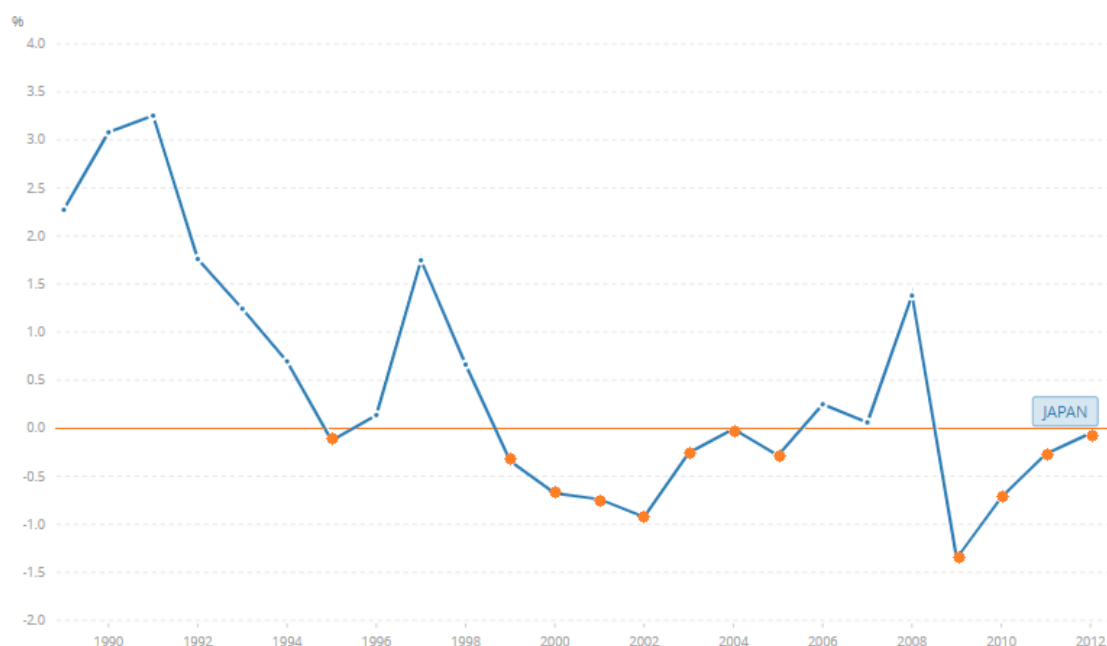
No escopo político, através do aumento dos impostos e da incapacidade de ação do governo do primeiro-ministro Yoshihiko Noda (2011-2012) em relação aos desastres de Fukushima, aumentou-se o descontentamento da população a esse líder, enfraquecendo o PDJ (MASLOW, 2015) e possibilitando a volta de Abe, filiado ao PLD, ao topo da hierarquia de poder político do Japão em 2012. De acordo com Shinzō Abe (2013), após sua eleição, o Japão voltou ao cenário internacional devido, não somente aos seus programas na área de defesa, mas também às Abenomics que são pautadas no lançamento forte, rápido e ao mesmo tempo de “três flechas” que garantiriam, estrategicamente, o aumento da produção e a modificação da estrutura econômica japonesa, possibilitando, também, maiores oportunidades para a população, em especial para mulheres e idosos. Em seu plano econômico apresentado no início de seu governo, cada flecha mira em um pilar econômico, sendo eles:

- (i) uma política monetária frouxa, com a meta de inflação de 2%; (ii) uma política fiscal expansiva, aumentando os gastos do governo a fim de estimular o consumo no

país - aqui se incluem também o aumento dos gastos militares e a realização das Olimpíadas de 2020; e (iii) reformas estruturais para garantir o crescimento e a competitividade da economia no longo prazo (BRITESI; CATELLAN, 2016, p.17-18).

Dessa maneira, constatou-se no lançamento da primeira flecha das Abenomics o interesse nipônico na não manutenção da deflação. Conforme Rossetti (2003), essa característica econômica causa a queda dos preços em um patamar instável – porcentagem negativa – na qual a moeda se torna mais valorizada do que outros ativos econômicos, gerando a ampliação de estoques e da ociosidade econômica, além do encolhimento dos índices de consumo e investimentos. Ao longo da década de 1990, percebeu-se a ocorrência de menores índices de inflação e uma quase constante presença da deflação a partir de 1999, perante o gráfico 2:

Gráfico 2 - Inflação e Deflação no Japão de 1989 a 2012



Fonte: THE WORLD BANK GROUP, 2019a, s/p, adaptado.

Como importante medida adotada por Abe, visando o sucesso do lançamento de sua primeira flecha voltada para a expansão monetária, no dia 20 de março de 2013, teve-se a mudança do governador do BoJ. Assim, Shirakawa Masaaki foi substituído por Kuroda Haruhiko que era mais propício e a favor da implementação de uma política expansiva do que seu antecessor (NEZU, 2013). A partir de então, essa instituição entra em consonância com o objetivo do primeiro-ministro japonês de alcançar uma estabilidade de preço com inflação a

2% ao ano. Começando no dia 5 de abril de 2013, conforme demonstrado por Yoshino e Taghizadeh-Hesary (2014), para atingir o alvo deflacionário, o BoJ começou a comprar, mensalmente, títulos de curto a longo prazos, de 2 a 40 anos, do governo japonês inclusive os títulos relacionados com a taxa flutuante e a inflação.

Como resultados em curto prazo, esperava-se que essa atividade possibilitasse uma maior expectativa de aumento da inflação no mercado, menores taxas de juros e, por fim, o aumento no capital dos investidores nacionais, gerando, conseqüentemente, o aumento da bolsa de valores (DOURILLE-FEER, 2015). Na prática, essa atividade gerou um aumento no preço da bolsa e na depreciação do iene, sendo isso visto como uma forma de crescer o consumo e as exportações das indústrias nipônicas (NEZU, 2013). Mais adiante, será demonstrado que, por questões domésticas, esse crescimento de fato não ocorreu como esperado. Não obstante, como resultado benéfico por causa do iene desvalorizado, houve o aumento do turismo de estrangeiros no Japão em 187%, de 2012 para 2016, contribuindo para o crescimento do Estado (HERRERO; IWAHARA, 2017).

Enquanto isso, o lançamento da segunda flecha contemplou construir uma política fiscal expansiva para o Japão que visava, primordialmente, o crescimento anual do PIB japonês em 2% e a criação de 600.000 postos de trabalho (ABE, 2013a). Até 2020, pretendesse-se que esse crescimento seja alcançado. Como medida para garantir que esse alvo fosse atingido, em fevereiro de 2013, a Casa dos Representantes aprovou um projeto no qual uma despesa de US\$116 bilhões foi direcionada para a ampliação da infraestrutura japonesa, construindo, por exemplo, pontes e túneis (GRABOWIECKI; DABROWSKI, 2017). Através dessas ações, o governo japonês visava aquecer a indústria e possibilitar mais vagas de trabalhos ao impulsionar a economia local. Além disso, é essencial ressaltar que, 46% desse valor foi financiado por dívidas do governo, sendo equivalente a 9% do PIB daquele ano, tendo sido possível ser feita graças à emissão de 5 trilhões de ienes dos títulos do governo nipônico (NEZU, 2013).

No Japão, existe uma grande dívida pública causada pela relação de pouca arrecadação de dinheiro e muitos gastos por parte do governo. De acordo com o International Monetary Fund (2019), desde o ano de 1991, essa dívida japonesa que era equivalente a 63.5% do PIB japonês cresceu, sucessivamente, para 229% no ano de 2012, aumentando para 232.5% ao final do primeiro ano do governo de Abe em 2013. Como tentativa de combater essa dívida, em 2012, o BoJ “anunciou a intenção de comprar 70% da emissão de toda a dívida do

Tesouro nos próximos dois anos, a fim de estimular a inflação e o consumo¹²” (GRABOWIECKI; DABROWSKI, 2017, p.27, tradução nossa). Em 2014, o BoJ havia alcançado 70% das emissões de dívidas do Japão (DOURILLE-FEER, 2015). Além do mais, visando o crescimento econômico nipônico, em abril de 2014, ocorreu o aumento da taxa de consumo de 5 a 8% e planejou-se um aumento de 8 a 10% em outubro de 2015, visando, por essa ordem cronológica, um aumento de 1,5% e 1% nas receitas tributárias do PIB (LECHEVALIER; MONFORT, 2016). Todavia, diante das menores chances de crescimento, em 2015, esse aumento foi adiado para 2017 (DOURILLE-FEER, 2015).

Por fim, a terceira flecha de Shinzō Abe visou o crescimento econômico, através de reformas estruturais que incluíam desde medidas na área energética até outras relacionadas com a demografia japonesa. De acordo com Dourille-Feer (2015), essa amplitude de reformas foi formada considerando os pontos fracos da economia, tais como, por exemplo, a força de trabalho que diminuiu em 2.16 milhões de 1998 a 2013, a menor participação das exportações japonesas a nível global, entre 1993 e 2012, de 9.8% para 4.5% e a menor competitividade das empresas nacionais.

Dessa forma, podem-se encontrar medidas do governo em tentar fazer com que companhias aumentem o salário de seus empregados, visando ampliar o consumo, aumentar a participação das mulheres e dos idosos no mercado de trabalho japonês, obter maiores números de creches, de bolsas de estudos para estudantes e de orçamentos para pesquisa e desenvolvimento científico, observar se os preços dos remédios e cuidados à saúde refletem as condições do mercado, além de possibilitar um setor agrícola competitivo (YOSHINO; TAGHIZADEH-HESARY, 2014). Com a intenção de aumentar os lucros empresariais, o governo de Abe planeja reduzir aos impostos corporativos de forma gradual, tendo diminuído essa taxa de cerca de 37% em 2014 para 32.11% em 2015, além de, considerando a menor disponibilidade energética depois do fechamento das usinas nucleares pós-Fukushima, ter criado a Organização para Coordenação Transregional de Operadores de Transmissão para o maior liberalização e fornecimento de energia (DOURILLE-FEER, 2015).

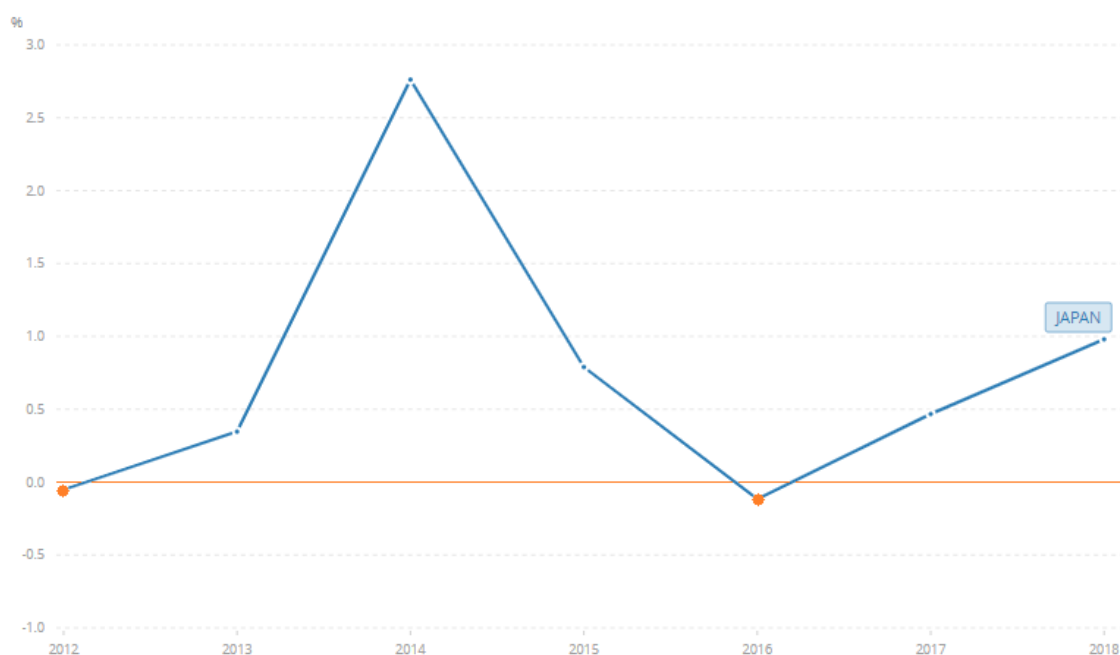
Em consonância com suas reformas, vale ressaltar que Abe buscou construir compromissos e aproximações políticas com diferentes setores da economia japonesa. Essa atividade pode ser percebida em casos, tais como: o favorecimento da indústria farmacêutica e de seus distribuidores ao aprovar nacionalmente, após pressões da empresa Rakuten, a venda

¹² announced the intention to purchase 70% of the emission of the entire treasury debt within the next two years in order to stimulate inflation and consumption.

on-line de qualquer medicamento que não seja perigoso ao usuário; sua aproximação com grandes empresas, como, por exemplo, a Toyota, com o intuito de que elas aumentem os salários de seus empregados; e, por fim, na liberalização de produtos como carne, açúcar e arroz que favorecem o *lobby* agrícola ao mesmo tempo em que possibilita maior base de apoio ao partido PLD (LECHEVALIER; MONFORT, 2016). Diante disso, percebeu-se que determinadas reformas foram feitas com o objetivo de aumentar a base de apoio de Abe.

Apesar do lançamento das três flechas em três pilares importantes da economia japonesa, a flexibilização monetária, a expansão fiscal e as reformas estruturais não foram capazes de alcançar seus objetivos e reaquecer a economia japonesa na proporção desejada. Em relação à primeira flecha lançada, constatou-se que somente no segundo semestre de 2013 e no ano seguinte que a inflação alcançou a porcentagem desejada de 2%. Nos anos seguintes, a deflação voltou à tona no final de 2015 e no início de 2016, conforme o gráfico 3:

Gráfico 3 - Inflação e Deflação no Japão de 2012 a 2018



Fonte: THE WORLD BANK GROUP, 2019a, s/p, adaptado.

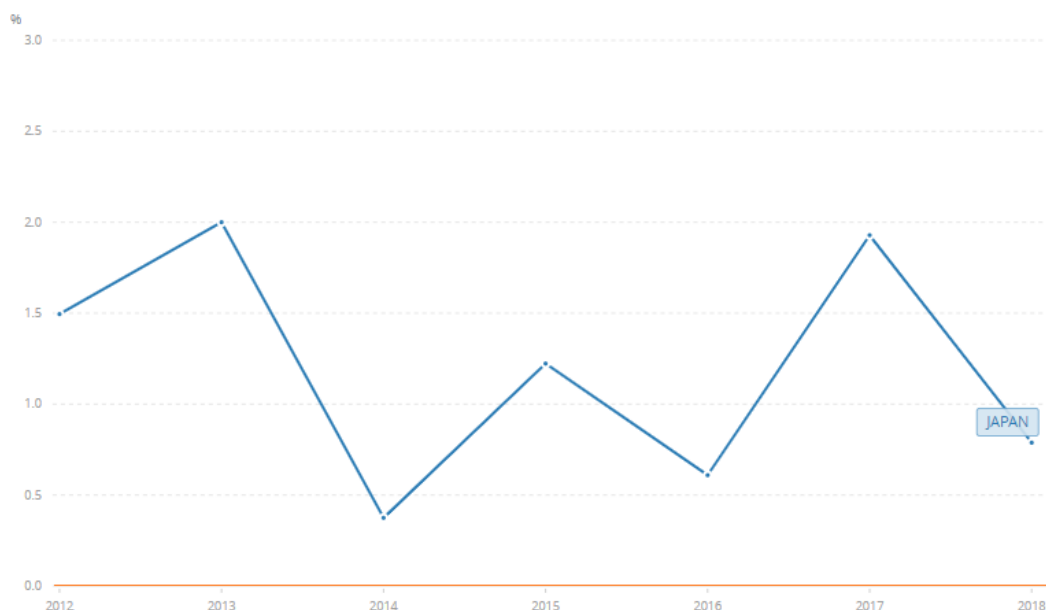
Dentre as causas para essa relação inflacionária e deflacionária, dois pontos foram considerados, sendo eles: 1) que o iene depreciado dificultou a importação e, apesar de ter facilitado a exportação, as empresas japonesas têm a preferência em produzir localmente do que em exportar e produzir seus produtos fora do Japão; 2) que devia existir uma harmonia em relação à subida de preços pela inflação e o aumento salarial da população (NEZU, 2013).

Nesse sentido, “a mudança das expectativas do mercado se mostrou difícil, testemunhando uma falha em obter inflação, apenas aumentos salariais limitados e uma diminuição dos salários dos trabalhadores não regulares, o que resultou em uma continuação do subconsumo¹³” (SHIBATA, 2017, p.406, tradução nossa).

Nesse sentido, apesar da intenção de Abe em aumentar os salários e empregos no Japão, o valor anual médio recebido pela população diminuiu no período de 2012 a 2016 (INOUE, 2018) e o número de trabalhadores irregulares compôs cerca de 40% da mão de obra japonesa em 2016 (THE JAPAN TIMES, 2016). Em relação a isso, Shibata (2017), ressaltou que esse grupo de pessoas possuía precariedade no espaço de trabalho e recebimento de salários baixos. Dessa maneira, além da maior inflação desacompanhada do aumento salarial, a segunda flecha de Abe, ao taxar o consumo em 2014, contribuiu para a menor possibilidade de compra por parte da população, afetando os níveis de crescimento do Estado nipônico.

Além do mais, em relação à política fiscal expansiva que visava maior número de emprego para a população, pôde-se concluir o seu relativo sucesso, tendo em vista que de 2012 a 2015 cerca de um milhão de pessoas foram empregadas no Japão, o que diminuiu o índice de desemprego a 3.1%, sendo isso um baixo número não alcançado desde 1997 (DOURILEE-FEER, 2017). Em setembro de 2019, esse número caiu para 2.4% (JAPÃO, 2019b). Porém, concomitantemente ao início das Abenomics, trabalhos irregulares aumentaram, colocando em dúvida até que ponto a população estar empregada garante o desenvolvimento do Estado japonês. Dentre as Abenomics, outro ponto que não obteve êxito foi a questão da dívida pública que permaneceu acima de 230% do PIB desde 2012 até o presente momento (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019). Igualmente, o crescimento anual do PIB em 2% somente foi atingido no início das Abenomics em 2013, como pode ser visto adiante no gráfico 4:

¹³changing market expectations has proven difficult, witnessing a failure to achieve inflation, only limited wage increases and a decrease of wages for non-regular workers, all of which has resulted in a continuation of under-consumption.

Gráfico 4 - Crescimento em % do PIB do Japão no período de 2012 a 2018

Fonte: THE WORLD BANK GROUP, 2019b, s/p, adaptado.

De acordo com Herrero e Iwahara (2017), os objetivos de crescimento das Abenomics não foram alcançados, considerando o lançamento de uma terceira flecha “quebrada” cujas reformas essenciais não foram aplicadas, sendo elas a questão imigratória que poderia se tornar mais atrativa ao receber mais estrangeiros em cargos mais produtivos e qualificados no mercado de trabalho, o costume das empresas em manterem cargos vitalícios respaldados juridicamente e a pouca desregulação do mercado muito competitivo, em especial os de telecomunicação e de energia, que não permite o surgimento de fábricas novas. Embora o crescimento de 2% do PIB e o nível da inflação desejada foram alcançadas, excepcionalmente, no começo dessa nova política econômica de Abe, vale salientar que os índices econômicos das Abenomics podem ser considerados interessantes para uma economia que estava estagnada e está crescendo ao longo desse processo.

Dessa maneira, após se reeleger em setembro de 2015, Abe lançou as Abenomics 2.0, como forma de suplementar suas políticas econômicas, logo não substituindo as anteriores. Diante disso, suas três novas flechas são promoção do crescimento econômico, maior assistência para crianças e aumentar a segurança social pelo maior número de centros médicos (DOURILEE-FEER, 2017). Através de suas flechas nomeadas, respectivamente, como “esperança”, “sonhos” e “paz para a mente”, Abe pretende alcançar o crescimento nominal do PIB de 2015 em 20% até 2020 e manter a população, que possui grande número de idosos e baixa natalidade, em 100 milhões de pessoas (FENSON, 2015). Em relação essa política

econômica, percebem-se características populistas por parte de Abe diante de suas propostas generalizadas e não tão claras.

A partir dessa perspectiva, como forma de alcançar um maior crescimento econômico por meio da primeira flecha inédita, iniciaram-se novas medidas pelo governo japonês. Dentre elas, pode-se citar o incentivo para a maior diversidade no trabalho, propondo a contratação de expatriados e maiores números de mulheres e idosos, a maior inovação tecnológica, o encorajamento de investimentos e negócios através da redução da taxa corporativa, o reforçamento das economias regionais fora dos grandes centros, por meio do desenvolvimento do turismo, da indústria de serviço e da modernização de pequenas e médias fábricas, além da promoção do mercado de exportação, a partir da maior qualidade dos produtos japoneses e da promoção de acordos comerciais com Estados como China, Coreia do Sul e EUA (JAPÃO, 2016).

Enquanto que em sua segunda flecha das Abenomics 2.0, Abe propôs o maior investimento na educação e em creches, além de fazer a promessa, em 2017, de possibilitar educação gratuita para crianças de três a cinco anos e para crianças de baixa renda com idade menor de dois anos (KAJIMOTO, 2017). Ademais, teve como objetivo aumentar o benefício que as mulheres recebem nos seis meses antes da licença a maternidade de 50% para 67.5% de seu salário (JAPÃO, 2016). Em 2017, criou 530.000 vagas de creches para crianças e até 2020 pretende aumentar esse número em mais 320.000 (MITSUI; SUZUKI; TATEBE, 2018). Como desdobramento dessas atividades, aspira-se elevar o número de 68% das mulheres de 25 a 44 anos no mercado de trabalho para 73% em 2020 (SIGURDSSON, 2017), além de elevar o índice de natalidade de 1.4% para 1.8%, combatendo a previsão de menor índice demográfico (DOURILLE-FEER, 2017). Por fim, em relação à terceira nova flecha, Abe almeja expandir os investimentos na área da saúde de 16 trilhões de ienes a 26 trilhões até 2020, diminuindo o número de pessoas que precisam sair do trabalho para cuidar de seus familiares (JAPÃO, 2016).

Em uma economia marcada pela estagnação e deflação, as políticas criadas e aplicadas por Abe através das Abenomics 1.0 e 2.0 são importantes motores para o desenvolvimento japonês. Conforme visualizado nos gráficos 3 e 4, apesar de suas metas de margem da inflação e do PIB a 2% não terem sido alcançadas, percebeu-se um crescimento econômico presente desde a eleição de Shinzō Abe em 2012. Além das duas décadas perdidas, de 1990 a 2010, e da crescente dívida pública, em um Estado cujas estimativas são de que a população presente no mercado de trabalho diminua de 75 milhões para 45 milhões no período de 2018 a

2055 e de que em 2050 cada trabalhador terá que sustentar 1.3 idosos (MATSUI; SUZUKI; TATEBE, 2018), reformas como as Abenomics que almejam reverter essas previsões são deveras necessárias. Como última análise desse trabalho, resta saber se o desejo de progresso econômico utilizado no lançamento das flechas domesticamente se reflete nas relações internacionais da política externa de Abe com os Estados vizinhos do Japão.

4.3. As Relações Internacionais de Shinzō Abe

Conforme exposto anteriormente, ao retornar ao poder, Shinzō Abe aplicou sua Doutrina na política externa japonesa, além de ter feito mudanças substanciais no escopo militar e econômico do Japão. Em seu entorno regional, o Estado japonês possui quatro nações que influenciam nas tomadas de decisões de Abe, sendo elas os EUA, a República Popular da China, a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia. Diante das relações japonesas com esses atores, cada um com suas peculiaridades, foi possível compreender melhor a figura de Shinzō Abe, sua política externa voltada para a remilitarização e o crescimento econômico, além de suas características particulares, tais como, por exemplo, revisionismo histórico e nacionalismo. Logo, a análise das relações do governo de Abe, entre 2012 a 2019, com esses quatro Estados tornou-se importante, tendo em vista a possibilidade de evidenciar as consequências geopolíticas de sua política externa.

4.3.1 Estados Unidos da América (2012-2019)

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, verificou-se que os EUA possuem papel determinante na política externa japonesa, tendo influenciado, especialmente, no crescimento econômico, na diplomacia e na segurança internacional nipônica. Ao longo de 2012 a 2019, Shinzō Abe governou concomitantemente no período em que os presidentes estadunidenses Barack Obama (2008-2017), democrata, e Donald Trump (2017-atualmente), republicano, estavam no poder. Nesse período, pôde-se perceber a modificação de questões econômicas e militares na aliança Japão-EUA influenciadas pela troca dos presidentes estadunidenses, assim como pelo crescimento chinês e os testes nucleares da Coreia do Norte.

Conforme Lee (2016), após Obama declarar oficialmente o fim da Guerra do Iraque no ano de 2012, o presidente estadunidense, através da estratégia denominada “Pivô da Ásia” direcionou seu foco em rebalancear sua influência no Oceano Pacífico, procurando fortalecer

alianças e pressionar o crescimento da China. Diante disso, deu-se continuidade às negociações iniciadas em 2008 sobre o acordo denominado como Parceria do Transpacífico (TPP) que, em 2013, abarcava 12 Estados interessados, sendo eles Brunei, Singapura, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Austrália, Chile, Peru, México, EUA, Canadá e Japão. De acordo com Chanlett-Avery *et al* (2015), estrategicamente, esse acordo era positivo para os EUA, haja vista que aumentaria suas trocas comerciais baseadas no livre mercado em especial na Ásia, estimulando a economia estadunidense e possibilitando um maior engajamento de Obama na região. Para o Japão, último membro a iniciar as negociações do TPP em 2013, participar desse acordo era positivo para as políticas econômicas que Abe estava implementando, ao considerar sua credibilidade através do aumento do mercado pelo multilateralismo e sua possibilidade de fortalecer a presença estadunidense na região, em detrimento da maior influência da China (SOLÍS, 2019). Assim, no dia 4 de fevereiro de 2016, o TPP foi assinado.

Para compreender a evolução no âmbito militar entre Japão e EUA, foi necessário considerar duas características da política externa de Abe apresentadas no início do capítulo. Sendo elas a “diplomacia orientada por valores” de Abe, em que princípios como democracia e o livre mercado seriam defendidos na política externa japonesa (DOBSON, 2017) e a estratégia Diamante de Segurança Democrática da Ásia na qual se teria uma maior relação com os EUA, a Austrália e a Índia nas questões militares para defesa da paz (JAPÃO, 2012). Similarmente, Barack Obama possuía esses mesmos valores em comum e predisposição à cooperação estratégico-militar, possibilitando a maior evolução da aliança Japão-EUA (JAPÃO, 2014a). Por fim, ambos Estados estavam preocupados com a ascensão chinesa na região, sendo isso mais um motor para a relação Japão-EUA.

No início do capítulo, foi exposto que diante do maior investimento chinês na área militar e da instabilidade norte coreana, documentos como o ESN e o DNPD, ambos em 2013, reforçaram a necessidade do fortalecimento da aliança Japão-EUA e da relação nipônica com outros Estados para a promoção de segurança, além do maior investimento militar, em especial, marítimo e aéreo japonês. Ademais, no ESN salientou-se que o Japão teria uma maior contribuição pró-ativa para a paz. Aos olhos de Obama, esse posicionamento nipônico foi positivo, considerando que a partir dele se diminuiria a necessidade de maiores encargos políticos estadunidenses na região asiática e era suficiente para atender às demandas dos EUA de desenvolvimento de maiores capacidades japonesas na região (LEE, 2016).

Logo, constatou-se que a política de remilitarização de Abe não possuiu entraves por parte dos EUA. Outrossim, é importante destacar a visita de Barack Obama a Shinzō Abe em

abril de 2014. Dentre seus discursos proferidos sobre a relação Japão-EUA, o presidente estadunidense reafirmou que, conforme o artigo 5º do Tratado de Segurança Mútua de 1960, os EUA defenderiam qualquer área do território japonês, inclusive as Ilhas Senkaku reivindicadas pela China (MCCURRY; BRANIGAN, 2014). De acordo com Dae Kyu Lee (2016), esse respaldo de Obama foi essencial para que Abe pudesse fomentar suas novas políticas de defesa no Japão, além de diminuir sua preocupação em relação ao sentimento de insegurança causado pela China.

Dessa forma, no ano de 2015, mudanças no escopo militar japonês foram de encontro com o desenvolvimento da aliança Japão-EUA. Dentre elas, podem-se citar, a expansão da FAD diante da modificação do conceito de auto-defesa coletiva em que o Japão passou a poder defender aliados que estivessem em risco (HUGHES, 2017b), assim como a expansão das atividades entre Japão e EUA em questões, tais como, por exemplo, o combate ao terrorismo e colaboração espacial e ciberespacial (JAPÃO, 2014a). Logo, percebeu-se uma maior atividade japonesa nessa aliança, possibilitando uma menor assimetria, tendo em vista que o Japão não está mais limitado à sua própria extensão territorial.

Diante dessas modificações japonesas, compreendeu-se que a aliança Japão-EUA se desenvolveu na questão militar e também na econômica, como, por exemplo, o TPP, tendo como impulso o desejo da não ascensão chinesa. Dessa forma, durante o segundo governo Obama, a aliança Japão-EUA se fortaleceu (LEE, 2016). No entanto, por meio da eleição do republicano Donald Trump, em 2017, um ambiente de incerteza foi criado. Dentre uma das alterações a ser ressaltadas, é a diferença partidária entre Obama e Trump e como ela afeta na relações exteriores estadunidenses. De acordo com Visentini (2015), nos EUA, os democratas são mais propensos ao multilateralismo, à liderança por meio de valores e condutas e ao *soft-power*, enquanto que os republicanos tendem ao bilateralismo, a considerar os EUA como maior potência e ao *hard-power*. Nesse sentido, já no final de 2016, Shinzō Abe foi o primeiro chefe de Estado internacional a se encontrar com Trump após os resultados da eleição estadunidense com o objetivo de reafirmar a aliança Japão-EUA e seus valores compartilhados (HE, 2017).

No entanto, essa atitude não foi o suficiente para que fosse impedido que Trump tomasse ações que afetassem o Japão. Através de sua política denominada como “*America First*”, Donald Trump pode desfazer uma ordem econômica baseada em regras, no multilateralismo e em alianças mantidas por valores e interesses (SOLÍS, 2019). A partir disso, pôde-se compreender a saída dos EUA no TPP, acordo que visava a multilateralidade, em

janeiro de 2017. Apesar de essa decisão ter dificultado a maior presença estadunidense na região, importante pilar na relação Japão-EUA, conseqüentemente, Abe passou a ter como estratégia ser a liderança do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (TPP11), continuação do TPP sem os EUA, mantendo o seu multilateralismo e se demonstrando favorável à (re)entrada dos EUA a esse acordo (GOTO, 2019). Além disso, conforme Kamiya e Przystup (2019), Abe, no mesmo ano, iniciou negociações sobre as pautas das relações bilaterais com representantes dos EUA, procurando se adaptar aos novos valores de cooperação estadunidense.

Outrossim, em relação à atual guerra comercial entre EUA e China, o Japão possui um sentimento de apreensão em como sua economia pode ser afetada. Dessa maneira, como consequência dessa instabilidade e a imprevisibilidade de Trump, Abe buscou melhorar sua relação bilateral com a China, visitando-a em 2018, possuindo como meta transformar possíveis confrontações em cooperações futuras, adotando, assim, uma postura mais apaziguadora (GOTO, 2019). Porém, devido à imprevisibilidade e críticas de Trump à ação japonesa em sua aliança, Abe aprovou em seu governo uma nova DPND em 2018 (NISHI, 2019), explicada anteriormente nesse capítulo. Por fim, em 2019, Trump iniciou negociações com o Japão para o aumento, ou não, da tarifa de importação de produtos automobilísticos japoneses nos EUA, possibilitando a interpretação de que a política “*America First*” poderá gerar o enfraquecimento da aliança Japão-EUA (SOLÍS, 2019).

4.3.2. República Popular da China (2012-2019)

Para compreender as relações entre Shinzō Abe e os presidentes chineses Hu Jintao (2003-2013) e Xi Jinping (2013-atualmente), foi necessário ressaltar desdobramentos domésticos e internacionais encontrados em governos japoneses anteriores. Dentre uma das questões que permeiam a relação Japão-China, podem-se citar os livros didáticos das escolas públicas nipônicas que sofreram revisionismo histórico. De acordo com Baldursson (2017), na década de 1960, iniciou-se um processo no qual os livros de história que eram utilizados nas escolas públicas, após serem aprovados pelo governo japonês, começaram a suavizar as políticas imperialistas japonesas da Segunda Guerra Mundial no tocante à China e não mencionar a questão das mulheres de conforto¹⁴ e os estupros feitos em Nanking pelos

¹⁴ Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, o trabalho compulsório aumentou e se expandiu a prostituição forçada de mulheres e jovens chinesas, coreanas e de outras nacionalidades que eram sequestradas e obrigadas pelo Japão a terem relações sexuais com os soldados japoneses encontrados em diversas regiões, além dos

japoneses. Outrossim, em 1982, palavras encontradas nos livros como “invasão” foram substituídas por “avanço” no contexto dos conflitos sino-japoneses (ETO, 2018).

Além disso, em 1985, o primeiro-ministro japonês Nakasone Yasuhiro (1982-1987) visitou o templo xintoísta Yasukuni, que homenageia os militares e criminosos de guerra do Japão que morreram na Segunda Guerra Mundial, gerando, somado à questão revisionista dos livros de história, protestos civis chineses que passaram a ter uma maior imagem negativa do Japão (HE, 2013). Ao longo de seu governo, entre 2001 a 2006, o primeiro-ministro Koizumi visitou anualmente o templo Yasukuni, culminando em fricções com o governo chinês, como pôde ser visto na suspensão de encontros oficiais entre políticos de alto escalão do Japão e da China durante esse período e no aumento do sentimento anti-japonês da população chinesa visualizado em protestos nacionais em 2005 (BALDURSSON, 2017). Diante disso, percebeu-se que a questão revisionista, histórica e, até mesmo, religiosa devido ao xintoísmo é um ponto sensível nas relações Tóquio-Beijing que afeta desde a maneira como a sociedade chinesa visualiza a Terra do Sol Nascente até a órbita diplomática entre esses Estados.

Por fim, o último aspecto anterior ao segundo governo de Abe em 2012 que deve ser citado é a disputa pelas ilhas nomeadas pelos japoneses como Senkaku e pelos chineses como Diayou. No ano de 2010, após o capitão de um barco pesqueiro chinês ter sido preso após colidir com a marinha japonesa na região das Ilhas Senkaku/Diayou, reiniciou-se mais uma onda de movimentos anti-japoneses na China e criou-se mais um ponto vulnerável na relação entre ambos Estados (KAWASHIMA, 2019). Como tentativa de solucionar esse obstáculo, o primeiro-ministro Noda Yoshihiko (2011-2012) nacionalizou as ilhas, causando a suspensão de acordos bilaterais de alto escalão com a China e uma onda massiva de protestos chineses (HE, 2013).

Em decorrência desse afastamento diplomático, não econômico, com a China, no início do governo Abe, a partir de 2012, constataram-se políticas de cooperação no pacífico que não incluíam o governo chinês e rodeavam-no como um cerco. Dentre elas pode-se citar o Diamante de Segurança Democrática da Ásia no qual o Japão reforçou suas relações com os EUA pelo Havaí, a Austrália e a Índia, formando uma coalizão marítima (JIMBO, 2013) e as visitas de Abe a todos os 10 membros da ASEAN em 2013 com o objetivo de aumentar a ideia de liderança regional diante do crescimento chinês (HUGHES, 2015). Além do mais, no final de seu primeiro ano de mandato, Abe visitou o templo Yasukuni, gerando comparações

Estados de origem das mulheres, sendo, então, o termo mulheres de conforto um eufemismo para prostituição forçada (AMORIM; LIMA, 2017).

por parte do embaixador chinês no Reino Unido, Liu Xiaoming, de que o militarismo de Abe seria como o vilão Lord Voldemort da série de livros de Harry Potter e que o templo visitado representava a pior parte da alma da nação (MCCURRY, 2014), sendo isso, conforme Eto (2018), uma estratégia chinesa de melhorar sua própria imagem e colocar o Japão como um vilão asiático.

Apesar disso, em novembro de 2014, teve-se a volta de relações sino-japonesas de alto padrão com a primeira visita de Shinzō Abe a Xi Jinping na China. Como resultado desse contato diplomático, ambos os lados decidiram quatro pontos importantes, sendo eles que o Japão e a China continuariam a desenvolver relações de benefício mútuo, as dificuldades políticas entre esses Estados seriam resolvidas bilateralmente, seria prevenida a deterioração da situação das Ilhas Senkaku/Daiyou e de que através do multi e bilateralismo seria construída a confiança sino-japonesa (JAPÃO, 2014b). No entanto, a partir de 2015, na questão marítima e aérea a China se tornou mais ativa em regiões, tais como, das Ilhas Senkaku/Daiyou e no Leste do Mar da China, contribuindo, em contrapartida, para a maior presença japonesa no Mar do Sul chinês (HE, 2017). Além disso, o Ministério da Defesa japonês observou o aumento contínuo, que dobrou de número de 2012 a 2015, das atividades aéreas chinesas sobrevoando cerca do espaço aéreo nipônico (JAPÃO, s/d). Por conseguinte, conforme visto no início do capítulo, o Japão aprovou diversos projetos da área de defesa e desenvolveu-se militarmente, considerando a China como uma das ameaças à sua segurança nacional.

Ainda assim, avanços importantes foram encontrados na relação sino-japonesa. O primeiro “*turning point*” encontrado foi no ano de 2017 quando Abe se ofereceu a Xi Jinping para participar da iniciativa de desenvolvimento e investimento chinesa continental denominada como *One Belt, One Road*, considerando a estabilidade e prosperidade benéfica para a região e o mundo, além de ambos os líderes verem os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio, em 2020, e as partidas de inverno desse evento em Beijing, em 2022, como uma oportunidade de fortalecer suas relações (JAPÃO, 2017). Um ano depois, a visita de Abe a Xi Jinping na China logrou uma maior possibilidade de desenvolvimento econômico entre ambos, através de acordos de cooperação privados e públicos em 52 áreas diferentes, tais como, por exemplo, de infraestrutura e saúde (JAPÃO, 2018c). Já antes da reunião do G-20 em Osaka, Japão, em 2019, foi-se ressaltado que as relações Tóquio-Beijing fortalecerão a comunicação e cooperação já existente entre ambos, incluindo também o multilateralismo, será planejado a

melhor forma do Japão contribuir para o programa *One Belt, One Road* e que esses dois Estados não devem se ver como ameaças, mas sim como parceiros (BAIJIE, 2019).

Diante desses desdobramentos positivos, percebeu-se que a flecha de crescimento econômico das Abenomics 2.0, que visa o aumento do comércio exterior, esteve presente na questão de acordos comerciais com a China. Ademais, nesse fortalecimento bilateral assuntos que poderiam causar atritos entre as partes, tais como contestações de territórios, revisionismo histórico e até mesmo a relação entre Japão e Taiwan, não foram amplamente discutidas como forma de não desmantelar o progresso diplomático Tóquio-Beijing (KAWASHIMA, 2019). Dessa forma, como esses tópicos não resolvidos podem minar, ou não, a relação mais estável desses Estados no futuro, a diplomacia sino-japonesa atual não é inabalável. Apesar disso, vale ressaltar que a China é determinante para a economia do Japão, como foi possível ver no caso a seguir em que, em 2017, ela foi o principal destino das exportações japonesas, totalizando 20%, assim como a maior importadora dos produtos nipônicos, representando 25% desse setor (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019). Logo, manter um bom relacionamento com a China, alimentando o bi e o multilateralismo, é deveras necessário para Abe e seu objetivo de crescimento japonês.

4.3.3. República da Coreia (2012-2019)

Em suas relações com a Península Coreana, Shinzō Abe possui obstáculos políticos, econômicos e de segurança. Ao longo desse território, ao norte tem-se impasses de defesa devido a testes balísticos feitos pela República Popular Democrática da Coreia, enquanto que ao sul a cooperação entre a República da Coreia e o Japão está sendo corroída por causa de questões históricas não resolvidas. De 2012 a 2019, a Coreia do Sul teve três presidentes que governaram a partir da volta de Abe como primeiro-ministro do Japão, sendo eles Lee Myung-bak (2008-2013), Park Geun-hye (2013-2017) e Moon Jae-in (2017-atualmente).

Dentre esses três governantes sul coreanos, Lee Myung-bak foi o que menos teve contato com o governo de Abe iniciado em dezembro de 2012, tendo em vista que sua administração encerrou-se em fevereiro de 2013. No entanto, em sua gestão fortaleceu-se a fricção entre Coreia do Sul e Japão, principalmente, no governo do primeiro-ministro japonês Noda Yoshihiko em 2012. Dentre um dos desafios diplomáticos que ressurgiu no governo de Lee, teve-se a questão histórica das mulheres de conforto. Nesse sentido, em agosto de 2011, devido a pedidos por parte da população para a resolução do caso das mulheres de conforto com o Japão, a Corte Constitucional da Coreia concluiu que a omissão por parte do governo

sul coreano em atender às demandas da população nessas questões históricas ia de desencontro com os direitos básicos do cidadão (OKUZONO, 2016). Dessa forma, o governo de Lee estava sendo direcionado a resolver a questão das mulheres de conforto com o Japão, sendo esse desafio passado para sua sucessora.

Além disso, assim como a China, a Coreia do Sul disputa territórios que já foram anexados ao Japão no século XX, contestando as ilhas denominadas em japonês como Takeshima e como Dokdo em coreano. De acordo com Dieguez e Parodi (2012), essa região recebe atenção desses Estados graças à grande quantidade de gás natural e animais para a pesca. Dessa maneira, como consequência da visita do presidente sul coreano Lee às Ilhas Takeshima/Dokdo, em 2012, as relações Japão-Coreia do Sul se distanciaram ao mesmo tempo em que fortaleceram a memória histórica por parte da população de aspectos conflitantes entre essas duas nações (NISHINO, 2014), tais como as mulheres de conforto. Dessa maneira, identificou-se uma conjuntura internacional marcada pelo retorno das feridas históricas não curadas entre Coreia do Sul e Japão.

Como primeiro reflexo dessa situação, pode-se citar a campanha presidencial da presidenta Park Geun-hye na qual era dito que o Japão deveria reconhecer o seu passado imperial sob a Península Coreana (SNYDER, 2016). Embora a presidenta não tenha especificado a quais ações japonesas do passado ela se referia, presumiu-se que essas atividades foram em relação às mulheres de conforto e às imposições japonesas aos coreanos, tais como, conforme Lew (2000), a proibição do uso de seu próprio idioma e os trabalhos forçados durante a colonização japonesa na Península Coreana. Ao final de 2012, com a eleição de Abe como primeiro-ministro, a situação se tornou mais sensível, considerando o seu revisionismo histórico em que não eram reconhecidas as violações por parte do Japão na Segunda Guerra Mundial (BRITIS; VIEIRA, 2017) e o sentimento anti-japonês que ele fazia emanar da população sul coreana (LEE, 2016). Em adição a esse problema, Nishino (2014) salientou que a mídia coreana demonstrava o corpo político japonês de Abe como ultraconservador, dificultando a construção de uma relação mais amigável por parte de Park. Outrossim, em 2013, Abe visitou o templo xintoísta Yasukuni, sendo isso mais um agravante para a imagem negativa japonesa.

Nessa situação, enquanto as relações de Park com o Abe estavam piorando, teve-se a aproximação entre a presidenta sul coreana com o presidente chinês Xi Jinping. De acordo com Easley (2014), a Coreia do Sul passou a visualizar o Japão como um Estado em decadência e a China como uma nação com um futuro próspero, facilitando essa aproximação

sino-sul coreana. Dessa maneira, percebeu-se que, entre 2012 e 2014, Shinzō Abe estava isolado das outras grandes potências asiáticas, tendo em vista seu distanciamento com a Park Geun-hye diante do sentimento anti-japonês e com o Xi Jinping em razão das Ilhas Senkaku/Diayou e a militarização chinesa.

Ainda assim, a reinserção japonesa com a Coreia do Sul ocorreu em 2014, mesmo ano em que Abe se encontrou com Xi Jinping na China. Nesse processo, Obama foi um importante ator para que isso fosse possível devido à sua estratégia de “Pivô da Ásia” cujo objetivo era fortalecer as alianças estadunidenses na região asiática, tais como o Japão e a Coreia do Sul, pressionando, assim, essas nações a superarem suas questões históricas (LEE, 2016). A vista disso, em março de 2014, durante o encontro trilateral Japão-Coreia do Sul-EUA na Cúpula de Segurança Nuclear, Abe e Park se comprometeram a resolver suas desavenças sobre as mulheres de conforto (SNYDER, 2016). Por conseguinte, iniciou-se uma maior aproximação entre o Japão e a Coreia do Sul, possibilitando debates em outras órbitas além do passado histórico. Dentre elas, podem-se citar, em 2015, a maior participação da marinha sul coreana nas FAD japonesas (NISHINO, 2017) e o objetivo de cooperação por parte de ambos nas operações de paz da ONU, no combate à pirataria na Somália e em ações humanitárias conjuntas (JAPÃO, 2015a).

No aniversário de 70 anos da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 2015, uma importante ação do imperador Akihito, cuja Era se chama Heisei (1989-2019), deve ser ressaltada. Em meio à relação entre Japão e Coreia do Sul afetada por acontecimentos do passado, Akihito, que não visita diretamente o templo Yasukuni desde a década de 1970, soltou pombas brancas em frente ao templo xintoísta, significando a paz, e proferiu em seu discurso um profundo remorso perante as atitudes nipônicas na Segunda Guerra Mundial, sendo a primeira vez em que ele se referiu a esse tema em um discurso oficial¹⁵ (SOBLE, 2015). Diante dessa atitude, identificou-se como a figura imperial pode ser assimilada, atualmente, ao pacifismo japonês, podendo ser um obstáculo para a remilitarização de Abe, além de demonstrar o reconhecimento e arrependimento de atitudes nipônicas históricas.

Após esse acontecimento, em meio a negociações, no dia 28 de dezembro de 2015, o Japão e a Coreia do Sul oficializaram o acordo sobre as mulheres de conforto. Durante a conferência oficial, foi expressado por Kishida, ministro das relações exteriores do Japão, o

¹⁵ Ressalta-se que quatro anos depois, em 15 de agosto de 2019, o imperador Naruhito, filho de Akihito, proferiu pedidos de desculpas, relacionados às ações japonesas na Segunda Guerra Mundial, em seu discurso oficial (MURAKAMI, 2019).

pedido de desculpas de Abe por todas mulheres que sofreram experiências dolorosas física e psicologicamente como mulheres de conforto, oficializou-se que o Japão doaria dinheiro para uma fundação que seria criada pela Coreia do Sul para o auxílio às mulheres de conforto vivas e, por fim, que diante do consenso existente entre ambos Estados esse caso estava encerrado e seria irreversível, impossibilitando também que as partes se critiquem nesse assunto futuramente (JAPÃO, 2015c). Porém, conforme Gerritz (2017), nenhuma das vítimas foram questionadas sobre como elas queriam ser beneficiadas, dando a impressão de que o acordo foi feito somente para terminar o caso. Na Coreia do Sul, a recepção popular foi negativa, sendo marcada por manifestações e, em 2016, na colocação por ativistas de uma estátua simbólica, representando uma menina que foi uma mulher de conforto, em frente ao consulado japonês (AMORIM; LIMA, 2017). No clamor popular, a relação Japão-Coreia do Sul ainda estava frágil.

No governo de Moon, em 2018, a interação dessas nações encontrou mais um impasse quando a Suprema Corte da República da Coreia julgou que empresas japonesas, tais como a Mitsubishi Heavy Industries Ltd., deveriam pagar compensações aos trabalhadores coreanos que foram forçados a trabalhar durante a Segunda Guerra Mundial. Para o Ministério das Relações Exteriores do Japão, essa atitude foi uma violação do direito internacional, tendo em vista que essa questão foi resolvida em 1965 pelo Tratado de relações básicas entre o Japão e a República da Coreia, sendo necessária a defesa da legitimidade das empresas acusadas caso o caso continue (JAPÃO, 2018d).

Diante da manutenção do caso, em julho de 2019, Abe decidiu aumentar as taxas de exportação de semicondutores essenciais para a indústria da Coreia do Sul, gerando como represália de Moon a remoção do Japão na lista parceiros comerciais confiáveis diante da manutenção da decisão japonesa (THE JAPAN TIMES, 2019b). Além disso, por parte da população sul coreana, iniciou-se um boicote aos produtos japoneses, contribuindo para a queda do consumo de 57% e 97%, respectivamente, de automóveis e cervejas nipônicas em agosto de 2019 (MACCURRY, 2019). Ademais, a exportação japonesa para a Coreia do Sul caiu em 9.4% comparando agosto de 2018 com o de 2019 (THE JAPAN TIMES, 2019b). Dessa maneira, reiniciou-se a instável relação Japão-Coreia do Sul, podendo ter consequências econômicas e de defesa para Abe, além da maior aproximação de Moon a Xi Jinping.

4.3.4. República Popular Democrática da Coreia (2012-2019)

A partir do governo de Shinzō Abe em 2012, as relações entre Japão e a Coreia do Norte se pautaram em assuntos históricos não resolvidos e na insegurança sentida pelo Estado japonês diante do desenvolvimento militar norte coreano. Diferentemente da situação sul coreana, o conflito histórico que se perpetua até hoje na relação Japão-Coreia do Norte não se iniciou na colonização da Península Coreana, mas sim na década de 1970 e 1980, quando cerca de quinze japoneses foram raptados por agentes nortes coreanos. Dessa forma, a diplomacia japonesa de Abe voltada para o líder supremo da Coreia do Norte, Kim Jong-un (2011-atualmente), possui como pautas a defesa territorial do Japão, assim como resolver a problemática dos sequestros que será explicada a seguir.

De acordo com Chanlett-Avery (2008), ao longo dos anos de 1980 e 1990, suspeitas de que forças nortes coreanas eram os responsáveis pelo desaparecimento de japoneses começaram a se intensificar e a serem noticiadas pela mídia convencional, contribuindo para que o esclarecimento dessa dúvida se tornasse parte da agenda diplomática do primeiro-ministro japonês Koizumi (2002-2006). Nesse sentido, em setembro de 2002, Koizumi se encontrou em Pyongyang com o governante Kim Jong-il (1994-2011), obtendo como resultado a declaração oficial do rapto, entre 1977 a 1983, de treze cidadãos japoneses e o retorno de cinco sobreviventes sequestrados e suas famílias formadas na Coreia do Norte ao Japão em outubro do mesmo ano, sendo que os outros oito foram anunciados como mortos (NISHIKAWA, 2008). Porém, desse período até o presente momento, o governo japonês identificou dezessete cidadãos capturados pela Coreia do Norte, incluindo os cinco que retornaram, não excluindo a possibilidade de um número maior (JAPÃO, 2018b).

Apesar das tentativas de negociação por parte de Koizumi para a normalização das relações com Kim Jong-il, o posicionamento diplomático japonês teve que se endurecer diante do repúdio popular à Coreia do Norte a partir de 2002, possibilitando o destaque e ascensão de políticos, tais como o Shinzō Abe, com uma colocação de maior repreensão ao Estado norte coreano (CHANLETT-AVERY, 2008). Dessa maneira, constatou-se a utilização do tema dos sequestros para maior fortalecimento da carreira política de Abe desde o início da década de 2000. Nesse espectro, ao subir ao poder como primeiro-ministro do Japão pela primeira vez em 2006, Abe adotou três princípios para a resolução do problema dos sequestros, sendo eles o preceito de que a resolução dessa questão era a mais importante missão japonesa, podendo isso ser considerado uma demagogia política, a impossibilidade de

normalização das relações com a Coreia do Norte enquanto o caso não for resolvido e, por fim, a negação de que as pessoas sequestradas estão mortas, considerando a volta de todas elas como a solução para esse problema (HARUKI, 2019). Além do mais, Abe criou um órgão no gabinete somente para tratar sobre o tema dos sequestros feitos pela Coreia do Norte (SATO, 2015).

Desde sua volta ao poder em 2012, Abe manteve esses três princípios em sua política externa direcionada a Kim Jong-un, porém outro desafio japonês começaria a receber maior atenção, sendo ele a segurança do Japão. Conforme Lee (2016), as ações de Kim, em 2013, de executar políticos e de seu próprio tio para manutenção de sua hegemonia como líder somada ao terceiro teste nuclear norte coreano contribuíram para a maior preocupação japonesa na área de defesa devido à imprevisibilidade desse regime. Ademais, de 2013 a 2015, foram lançados por ano, respectivamente, 6, 19 e 15 mísseis pela Coreia do Norte (NUCLEAR THREAT INICIATIVE, 2019). Dessa maneira, a ameaça militar norte coreana se tornou uma preocupação, além de um motor para a aprovação de diversos documentos japoneses nesse período relacionados à área de defesa. Dentre eles, pode-se citar a ESN de 2013 e o DNPD de 2015 criados para melhor proteção do Japão em frente à ameaça norte coreana e chinesa através do desenvolvimento de suas capacidades militares e estratégicas e do fortalecimento de sua relação com os EUA e outros aliados.

De 2016 a 2017, a conjuntura sobre a segurança japonesa se tornou mais sensível. Em apenas dois anos, a Coreia do Norte foi capaz de fazer 45 testes de lançamentos de mísseis (NUCLEAR THREAT INICIATIVE, 2019). Em relação a essa projeção militar, Liff (2018) ressaltou que, em 2017, a Coreia do Norte enviou mísseis ao território japonês e à sua zona econômica exclusiva e efetivou seu primeiro teste termonuclear. Além disso, maiores tensões se formaram entre Trump e Kim Jong-un devido aos mísseis lançados ao considerar que dois possuíam capacidades intercontinentais podendo atingir Washington, contribuindo para a maior preocupação do governo japonês em relação ao ponto que essa fricção poderia se elevar (HUGHES, 2017a). Nesse mesmo ano, a Coreia do Sul já estava sob o governo de Moon Jae-in e suas relações com o Abe não estavam deterioradas, possibilitando então a maior efetividade da aliança militar Japão-EUA-Coreia do Sul. Dessa maneira, Sheila Smith (2018) salientou que ao mesmo tempo em que essa relação trilateral possibilitou a defesa do território japonês através do abatimento dos lançamentos balísticos de Pyongyang, Trump pressionava o Japão e a Coreia do Sul a desenvolverem suas capacidades de defesa próprias.

No entanto, essa aliança encontrou divergências de opiniões em como resolver a ameaça norte coreana, tendo em vista que cada um desses três Estados possui interesses diferentes referentes à Coreia do Norte. Enquanto a Coreia do Sul de Moon deseja a paz na Península Coreana, Trump quer o fim da proliferação nuclear norte coreana e Abe possui preocupações de caráter militar e a questão dos japoneses sequestrados por agentes norte coreanos (SMITH, 2018). De fato, no ano de 2013, Shinzō Abe empenhou-se em normalizar as relações com a Coreia do Norte, tentando encontrar uma solução em relação aos sequestros. No entanto, de acordo com Hughes (2015), mesmo com o envio de uma delegação à Coreia do Norte para aquisição de novas informações sobre os raptos, nada foi descoberto, gerando críticas negativas a Abe por parte da população japonesa que acusava a Coreia do Norte de estar se aproveitando do Japão para que sanções econômicas iniciadas em governos anteriores fossem diminuídas. Diante dessa falha e do desenvolvimento norte coreano, somente em 2018 tiveram maiores tentativas por parte de Abe para resolver a questão das abduções.

No cenário de 2018, em que Moon e Trump, individualmente, confirmaram que se encontrariam com Kim Jong-un, Abe começou a solicitar aos seus aliados que a pauta dos sequestros fosse levantada durante esses encontros. Porém, Moon rejeitou o pedido de Abe, não debatendo sobre isso com Kim, enquanto que Trump, apesar de declarar ter abordado esse assunto, não obteve nenhuma influência aparente no desenvolvimento da questão (HARUKI, 2019). Outrossim, vale ressaltar que, mesmo diante da prontidão de Abe em se aproximar de Kim, demonstrando-se aberto ao melhoramento das relação Japão-Coreia do Norte na resolução dos sequestros e do planejamento do processo de desnuclearização norte coreana, o líder norte-coreano não demonstrou interesse em se encontrar com primeiro-ministro japonês (MCCURRY, 2018). Nesse mesmo ano, Kim se encontrou com Trump, Xi Jinping e Moon, todavia, não demonstrou interesse em se reunir com Abe, isolando o Japão nas negociações relacionadas à própria segurança regional nipônica.

Independentemente dessa situação, ao longo do primeiro semestre de 2019, Abe se demonstrou aberto novamente ao diálogo com Kim Jong-un que estava expandindo suas relações diplomáticas através de encontros não somente com os três líderes citados anteriormente, mas também com o presidente russo Vladimir Putin (AL JAZEERA, 2019). Por fim, ressalta-se que, na septuagésima quarta sessão da Assembleia Geral da ONU, Shinzō Abe oficializou seu objetivo em normalizar as relações com a Coreia do Norte ao solucionar as questões do processo de desnuclearização, dos mísseis e dos sequestros (JAPÃO, 2019a). Porém, mesmo com Abe possuindo o apoio de Trump na questão dos sequestros (HARUKI,

2019), nenhum encontro ocorreu até o momento, mantendo o Japão afastado do escopo diplomático norte coreano e regional em uma questão securitária importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, a política externa japonesa foi analisada desde o Xogunato Tokugawa de 1603 até o governo do primeiro-ministro japonês Shinzō Abe em 2019. Dentro desse espaço de tempo, a pesquisa teve enfoque na construção de dois modelos de Estados presentes na história da política externa japonesa, sendo um de caráter imperialista, de 1868 a 1945, e outro pacifista inaugurado em 1947 e perpetuado até nossos dias. Todavia, diante das modificações realizadas no âmbito militar, econômico e geopolítico, a partir do retorno de Shinzō Abe ao topo da estrutura de poder do Japão em 2012 até o momento atual, manifestou-se o questionamento de qual política externa Abe está construindo para a Terra do Sol Nascente e quais suas consequências geopolíticas, sendo esse o cerne principal da pesquisa.

Dentre os objetivos específicos, estava presente o de analisar as grandes transformações da política externa japonesa durante a formação do Estado imperialista e, no pós-Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado pacifista. Mesmo que a Restauração Meiji seja o começo do Império japonês, o Xogunato Tokugawa, de 1603 até 1868, nos dá a base para a compreensão da política externa japonesa imperial. Dessa forma, nesse governo feudal foi possível constatar que o imperador, apesar de não possuir poder político nem militar, dispunha de uma autoridade simbólica, considerando sua responsabilidade em intitular determinado indivíduo do clã mais forte como xogum desde 1192. Nesse sentido, Tokugawa Ieyasu, ao compreender o simbolismo imperial, iniciou o processo de aumento do prestígio do imperador e de sua família, sendo esse favorecimento continuado ao longo do Xogunato. Dessa forma, percebeu-se que, desde o início ao final do modo de governo feudal, o imperador era notoriamente importante para a manutenção do Estado japonês.

Ainda no Xogunato Tokugawa, teve-se a implementação da política *sasoku* responsável por isolar o Japão do Sistema Internacional, possuindo como objetivo garantir a autossuficiência, soberania e independência política do Estado. Em contrapartida, esse processo favoreceu a fortificação do nacionalismo da doutrina *kokugaku* na população nipônica que começou a se ver como superior aos outros povos e a considerar o imperador como o responsável por unir todas as nações. Futuramente, esse nacionalismo seria um dos fatores responsáveis para o fim do Xogunato, se tornando presente nas decisões do Império japonês.

Diante do enfraquecimento do clã Tokugawa, em 1868, instaurou-se a Restauração Meiji, culminando no retorno do imperador ao poder político e marcando o fim do feudalismo para dar início ao absolutismo japonês que se perpetuou até 1945. Durante o governo imperial

nipônico, existiram três eras, sendo elas a Meiji, a Taisho e a Showa. Apesar da particularidade de cada uma delas, verificou-se como similaridade a importância da instrumentalização do xintoísmo que, através da divinização do imperador, do Japão e de seu povo, garantiu a coesão política-social para o desenvolvimento do Império, sendo isso uma alteração importante a ser mencionada. Ressalta-se que o ano de 1889 foi o marco para a implementação do Estado Xintoísta, haja vista sua oficialização jurídica e a consagração das responsabilidades de gestão do imperador, diante da aprovação da Constituição Imperial.

Além dessa característica, foi possível constatar a importância da relação entre nacionalismo e militarização nipônica no desenvolvimento da política externa japonesa imperial com características expansionistas. Na Era Meiji, o Japão possuiu como objetivo se tornar uma potência, assim como as potências ocidentais, através de sua modernização que seria alcançada mediante a centralização do poder, a industrialização e o fortalecimento militar. Paralelamente, dentre as diversas reformas efetuadas na sociedade japonesa, o nacionalismo estava presente desde a educação primária obrigatória para as crianças a partir de 1872, mediante o ensino de valores como lealdade e obediência, até outras camadas da sociedade influenciadas pela doutrina *Kokugaku* e pelo lema “*fukoku kyohei*” – “enriquecer a nação, fortalecer o exército”. Dessa maneira, o Estado japonês possuía os motores ideológicos que possibilitariam os primeiros conflitos imperiais internacionais imperialistas, tais como, por exemplo, a Primeira Guerra Sino-Japonesa e a Guerra Russo-Japonesa que lograram a anexação de territórios, a consolidação da indústria nacional e o aumento do prestígio japonês no Sistema Internacional perante outras potências.

Durante a Era Taisho, marcada nos seus primeiros anos pela participação do Japão na Primeira Guerra Mundial, pelo crescimento econômico e pela anexação de territórios, é importante salientar os desdobramentos da relação japonesa com o Ocidente. Apesar de ter se tornado de fato uma potência regional em 1918, o Estado imperial japonês não gozava de um tratamento que o favorecesse conforme esperado no Sistema Internacional, possuindo prejuízos econômicos, territoriais, militares e a negação de igualdade racial perante o ocidente. Dentre as prerrogativas estimadas não atingidas, pode-se citar, por exemplo, a ratificação, em 1922, do Tratado das Cinco Potências, limitando o desenvolvimento militar do Japão. Dessa maneira, o maior contato com o Ocidente não havia se tornado tão positivo quanto almejado pelo Império japonês. Outrossim, de 1918 até 1926, na Terra do Sol Nascente o poder político do imperador se robusteceu, apesar da crise econômica e da contestação popular a favor de

maiores direitos políticos e organizações nacionalistas xenófobas a favor da supremacia nipônica se tonificaram.

Em meio aos efeitos nocivos da Grande Depressão logo após o Japão ter se inserido no padrão ouro, o período da Era Showa analisado, desde seu início em 1926 até 1945, demonstrou como a intensificação de reveses econômicos somados ao nacionalismo e ao descrédito do arcabouço político pela população foi uma fórmula perigosa para a modificação da política externa japonesa. Diante do empobrecimento geral da população, criou-se uma maior estima para com grupos ultranacionalistas, a sacralidade do imperador e o fortalecimento do exército como solução para o retorno ao desenvolvimento econômico do Império. Mediante essa base de sustentação, foram impulsionados acontecimentos como a criação do Estado de Manchukuo na China em 1932 e a saída do Japão na Liga das Nações no ano seguinte, além da consolidação do pan-asianismo pelo Império influenciado por grupos ultranacionalistas e pelas adversidades internacionais, tais como o Tratado Naval de Londres que limitava juridicamente a expansão naval japonesa. Consequentemente, em 1937, na Segunda Guerra Sino-Japonesa, o imperialismo nipônico retornou. Como resultado, teve-se a configuração da maior expansão do território japonês já vista, desfazendo-se no final da Segunda Guerra Mundial, perante a derrota do Japão associado ao Eixo.

Durante o período de ocupação do Japão por parte das forças aliadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, percebeu-se que de 1945 a 1947 a política externa japonesa passou por um processo de transição entre o Estado Imperial para o Pacifista. Nesses dois anos, diversas reformas, desde econômicas a sociais, foram realizadas para garantir que o Japão não retornasse a suas características imperialistas. Nesse processo, uma das transformações fundamentais para a nova configuração japonesa foi a Declaração da Humanidade assinada pelo imperador Hirohito em 1946, na qual se assumiu a não divindade da figura imperial e que a população japonesa não era superior aos demais povos, iniciando o processo de separação entre religião e Estado. No ano seguinte, a secularização do Japão se completou com a celebração da Constituição de 1947 que deslegitimou o Estado Xintoísta e transformou o imperador, sem nenhuma característica divina e poder político, em um símbolo da unidade nacional. Ademais, essa Constituição foi o marco do início do pacifismo japonês, tendo em conta que, através de seu artigo 9º, o Japão abdicou de seu direito à guerra, podendo ter somente forças militares mínimas para a defesa do território. Logo, a Constituição foi o símbolo que finalizou o passado imperialista japonês e propiciou a nova trajetória pacifista.

Em meio à conjuntura da Guerra Fria, um novo elemento relevante para a política externa japonesa surgiu, sendo ele o início da aliança Japão-EUA através do Tratado de Segurança Mútua de 1951 assinado como uma troca japonesa pelo fim da ocupação de seu território possibilitada pelo Tratado de São Francisco. Nesse acordo de defesa motivado pelo objetivo estadunidense de aumentar sua presença na região Ásia-Pacífico em detrimento da URSS, os EUA se responsabilizaram pela proteção do território japonês, além de transformá-lo em sua base militar. Em 1954, a aliança entre esses dois Estados se reformulou perante o “*Mutual Defence Assistance Agreement*”, em que o Japão deveria ter uma defesa mínima para o seu território, possibilitando a criação das FAD, enquanto que a responsabilidade estadunidense se perpetuou. Seis anos depois, no governo do primeiro-ministro Nobusuke Kishi, avô de Abe, o Tratado de Segurança Mútua adquiriu uma maior estrutura na qual, perante seu artigo 5º, os EUA eram obrigados nas normas internacionais a proteger militarmente o Japão, sendo esse acordo mantido até o momento atual.

Diante dessa transformação de caráter militar, foi exequível que o Estado Pacifista mantivesse uma base de sustentação que possibilitou a aplicação da Doutrina Yoshida, iniciada no começo da década de 1950, de forma predominante na Guerra Fria, considerando a dispensabilidade em gastos e maiores preocupações militares. Dessa maneira, ao respeitar os preceitos de enfoque econômico, política externa *low profile*, bilateralismo com os EUA e tendência multilateral com outros Estados, o Japão se tornou uma potência econômica com alto crescimento de seu PIB, majoritariamente, entre as décadas de 1950 e 1980, apesar da Crise do Petróleo de 1974. Além disso, devido ao seu multilateralismo e motivação de crescimento econômico, presenciou-se que o Estado japonês pacifista conseguiu se reinserir no Sistema Internacional ao regularizar suas relações diplomáticas, antes rompidas devido ao imperialismo japonês, com nações como, por exemplo, a Coreia do Sul e as Filipinas, adentrar em Organismos Internacionais, como a ONU, e ao se tornar um grande financiador internacional, através da ODA.

No entanto, os episódios da Guerra do Golfo e da Crise Asiática na década de 1990 demonstraram que a manutenção pura da Doutrina Yoshida afastou o Japão de posicionamentos fora da órbita econômica e dificultou suas manobras de ação no Sistema Internacional, contribuindo para o seu isolacionismo sistemático. Em face dessa característica marcante do Estado pacifista, a Terra do Sol Nascente não possuía estrutura política interna consolidada para agir perante essas crises internacionais e estava presenciando o início da crise econômica japonesa que se mantém até hoje, causando a deterioração de sua política

externa que não alcançava as demandas internacionais. Como reflexo, o próprio Estado pacifista tonificou a polarização entre os favoráveis ao Japão “Normal”, remilitarizado, ou como “Potência Civil Afirmativa”, baseado na cooperação econômica e na aliança Japão-EUA. Consequentemente, percebeu-se um maior avanço nas questões militares nos governos de Koizumi, iniciado em 2001, ao Noda, finalizado em 2012.

Como segundo objetivo específico, buscou-se verificar como Shinzō Abe está modificando o Estado pacifista japonês. Em seu primeiro mandato como primeiro-ministro do Japão, de 2006 a 2007, foi possível constatar que, dentre seus objetivos de governo, Abe já almejava reformular o artigo 9º da Constituição, marco do pacifismo nipônico. No entanto, devido a fatores como a oposição política, inclusive em seu próprio partido, e da população em relação às questões militares, Abe saiu do poder conseguindo criar apenas o CSN. Não obstante, mediante seu retorno ao poder em 2012, por meio da aplicação de sua Doutrina e do lema “*Japan is Back*”, maiores mudanças no escopo militar, econômico e jurídico do Japão foram concretizadas, transformando o Estado pacifista.

Ao longo de seus quase sete anos de governo, evidenciou-se esse processo conforme o desenvolvimento de novos documentos de defesa como o ESN de 2013, a revisão das “Diretrizes Japão-EUA para Cooperação e Defesa” em 2015 e as rápidas reformulações do DNPD em 2013 e 2018, demonstrando a atenção de Abe no desenvolvimento das capacidades militares japonesas em diferentes âmbitos da defesa, tais como a cibernética, na promoção da aliança Japão-EUA mantida desde a década de 1950 e no multilateralismo em assuntos militares com outras nações. Além disso, entre 2014 e 2015, mudanças foram percebidas tanto na adoção dos “3 Princípios sobre Transferência de Equipamento e Tecnologia de Defesa”, possibilitando a exportação de armamentos, quanto na ODA, que foi permitida apoiar de economicamente forças militares internacionais, atestando que o âmbito econômico japonês estava entrando em consonância com a maior militarização nipônica. Outrossim, notou-se a habilidade de Abe em contornar o artigo 9º da Constituição de 1947 ao reinterpretá-lo com sucesso em 2015, expandindo a possibilidade de atuação das FAD internacionalmente através da auto-defesa coletiva.

Enquanto isso, o terceiro objetivo específico desse trabalho foi investigar como as questões geopolíticas e econômicas do Japão influenciam no novo rumo de sua política externa. Desde seu retorno ao poder em 2012, verificou-se que Abe possui três atores protagonistas no seu entorno geopolítico, sendo eles os EUA, a China e a Coreia do Norte. Nesse sentido, mediante a consonância existente entre os valores orientadores da diplomacia

de Abe e seu enfoque na segurança internacional com os princípios e a estratégia “Pivô da Ásia” de Barack Obama, foi possível a maior cooperação da aliança Japão-EUA e o apoio estadunidense em relação à maior militarização japonesa, contribuindo para as reformas referentes à área da defesa, demonstradas no objetivo específico anterior, entre 2012 a 2015.

No que concerne a China, Abe iniciou seu governo distante do governo chinês, tendo em vista o afastamento diplomático sino-japonês devido à questão das Ilhas Senkaku/Diayou. Dessa forma, o crescimento militar chinês e o maior número de invasão chinesa, entre 2012 a 2015, ao espaço aéreo e militar nipônico, somado ao distanciamento que perdurou até 2014, geraram no Japão um maior sentimento de desconfiança com a China que refletiu na militarização do Estado pacifista. No tocante à Coreia do Norte, a imprevisibilidade de Kim Jong-un demonstrada tanto em sua condução administrativa de seu território, quanto no rápido desenvolvimento e o crescente número de testes militares, inclusive nucleares, próximos ao território japonês, entre 2013 a 2017, ofereceram sustento ao plano de remilitarização de Abe.

Outrossim, observou-se que a última medida no âmbito de defesa pelo governo de Abe, o DNPD de 2018, foi influenciado pelas atitudes de Trump nos EUA motivadas pelo lema “*America First*” e suas pressões para que o Japão desenvolva suas capacidades de defesa. Dessa forma, demonstrou-se que durante o governo de Abe momentos de instabilidade geopolítica são relacionados com mudanças no escopo militar japonês. Ademais, concluiu-se que a geopolítica regional foi benéfica para Abe remilitarizar o Japão, ao ponto em que ela afetou os valores da opinião pública, haja vista a preocupação da população japonesa em relação aos EUA, à China e à Coreia do Norte, contribuindo para a aprovação de diversos de seus objetivos. Consequentemente, constatou-se um maior número de japoneses a favor da revisão do artigo 9º, expondo um afastamento do pacifismo tão presente durante a Guerra Fria.

No âmbito econômico, compreendeu-se o desejo de Abe em combater a estagnação econômica japonesa marcada por deflações, decrescimentos e aumento da dívida pública em diversos anos, desde a explosão da bolha especulativa em 1991. Para tanto, o governo de Abe teve um foco no âmbito doméstico, lançando três flechas que representavam uma política monetária frouxa, uma política fiscal expansiva e reformas estruturais, visando, por exemplo, aumentar o consumo, as exportações, os empregos e o crescimento econômico. Depois, em 2015, foi visualizado a complementação das Abenomics através de uma política econômica que visava o maior crescimento do PIB, o aumento da natalidade e o maior auxílio a famílias com idosos, através, a título de exemplo, do estímulo a acordos internacionais para exportação,

maior participação das mulheres e dos idosos no mercado de trabalho e, por fim, investimentos na educação, na construção de creches e na área da saúde.

Como resultado, foi percebido que, apesar de ter aumentado os empregos informais e diminuído o nível geral do salário da população, Abe consolidou uma base de apoio empresarial favorecida por suas reformas estruturais, manteve uma taxa estável de crescimento do PIB, obteve deflação somente em 2016 e diminuiu a taxa de desemprego, desenvolvendo, assim, o Japão. Conjuntamente, ainda que existisse esse maior enfoque nas questões domésticas, na administração de Abe, o Japão entrou no TPP, se tornou uma liderança no TPP11 e se aproximou de Xi Jinping, demonstrando-se interessado em participar do projeto *One Belt, One Road* e firmando acordos de cooperação econômica. Dessa forma, constatou-se a continuidade do multilateralismo econômico da política externa pacifista.

Como último objetivo específico, teve-se o intuito de evidenciar as consequências internacionais que ocorreram e que podem surgir mediante a política externa de Abe em relação aos EUA, à China, à Coreia do Norte e à Coreia do Sul. Conforme exposto anteriormente, a diplomacia Japão-EUA entrou de acordo com a maior militarização e pretendida pela Doutrina Abe, possibilitando a integração militar entre esses dois Estados e a militarização japonesa. Apesar do sentimento de incerteza em relação ao Trump, Abe conseguiu promover uma segurança militar abrangente, mediante o DNPD de 2018 que além de robustecer a aliança militar Japão-EUA, expandiu a cooperação regional na área de segurança com outras nações. Outrossim, ressalta-se o reflexo estadunidense nas ações japonesas no TPP e TPP11. Porém, a política “*America First*” de Trump, coloca em dúvida até que ponto as relações entre essas duas nações não se tornarão negativas para o Japão.

Já em relação à China, apesar do distanciamento diplomático causado pelo DPJ, dela ser um Estado considerado, interruptamente, propagador de insegurança ao Japão, entre 2012 a 2019, e a visita de Abe ao templo xintoísta Yasukuni ter gerado um momento de fricção sino-japonês, foi possível constatar a progressiva melhora da relação entre Shinzō Abe e Xi Jinping a partir de 2014. Como resultado, tiveram-se maiores projetos econômicos, em consonância com as Abenomics 2.0, e avanços na construção da confiança sino-japonesa. Logo, estimam-se maiores parcerias sino-japonesas, ao ponto que questões sensíveis não sejam levantadas para debate, tais como as Ilhas Senkaku/Diayou.

No que se refere à Península Coreana, percebeu-se como fatores históricos afetam a relação entre o Japão e esses Estados. No caso sul coreano, presenciou-se uma forte aversão ao xintoísmo e revisionismo histórico de Abe e como o caso das mulheres de conforto e dos

trabalhos forçados, impulsionados pelo supremo tribunal sul coreano e pela população, colaboraram para a fricção das relações econômicas entre Abe e Moon em 2019. A respeito da Coreia do Norte, além da questão de defesa já exposta, verificou-se que o objetivo inerente de Abe em resolver a questão dos sequestros nipônicos não é de interesse de Kim Jong-un, embaraçando a possibilidade de contato entre as duas nações. Portanto, em ambos os casos, é previsto um distanciamento das Coreias para com o Japão, isolando-o do continente asiático.

Diante do exposto ao longo desse trabalho, concluiu-se que o Japão de Shinzō Abe está pavimentando uma ponte para uma nova inserção internacional japonesa, oposta ao caminho pacifista, assim como ao trajeto expansionista. Em sua condução japonesa, a política externa de Abe é uma mescla de determinadas características entre o Império nipônico e o Japão pacifista. Durante seus sete anos de governo, visualizou-se a manutenção do xintoísmo e do nacionalismo japonês no cerne da política externa de Abe, que estavam presentes, em menor escala, no Estado imperialista. Além de tudo, percebeu-se o retorno do lema imperial “enriquecer a nação, fortalecer o exército” no termo “*Japan is Back*” de Abe, cujo foco é criar uma defesa nacional consolidada e uma economia promissora.

No processo atual de ruptura com o pacifismo japonês, identificou-se o enfraquecimento da norma pacifista através da constante remilitarização nipônica, cada vez mais tecnologicamente moderna, e o aumento da parcela da população favorável à revisão do artigo 9º das Constituição, símbolo do Japão pacífico. Independentemente se Shinzō Abe conseguir, ou não, modificar essa norma a favor de seus interesses, ele já está construindo o caminho para um Estado japonês que, apesar de manter características como multilateralismo e o bilateralismo com os EUA moldados por Yoshida Shigeru na década de 1950, está propiciando a saída da Terra do Sol Nascente à sua fase pacifista, possuindo uma política externa assertiva. Dessa maneira, diante do todo desse trabalho, o objetivo geral de compreender a política externa de Abe foi concluído. No entanto, a hipótese foi parcialmente comprovada, haja vista que é questionável se o Japão que Shinzō Abe está arquitetando terá de fato autonomia na região, considerando a dependência japonesa em relação aos EUA, o maior isolamento nipônico na Península Coreana e se a cooperação sino-japonesa será mantida. Por fim, desfecha-se esse trabalho, elucidando que o futuro do Japão possui variáveis estatais com resultados incertos, porém a política externa de Abe foi e está sendo uma mescla entre aspectos do passado e do presente nipônico, marcando um importante período histórico para a política japonesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABE, Shinzo. Japan is Back. **Center for Strategic and International Studies**, s/p, 2013a. Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/attachments/130222_speech_abe.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.
- ABE, Shinzo. Japan Is Back A Conversation With Shinzo Abe. [Entrevista cedida a] Foreign Affairs. **Foreign Affairs**, Congers, s/p, jul./ago. 2013b. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/interviews/2013-05-16/japan-back>. Acesso em: 11 out. 2019.
- AL JAZEERA. Abe has recently softened his rhetoric towards Pyongyang, calling for a summit with Kim. **Al Jazeera**, [S.l.], s/p, 3 maio 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/05/japan-abe-meet-kim-talk-frankly-open-mind-190502055730603.html>. Acesso em: 31 out. 2019.
- AMORIM, Wellington Dantas de; LIMA, Leticia Cordeiro Simões de Moraes. A adaga e a baleia: aspectos do relacionamento entre a Coreia do Sul e Japão. *In*: SALLES, Denise; GONÇALVES, Fernanda; ARAUJO, Rafael (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: Temas e Reflexões**. 1 ed., Rio de Janeiro: Multifoco, 2017, p.297-324.
- ANDRESSEN, Curtis. **A short history of Japan: From Samurai to Sony**. Austrália: Allen & Unwin, 2002. Disponível em: http://elibrary.bsu.az/books_400/N_28.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BAIJIE, An. Xi, Abe chart ties for new era. **China Daily**, Beijing, s/p, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201906/28/WS5d151607a3103dbf1432ab3d.html>. Acesso em: 18 out. 2019.
- BAHRY, Thaiza Regina. A CRISE ASIÁTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL. **III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba, s/p, 1999. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/thaiza-regina-bahry.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- BALDURSSON, Bjarni Mikael. **Understanding Sino-Japanese Trade Relations: Can History and Realism Explain Bilateral Trade?**. 2017. Dissertação (Bacharel em Estudos Chineses) – University of Iceland (Háskóli Íslands), Estudos Chineses, Reykjavík, 2017. 23 f. Disponível em: <https://skemman.is/bitstream/1946/27413/1/lokaritgerd2.pdf>. Acesso em 2 nov. 2019.
- BASU, Titli. Defending Japan: Reviewing the 2018 White Paper. **Journal of Defense Studies**, Nova Deli, v.12, n.4, p.85-95, 2018. Disponível em: <https://idsa.in/system/files/jds/jds-12-4-2018-defending-japan-tbasu.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.
- BERKOFISKY, Axel. Japan’s December 2010 “National Defense Program Guidelines (NDPG)”: The “Big Bang” of Japanese Security and Defense Policies?. **Korea Review of International Studies**, Seoul, v.14, n.1, p.33-52, 2011. Disponível em: https://gsis.korea.ac.kr/wp-content/uploads/2015/04/14-1-03_Axel_Berkofsky.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

BRITESI, Pedro Vinícius Pereira; CATTELAN, Pedro Henrique Prates. A política externa japonesa de Shinzo Abe: Revolução silenciosa? **Boletim de Conjuntura NERINT**, Porto Alegre, v.1, n.3, p.16-24, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/07/Boletim-de-Conjuntura-NERINT-Vol-1-N-3.pdf>. Acesso em 14 set. 2019.

BRITESI, Pedro Vieira; VIEIR, Maria Gabriela. The Political Crisis in South Korea: Internal Dilemmas and Regional Geopolitics. **Boletim de Conjuntura NERINT**, Porto Alegre, v.2, n.5, p.60-69, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/05/Brites-Vieira-South-Korea.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012.

CARRANCO, Adolfo A. Laborde. JAPÓN: UMA REVISIÓN HISTÓRICA DE SU ORIGEN PARA COMPRENDER SUS RETOS ACTUALES EN EL CONTEXTO INTERNACIONAL. **EN-CLAVES del pensamiento**, v.5, n.9, p.111-130, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/enclav/v5n9/v5n9a7.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARVALHO, Pedro Miguel Raposo de Medeiros. 60 anos de política externa econômica japonesa. **Lusíada**, n. 6/7, p.171-192, 2012. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1035/1/LPIS_n6-7_8.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

CATALINAC, Amy L.. Identity Theory and Foreign Policy: Explaining Japan's Responses to the 1991 Gulf War and the 2003 U.S. War in Iraq. **Politics & Policy**, v.35, n.1, p. 58-100, 2007. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/amycatalinac/publications/identity-and-foreign-policy-comparing-japan%E2%80%99s-response-1990-gulf-war-its-r>. Acesso em: 09 ago. 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 1ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

CHANLETT-AVERY, Emma. North Korea's Abduction of Japanese Citizens and the Six-Party Talks. **CRS Report for Congress**, p.1-6, 2008. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/RS22845.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CHANLETT-AVERY, Emma *et al.* Japan-U.S. Relations: Issues for Congress. **Congressional Research Service**, p.1-35, 2015. Disponível em: <https://nationalaglawcenter.org/wp-content/uploads/assets/crs/RL33436.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CHIARELLI, João Rodrigues. **Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento**: modelo para o Brasil na sua consolidação na América do Sul. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Carlos, 2013. 108 f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1022/5564.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHONG, Ja Ian; HALL, Todd H. The Lessons of 1914 for East Asia Today: Missing the Tress for the Forest. **International Security**, vol. 39, n. 1, p. 7-43, 2014. Disponível em: https://www.mitpressjournals.org/doi/full/10.1162/ISEC_a_00165. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHUSID, Edward Joseph. **The concurrent conferences: The Washington Naval Conference and the Far Eastern Affairs Conference of 1922**. 2008. Tese (Mestrado em História) - Eastern Michigan University, Department of History and Philosophy, Ypsilanti, 2008. 126 f. Disponível em: <https://commons.emich.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1187&context=theses>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CROSS, Tim. Japanese Harmony as Nationalism: Grand Master Tea of War and Peace. **Fukuoka University Review of Literature & Humanities**, 41(1), p.79-138, 1980. Disponível em: https://fukuoka-u.repo.nii.ac.jp/?action=repository_action_common_download&item_id=1009&item_no=1&attribute_id=22&file_no=1. Acesso em: 18 jun. 2019.

DICKINSON, Frederick R. Japan and the Modern World: Lesson from Meiji. **Japan Review**, v. 2, n. 2, p.45-52, 2018. Disponível em: https://www.jiia-jic.jp/en/japanreview/pdf/JapanReview_Vol2_No2_04_Dickinson.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

DIEGUEZ, Julián; PARODI, Sebastian. ¿EL IMPACTO DE LA COLONIZACIÓN?: LAS RELACIONES DE COREA DEL SUR Y JAPÓN EN LA ACTUALIDAD. *In*: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar (Org.). **Coreia do Sul: visões latino-americanas**. 1 ed., Curitiba: Juruá, 2012, p.139-160.

DOBSON, Hugo. Is Japan Really Bacck? The “Abe Doctrine” and Global Governance. **Journal of Contemporary Asia**, [S.l.], v.47, n.2, p.199-224, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00472336.2016.1257044>. Acesso em: 4 nov.2019.

DOURILLE-FEER, Evelyne. Can the magic of Abenomics succeed?. **Working Paper Centre d'Études Prospectives et d'Information Internationales**, Paris, p.1-38, 2015. Disponível em: http://www.cepii.fr/PDF_PUB/wp/2015/wp2015-24.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

EASLEY, Leif-Eric. How proactive? How pacifist? Charting Japan's evolving defence posture. **Australian Journal of International Affairs**, Melbourne, v.71, n.1, p.63-87, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10357718.2016.1181148?src=recsys>. Acesso em: 16 abr de 2019.

EASLEY, Leif-Eric. Korean Courage to Deal with Japan. **American Foreign Policy Interests**, Londres, v.36, n.1, p.25-33, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10803920.2014.879516>. Acesso em: 31 out. 2019.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ENDO, Mieko. **Douglas MacArthur's occupation of Japan | Building the foundation of U.S.-Japan relationship.** Tese (Mestrado em Artes), University of Montana, Departamento de História, Missoula, 2006. 95f. Disponível em: <https://scholarworks.umt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3123&context=etd>. Acesso em: 4 nov. 2019.

ETO, Naoko. An Emerging Structure of Japan-China Relations: Constant Maritime Tension and Mutual Cooperation. **Center for Strategic & International Studies**, Washington, paper, p.1-16, 2018. Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/180301_CSIS_Sino-Japanese_relations%28Naoko%20Eto%29.pdf?Ipc932..ulzxk_GCvuGrzr5M4WJsGW_A. Acesso em: 31 out. 2019.

FENSON, Anthony. Abenomics 2.0: A Reform Reboot For Japan? : The Japanese PM turns his attention from defense to his economic program. **The Diplomat**, Washington, s/p, 30 set. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/09/abenomics-2-0-a-reform-reboot-for-japan/>. Acesso em: 18 out. 2019.

FITZGERALD, Timothy. **Religion and Politics in International Relations: the modern myth.** Nova York: Continuum, 2011.

FROST, Peter K.. Debating the Allied Occupation of Japan (Part Two). **Education About ASIA**, v. 21, n. 3, p. 47-51, 2016. Disponível em: <http://aas2.asian-studies.org/EAA/EAA-Archives/21/3/1445.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GERRITS, Gidon Will. **Influence of Nationalism on Shinzo Abe's Foreign Policy.** 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Especialização em Estudos Internacionais) – Leiden University, Faculdade de Humanidades, Leiden, 2017. 36 f. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/141518531.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present.** Nova York: Oxford University Press. 2003. Disponível em: http://scullyhistoryib.weebly.com/uploads/1/2/2/9/12293307/a_modern_history_of_japan_from_tokugawa_times_to_the_present.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

GOTO, Shihoko. Redefining U.S.-Japan Trade Relations Under Trump. *In*: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies – The East Asian Whirlpool: Kim Jong-un's Diplomatic Shake-up, China's Sharp Power, and Trump's Trade Wars.** V.30, Washington: Korea Economic Institute of America, 2019, p.244-255. Disponível em: http://www.keia.org/sites/default/files/publications/kei_jointus-korea_2019_190724_final_digital.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

GRABOWIECKI, Jerzy; DABROWSKI, Mariusz. Abenomics and Its Impact on The Economy of Japan. **Optimum. Studia Ekonomiczne**, Białystok, v.89, n.5, p.23-35, 2017. Disponível em: http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.hdl_11320_6387. Acesso em: 11 out. 2019.

HARUKI, Wada. The North Korean Peace Process and the Abduction Problem: A Japanese Role? Traduzido por Gavan MacCormack. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S.l.], issue 15, v.17, n.4, p., 2019. Disponível em: <https://apjff.org/-Wada-Haruki/5298/article.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

HAAS, Michael. Japan's Military Rebirth. **CSS Analyses in Security Policy**, Zurich, n. 155, p.1-4, 2014. Disponível em: <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSSAnalyse155-EN.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

HE, Yinan. Forty Years in Paradox: Post-normalisation Sino-Japanese relations. **China perspectives**, [S.l.], p.7-16, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/chinaperspectives/6314>. Acesso em: 17 out. 2019.

HE, Yinan. The Impact of Chinese National Identity on Sino-Japanese Relations. In: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies - The Sino-ROK-U.S. Triangle: Awaiting the Impact of Leadership Changes**. v.28, Washington: Korea Economic Institute of America, 2017, p.82-94. Disponível em: http://www.keia.org/sites/default/files/publications/kei_jointus-korea_2017_digital_final.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

HENSHALL, Kenneth G. **A History of Japan: From Stone Age to Superpower**. Nova York: Palgrave Macmillan, ed.2, 2004. Disponível em: http://elibrary.bsu.az/books_400%5CN_4.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

HERRERO, Alicia García; IWAHARA, Kohei. Japan's rosy short-term Outlook masks the failure of Abenomics. **Real Instituto Elcano**, Madrid, ARI 84/2017, p.1-18, 2017. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/f7d7538e-f455-45d2-a7c2-35061df386ff/ARI84-2017-GarciaHerrero-Iwahara-Japans-rosy-short-term-outlook-masks-failure-of-Abenomics.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=f7d7538e-f455-45d2-a7c2-35061df386ff>. Acesso em: 11 out. 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOOK, G. *et al.* Japan and the East Asian Financial Crisis: Patterns, Motivations and Instrumentalisation of Japanese Regional Economic Diplomacy. **European Journal of East Asian Studies**, v. 1, n. 2, p.177-197, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/619e/5c31090726f6405e0bf8a1190896fb6d130c.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

HOSOYA, Chihiro. Origin of the Siberian Intervention, 1917-1918. **The Annals of the Hitotsubashi Academy**, Tóquio, v.9, n.1, p. 91-108, 1958. Disponível em: <https://hermes-ir.lib.hit-u.ac.jp/rs/bitstream/10086/10561/1/annals0090100910.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

HOSTON, Germaine A. Marxism and National Socialism in Taisho Japan: The Thought of Takabatake Motoyuki. **The Journal of Asian Studies**, Cambridge, v. 44, issue 1, p. 43-64, 1984. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-asian>

studies/article/marxism-and-national-socialism-in-taisho-japan-the-thought-of-takabatake-motoyuki/FE5C0C3BC2AC69E93A10EDCC13F9F1FD. Acesso em: 19 jun. 2019.

HUGHES, Christopher W.. **Japan's Foreign and Security Policy Under the "Abe Doctrine"**: New Dynamism or New Dead End?. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

HUGHES, Christopher W. Japanese policy and the East Asian currency crisis: abject defeat or quiet victory?. **Review of International Political Economy**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 219-253, 2000. Disponível em:

https://warwick.ac.uk/fac/soc/pais/people/hughes/researchandpublications/articles/japanese_policy_and_the_east_asian_financial_crisis.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

HUGHES, Christopher W.. Japan's Grand Strategic Shift: From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine?. In: TELLIS; Ashley J.; SZALWINSKI, Alison; WILLS, Michael (Org.). **Strategic Asia 2017-18: Power, Ideas, and Military Strategy in the Asia-Pacific**. – 1 a ed. – Seattle: National Bureau of Asian Research, 2017a, p.73-105.

HUGHES, Christopher W.. Japan's Strategic Trajectory and Collective Self-Defense. Essential Continuity or Radical Shift?. **The Journal of Japanese Studies**, Washington, v.43, n.1, p.93-126, 2017b. Disponível em:

https://warwick.ac.uk/fac/soc/pais/people/hughes/researchandpublications/articles/japans_strategic_trajectory_and_collective_self_defence.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

HUNDT, David; BLEIKER, Roland. RECONCILING COLONIAL MEMORIES IN KOREA AND JAPAN. **Asian Perspective**, Seul, v. 31, n. 1, p. 61-91, 2007. Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/42704577?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 18 ago. 2019.

ICHIJO, Atsuko. Kokugaku and an alternative account of the emergence of nationalism of Japan. **Nations and Nationalism**, [S.l.], s/v, p. 1-20, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/38440159/Kokugaku_and_an_alternative_account_of_the_emergence_of_nationalism_of_Japan. Acesso em: 10 jun. 2019.

IENAGA, Saburo. **Japan's Last War**. Camberra: Australian National University Press, 1979.

Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/114670/2/b12001491.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

INOUE, Shin. Inequality and Precarity in Japan: The Sorry Achievements of Abenomics.

Traduzido por Sachie Mizohata. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S.l.], v.16, issue 6, p.1-13, 2018. Disponível em: <https://apjif.org/2018/6/INOUE.html>. Acesso em: 11 out. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **General government gross debt**. 2019.

Disponível em:

https://www.imf.org/external/datamapper/GGXWDG_NGDP@WEO/WEOWORLD/JPN?year=2019. Acesso em: 12 out. 2019.

IOKIBE, Makoto. Fifty Years of Japanese Diplomacy. **Japan's Diplomacy Series – Japan Digital Library**, 2016. Disponível em:

http://www2.jiia.or.jp/en/pdf/digital_library/japan_s_diplomacy/160330_Makoto_Iokibe.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

ISOBE, Koichi. Operational Aspects of Japan's 2018 NDPG. *In*: SCHOFF, James L.; ROMEI, Sayuri (Org.). **The New Guidelines Defense Program Guidelines: Aligning U.S. and Japanese Defense Strategies for the Third Post Cold War Era.** Washington: Sasakawa Peace Foundation USA, 2019, p.7-12. Disponível em: <https://spfusa.org/wp-content/uploads/2019/04/Japan%E2%80%99s-New-National-Defense-Program-Guidelines-Aligning-U.S.-and-Japanese-Defense-Strategies.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

JAPÃO. Cabinet Public Relations Office. **National Security Strategy.** Tóquio: Cabinet Public Relations Office, 2013a. Disponível em: <https://www.cas.go.jp/jp/siryoku/131217anzenhoshou/nss-e.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

JAPÃO. [Constituição (1889)]. CONSTITUTION OF THE EMPIRE OF JAPAN. **CONSTITUTION OF THE EMPIRE OF JAPAN.** 1889. Disponível em: <http://ryukyukinawa.net/downloads/japan-constitution-1889.pdf>. Acesso em: 19 June 2019.

JAPÃO. [Constituição (1947)]. Embaixada do Japão no Brasil. **A Constituição do Japão.** c2012. Brasília: Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **China's activities surrounding Japan's airspace.** Tóquio: Ministry of Defense, s/d. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/d_act/ryouku/. Acesso em: 17 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **Defense of Japan 2014.** Tóquio: Ministry of Defense, 2014a. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2014.html. Acesso em: 4 nov. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **Extra Press Conference by the Defense Minister Nakatani (04:45-05:13 P.M. October 20, 2015).** Tóquio: Ministry of Defense, 2015a. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/press/conference/2015/10/20.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES for FY 2011 and beyond.** Tóquio: Ministry of Defense, 2010. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/pdf/guidelinesFY2011.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES for FY 2014 and beyond.** Tóquio: Ministry of Defense, 2013c. Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2014/pdf/20131217_e2.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES for FY 2019 and beyond.** Tóquio: Ministry of Defense, 2018a. Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2019/pdf/20181218_e.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **THE GUIDELINES FOR JAPAN-U.S. DEFENSE COOPERATION.** Tóquio: Ministry of Defense, 2015b. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/shishin_20150427e.html. Acesso em: 21 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Defense. **THE GUIDELINES FOR JAPAN-U.S. DEFENSE COOPERATION (September 23, 1997)**. Tóquio: Ministry of Defense, 1997. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/d_act/ampo/19970923.html. Acesso em: 8 set. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Abductions of Japanese Citizens by North Korea**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2018b. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kp/page1we_000067.html. Acesso em: 31 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Address by Prime Minister Abe at the Seventy Fourth Session of the United Nations General Assembly**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2019a. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/fp/unp_a/page3e_001107.html. Acesso em: 31 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Announcement by Foreign Ministers of Japan and the Republic of Korea at the Joint Press Occasion**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2015c. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page4e_000364.html. Acesso em 31 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Cabinet decision on the Development Cooperation Charter**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2015d. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/000067701.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Summit Meeting**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2017. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000636.html. Acesso em: 18 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Prime Minister Abe Visits China**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2018c. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000958.html. Acesso em: 18 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Regarding Discussions towards Improving Japan-China Relations**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2014b. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000150.html. Acesso em: 18 out. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Regarding the Decision by the Supreme Court of the Republic of Korea, Confirming the Existing Judgements on the Japanese Company (Statement by Foreign Minister Taro Kono)**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2018d. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002242.html. Acesso em: 4 nov. 2019.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **The Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2014c. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press22e_000010.html. Acesso em: 11 out. 2019.

JAPÃO. National Diet Library. **3-1 Emperor, Imperial Rescript Denying His Divinity (Professing His Humanity)**. Tóquio: National Diet Library, c2003. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/03/056shoshi.html>. Acesso em: 4 nov. 2019.

JAPÃO. Prime Minister of Japan and His Cabinet. **Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe**. Tóquio: Cabinet Public Relations Office, 2012. Disponível em:

https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201212/26kaiken_e.html. Acesso em: 31 out. 2019.

JAPÃO. The Government of Japan. **Abenomics**. Tóquio: The Government of Japan, 2016. Disponível em: https://www.japan.go.jp/sp/_userdata/abenomics/pdf/161111_abenomics.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

JAPÃO. The Government of Japan. **Abenomics**. Tóquio: The Government of Japan, 2019b. Disponível em: <https://www.japan.go.jp/abenomics/index.html>. Acesso em: 31 out. 2019.

JIMBO, Ken. Japanese Foreign Policy: 2006-2013, Responding to the Rise of China. **Anuario internacional CIDOB**, [Barcelona], n.1, p.349-356, 2013. Disponível em: https://www.cidob.org/en/content/download/38407/600011/file/ARTICULO_KEN+JIMBO_ANGLES.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

KAJIMOTO, Tetsushi. Japan's Abe vows to put education spending before budget balance. **Reuters**, Toronto, s/p, 23 out. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-election-mandate/japans-abe-vows-to-put-education-spending-before-budget-balance-idUSKBN1CS1AI>. Acesso em: 18 out. 2019.

KATO, Yoshikazu. US-Japan-China Trilateral Relations: How their dynamics will shape Asia Pacific. **Asia Global Institute**, Hong Kong, Working Paper, p.1-46, 2019. Disponível em: <https://www.asiaglobalinstitute.hku.hk/storage/app/media/Research/asiaglobal-papers-us-china-japan-relations.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

KAMIYA, Mataka; PRZYSTUP, James J.. STRONGER THAN EVER BUT MORE CHALLENGED THAN EVER: THE U.S.-JAPAN ALLIANCE IN THE TRUMP-ABE ERA. **Atlantic Council**, p.1-24, 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/stronger-than-ever-but-more-challenged-than-ever-the-us-japan-alliance-in-the-trump-abe-era/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

KAWASHIMA, Shin. Japanese Diplomacy and the "Improvement" in Sino-Japanese Relations. **Asia Policy**, [S.l.], s/v., s/n., p.156-160, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38255382/Kawashima_Shin_Japanese_Diplomacy_and_the_Improvement_in_Sino-Japanese_Relations_Asia_Policy_14.1_2019_. Acesso em 31 out. 2019.

KITAGAWA, Joseph M. Some Reflections on Japanese Religion and Its Relationship to the Imperial System. **Japanese Journal of Religious Studies**, Tóquio, 17 /2-3, p.129-178, 1990. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.691.8712&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KUMANO, Ruriko. The US Occupation and Japan's New Democracy. **Educational Perspectives**, Manoa, v. 40, n. 1, p. 36-43, 2007. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ877748>. Acesso em: 11 jul. 2019.

LECHEVALIER, Sébastien; MONFORT, Briec. Abenomics: Has it worked? Will it fail?. **HAL Science de l'Homme et de la Société**, Paris, v.1, n.6, p.1-20, 2016. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01415428/document>. Acesso em: 11 out. 2019.

LEE, Dae Kyu. **Japanese Prime Minister Shinzo Abe's Two Administrations: Successes and Failures of Domestic and Security Policies**. 2016. Tese (Mestrado de Artes em Estudos de Segurança (Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Pacífico)) – Naval Postgraduate School, Artes em Estudos de Segurança, Monterrey, 2016. 121f. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/1031033.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

LEGORRETA, Omar Martínez. DE LA MODERNIZACIÓN A LA GUERRA. *In:* . TANAKA, Michiko (Org.). **História Mínima de Japón**. 1 a ed., Cidade do México: El Colegio de México, 2017, p.181-285.

LEMONS, Julia Villas Boas. **MILAGRES ECONÔMICOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE JAPÃO E CHINA**. 2012. Monografia (Graduação em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2012. 67 f. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Julia_Villas_Boas_Lemos.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019

LEW, Young Ick. **Brief History of Korea – A Bird's Eye View**. Nova York: The Korean Society, 2000. Disponível em: https://www.koreasociety.org/images/pdf/KoreanStudies/Monographs_GeneralReading/BRIEF%20HISTORY%20OF%20KOREA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

LIFF, Adam P.. Japans Defense Policy: Abe the Evolutionary. **The Washington Quarterly**, Washington, v.38, n.2, p.79-99, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/14846284/Japans_Defense_Policy_Abe_the_Evolutionary. Acesso em: 4 nov. 2019.

LIFF, Adam P.. Japan's Security Policy in the "Abe Era": Radical Transformation or Evolutionary Shift?. **Texas National Security Review**, Texas, v.1, issue 3, p.8-34, 2018. Disponível em: <https://tnsr.org/2018/05/japans-security-policy-in-the-abe-era-radical-transformation-or-evolutionary-shift/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

LIMITAÇÃO de Armamento Naval = LIMITATION OF NAVAL ARMAMENT, 6 fev. 1922. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0351.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

LOZOYA, Jorge Alberto; PALMA, Victor Kerber. JAPÓN CONTEMPORÁNEO. *In:* TANAKA, Michiko (Org.). **História Mínima de Japón**. 1 a ed. – Ciudad de México: El Colegio de México, 2017, p.287-347.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. **A Ascensão Do Império Do Sol Nascente: Uma Análise Do Expansionismo Japonês No Início Do Século XX**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Sergipe, Relações Internacionais, Sergipe, 2016. 48 f.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. **A política de defesa do Japão entre Yoshida e Abe: a tentativa de revisão da Constituição de 1947 e a norma antimilitarista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, 2019. 139 f. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGRI0075-D.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. O PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO DO JAPÃO NO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DA ÁSIA ORIENTAL. **VI Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 2017. Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499719750_ARQUIVO_OPROCES SODEREMILITARIZACAODOJAPAONOCOMPLEXOREGIONALDESEGURANCADA ASIAORIENTAL.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

MAGNO, Bruno. **SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA: GÊNESE DE UM MODO ASIÁTICO DE FAZER A GUERRA?** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2015. 123 f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140739/000989147.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MALAFAIA, Thiago Corrêa. Japanese International Relations: an assessment of the 1971-2011 period. **Bras. Political Sci. Rev.**, [S.l.], v.10, n.1, p. 1-28, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-38212016000100207&script=sci_abstract. Acesso em: 09 ago. 2019.

MAN, Tang Siew. Japan's Grand Strategic Shift from Yoshida to Koizumi: Reflections on Japan's Strategic Focus in the 21 Century. **Akademika** 70, [S.l.], v.70, n.1, p. 117-136, 2007. Disponível em: <http://ejournal.ukm.my/akademika/article/view/588>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MASLOW, Sebastian. A Blueprint for a Strong Japan? Abe Shinzō and Japan's Evolving Security System. **Asian Survey**, California, v.55, n.4, p.739-765, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283680793_A_Blueprint_for_a_Strong_Japan_Abe_Shinzo_and_Japan's_Evolving_Security_System. Acesso em: 4 nov. 2019.

MATSUI, Kathy; SUZUKI, Hiromi; TATEBE, Kazunori. 20 Years on Womenomics 5.0: Progress, areas for improvement, potential 15% GDP boost. **Goldman Sachs**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/pages/womenomics-5.0/multimedia/womenomics-5.0-report.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

MCCURRY, Justin. "Break the Shell of mistrust": Shinzo Abe willing to meet Kim Jong-un at summit. **The Guardian**, Londres, s/p, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/26/break-the-shell-of-mistrust-shinzo-abe-willing-to-meet-kim-jong-un-at-summit>. Acesso em: 31 out. 2019.

MCCURRY, Justin. Japan hits back at China over Voldemort comparisons. **The Guardian**, Londres, s/p, 6 jan. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/06/japan-china-voldemort-harry-potter>. Acesso em: 31 out. 2019.

MCCURRY, Justin. South Korean boycott of Japanese goods hits beer and carmakers. **The Guardian**, Londres, s/p, 4 set. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/04/south-korea-boycott-japanese-goods-beer-car-sales>. Acesso em: 31 out. 2019.

MCCURRY, Justin; BRANIGAN, Tania. Obama says US will defend Japan in island dispute with China. **The Guardian**, Londres, s/p, 24 abr. 2014. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2014/apr/24/obama-in-japan-backs-status-quo-in-island-dispute-with-china>. Acesso em: 4 nov. 2019.

MEDEIROS. Globalização e Inserção Internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. *In: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luis (Org.). Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, s /p. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/42/g19.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MIZUNO, Hajime. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. **Rev. adm. empres.**, [S.l.], v. 15, n. 5, p.40-51, Oct. 1975. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901975000500004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2019.

MOLONY, Barbara. The State and Women in Modern Japan: Feminist Discourses in the Meiji and Taisho Eras. *In: HUNTER, J. (Org.). Japan: State and People in the Twentieth Century*. Londres: London School of Economics, 1999, p.21-68. Disponível em: <https://scholarcommons.scu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1099&context=history>. Acesso em: 19 jun. 19.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/al000232.pdf>. Acesso em: 19 jun. 19.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientiae Studia**, [S.l.], v.3, n.4, p.683-710, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v3n4/a10v3n4.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MURAKAMI, Sakura. Emperor Naruhito follows father's lead in expressing "deep remorse" over WWII at memorial service. **The Japan Times**, [S.l.], s/p, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/08/15/national/emperor-naruhito-follows-fathers-lead-expressing-deep-remorse-world-war-ii-annual-memorial-service/#.Xb2mZ5pKjIU>. Acesso em: 2 nov. 2019.

NAKANISHI, Hiroshi. Reorienting Japan? Security Transformation Under the Second Abe Cabinet. **Asian Perspective**, Baltimore, v.39, p.405-421, 2015. Disponível em: http://campus.unibo.it/263495/25/Nakanishi_Abe%20Constitution.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

NISHI, Masanori. Policy Implications of Japan's New NDPG. *In: SCHOFF, James L.; ROMEL, Sayuri (Org.). The New Guidelines Defense Program Guidelines: Aligning U.S. and Japanese Defense Strategies for the Third Post-Cold War Era*. Washington: Sasakawa Peace Foundation USA, 2019, p.21-26. Disponível em: <https://spfusa.org/wp-content/uploads/2019/04/Japan%E2%80%99s-New-National-Defense-Program-Guidelines-Aligning-U.S.-and-Japanese-Defense-Strategies.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

NISHIKAWA, Toshiyuki. Japan's Foreign Policy Dilemma vis-à-vis North Korea – The Nuclear Issue, the Abduction Issue, and Diplomatic Normalization. **北較法文化**, [S.l.], v.16, p.83-96, 2008. Disponível em: . Acesso em: 31 out. 2019.

NEZU, Risaburo. Abenomics and Japan's Growth Prospects. **Friedrich-Ebert-Stiftung**, Berlin, s/p, 2013. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/10289.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

NISHINO, Junya. Japan's Security Relationship with the Republic of Korea: Opportunities and Challenges. **Center for Strategic & International Studies**, p.1-12, 2017. Disponível em: <https://www.cogitasia.com/japans-security-relationship-with-the-republic-of-korea-opportunities-challenges/>. Acesso em: 2 nov. 2019.

NISHINO, Junya. Japan-Rok Relations: Overcoming the Challenges. *In*: TATSUMI, Yuki (Org.). **Japan's Foreign Policy Challenges in East Asia**. Washington: The Stimson Center, 2014, p.31-40. Disponível em: https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/Japans_Challenges_in_EA_FINAL_WEB.pdf. Acesso em 31 out. 2019.

NORBECK, Edward. The American Occupation of Japan: Social Retrospect. *In*: **The American Occupation of Japan: A Retrospective View**. GOODMAN, Grant K. (Org.). Nova York: Paragon Book Galery, 1968, p.27-34. Disponível em: <https://kuscholarworks.ku.edu/bitstream/handle/1808/1189/CEAS.1968.n2.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jul. 2019.

NOVA ZELÂNDIA. Ministry for Culture and Heritage. **Map of the Empire of Japan in 1914**. Wellington: Ministry for Culture and Heritage, 2014. Disponível em: <https://nzhistory.govt.nz/media/photo/map-empire-japan-1914>. Acesso em: 19 jun. 2019.

OHNO, Kenichi. **The Economic Development of Japan: The Path Traveled by Japan as a Developing Country**. Tóquio: GRIPS Development Forum, 2006. Disponível em: <http://www.grips.ac.jp/forum/pdf06/EDJ.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OKUZONO, Hideki. South Korean Judiciary Shakes Japan-South Korea Relations. **International Circumstances in the Asia-Pacific Series, Japan Digital Library**, p.1-12, 2016. Disponível em: https://www2.jiia.or.jp/en/pdf/digital_library/korean_peninsula/160331_Hideki_Okuzono.pdf. Acesso em 31 out. 2019.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. O poder militar do Sol Nascente: o Japão, a militarização e o entorno regional. **Rev. Bra. Est. Def.**, [S.l.], v.4, n.1, jan./jun., p. 203-228, 2017a. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/71859/42050>. Acesso em: 09 ago. 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Japan, a Normal State?. **Revista Carta Internacional**, [S.l.], v. 14, n. 1, p.5-30, 2019. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/887/604>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Crise Asiática e a China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, p.1-18, 1999. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveiracriseasiatica.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Galindo de. **A estratégia japonesa e os processos de integração regional na Ásia**. 2017b. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações

Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2017b. 60 f. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14567/1/PDF%20-%20Maria%20Gabriela%20Galindo%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PENNACCHI, Andrea. George F. Kennan e a política de “contenção” da Guerra Fria. In: III Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Extensão Universitária, 2007, Presidente Prudente. **Anais** [...]. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, 2007, p.1-12. Disponível em:
http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Andrea-Pennacchi.pdf. Acesso e: 31 out. 2019.

RAUER, Simone Katharina. **Abenomics and Japan’s Public Debt**. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes) – University of Leiden, Faculdade de Humanidades, Leiden, 2018. 36 f. Disponível em:
<https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/64952/MA%20Thesis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 out. 2019.

REYNOLDS, E. Bruce. Peculiar Characteristics: The Japanese Political System in the Fascist Era. In: REYNOLDS, E. Bruce (Org.). **Japan in the Fascist Era**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004, p.155-197. Disponível em:
https://www.academia.edu/35216943/Japan_in_the_Fascist_Era. Acesso em: 18 jun. 2019.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. Ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

SADO, Akihiro. The End of the Cold War and Japan’s Participation in Peacekeeping Operations: Overseas Deployment of the Self-Defense Forces. **Japan’s Diplomacy Series - Japan Digital Library**, p.1-12, 2016. Disponível em:
http://www2.jiia.or.jp/en/pdf/digital_library/japan_s_diplomacy/160331_Akihiro_Sado.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

SATO, Yoichiro. Explaining Japan’s North Korea Policy. In: VYAS, Utpal; CHEN, Ching-Chang; ROY, Denny (Org.). **The North Korea Crisis and Regional Responses**. Honolulu: East-West Center, p.114-129, 2014 Disponível em:
<https://www.eastwestcenter.org/system/tdf/private/northkoreacrisis.pdf?file=1>. Acesso em: 31 out. 2019.

SAUTER, Betina Thomaz. Política Externa e Interesse Nacional: a Parceria Estratégica nas Relações do Sistema Internacional. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, v.2, n.1, jun., p.49-64, 2017. Disponível em:
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2017/06/BetinaSauter.pdf>. Acesso em: 16 abr de 2019.

SHIBATA, Saori. Re-packaging old policies? “Abenomics” and the lack of an alternative growth model for Japan’s political economy. **Japan Forum**, Abingdon, v. 29, n.3, p.399-422, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09555803.2017.1284143>. Acesso em: 11 out. 2019.

SHIZUME, Masato. The Japanese Economy during the Interwar Period: Instability in the Financial System and the Impact of the World Depression. **Bank of Japan**, 2009. Disponível em: https://www.boj.or.jp/en/research/wps_rev/rev_2009/rev09e02.htm/. Acesso em: 18 jun. 2019.

SIGUROSSON, Eggert Örn. **Impacts of Population Aging in Modern Japan and Possible Solutions for the Future**. 2017. Dissertação (Bacharel em Língua e Cultura Japonesa) – University of Iceland (Háskóli Íslands), Língua e Cultura Japonesa, Reykjavík, 2017. 31 f. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/009e/c25ab500a8a44aaedfd23e336bb6f5e4903a.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SKYA, Walter A. **Japan's Holy War: The Ideology of Radical Shinto Ultrationalism**. Londres: Duke University Press, 2009.

SMETHURST, Richard J. Japan, the United States, and the Road to World War II in the Pacific 日本、合衆国、および第二次世界大戦太平洋戦局への道. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S.l.], v. 10, issue 37, n.4, 9 set. 2012. Disponível em: <https://apjff.org/2012/10/37/Richard-J.-Smethurst/3825/article.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SMITH, Sheila A.. The U.S.-Japan-ROK Trilateral: Better at Deterrence than Diplomacy? *In*: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies – A Whirlwind of Change in East Asia: Assessing Shifts in Strategy, Trade, and the Role of North Korea**. V.29, Washington: Korea Economic Institute of America, 2018, p.94-106. Disponível em: http://www.keia.org/sites/default/files/publications/kei_jointus-korea_2018_180801_final_digital.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

SMITH, Steve. The Contested Concept of Security. *In*: BOOTH, Ken (Org.). **Critical Security Studies and World Politics**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2004, p.27-62.

SNYDER, Scott. South Korean Identity Under Park Geun-hye: Crosscurrents & Choppy Waters. *In*: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies – Rethinking Asia in Transition: Security Inventions, Values Gaps, and Evolving Economic Relations**. V.27, Washington: Korea Economic Institute of America, 2016, p.104-112. Disponível em: http://www.keia.org/sites/default/files/publications/final_kei_jointus-korea_2016_161010.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

SOBLE, Jonathan. Emperor Akihito Expresses “Deep Remorse” for Japan’s Role in World War II. **The New York Times**, [S.l.], s/p, 15 ago. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/08/16/world/asia/emperor-kihito-expresses-deep-remorse-for-japans-role-in-world-war-ii.html>. Acesso em: 2 nov. 2019.

SOLÍS, Mireya. U.S.-Japan relations in the era of Trump: Navigating the turbulence of “America First”. **México y la Cuenca del Pacífico**, Zapopan, v.8, n.24, p.9-17, 2019. Disponível em: <http://www.mexicoylacuencadelpacifico.cucsh.udg.mx/index.php/mc/article/download/669/812/>. Acesso em: 31 out. 2019.

SWALE, Alistair D. **The Meiji Restoration: Monarchism, Mass Communication and Conservative Revolution**. Nova York: Palgrave Macmillan. 2009.

SZPILMAN, Christopher W. A. Fascist and Quasi-Fascist Ideas in Interwar Japan, 1918-1941. *In: REYNOLDS, E. Bruce (Org.). Japan in the Fascist Era.* 1 a ed., Nova York: Palgrave Macmillan, 2004, p.73-106. Disponível em: <https://www.academia.edu/35216943/Japan_in_the_Fascist_Era>. Acesso em: 18 jun. 2019.

TANAKA, Michiko. ÉPOCA MEDIEVAL. DESCENTRALIZACIÓN DEL PODER Y DIFUSIÓN CULTURAL. *In: História Mínima de Japón.* TANAKA, Michiko (Org.). 1 a ed., Cidade do México: El Colegio de México, 2017a, p. 95-121.

TANAKA, Michiko. ÉPOCA MODERNA TEMPRANA. *In: História Mínima de Japón.* TANAKA, Michiko (Org.). 1 a ed., Cidade do México: El Colegio de México, 2017b, p.123-179.

TAKAYOSHI, Matsuo. THE DEVELOPMENT OF DEMOCRACY IN JAPAN – Taisho Democracy: Its Flowering and Breakdown –. *The Developing Economies*, [S.l.], v. 4, issue 4, p. 612-632, 1966. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1746-1049.1966.tb00495.x>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NUCLEAR THREAT INICIATIVE. **The CNS North Korea Missile Test Database.** 2019. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/cns-north-korea-missile-test-database/>. Acesso em: 31 out. 2019.

THE GENRON NPO. ANALYSIS PAPER: The 14th Joint Public Opinion Poll between Japan and China: Japan-China Public Opinion Survey 2018. **The Genron NPO**, p.1-44, 2018a. Disponível em: <http://www.genron-npo.net/en/archives/181011.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

THE GENRON NPO. Japanese Public Opinion on US Leadership and the Role of Japan – How do Japanese people view Trump administration’s half year?. **The Genron NPO**, p.1-8, 2017. Disponível em: <http://www.genron-npo.net/en/archives/170714.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

THE GENRON NPO. The 6th Japan-South Korea Joint Public Opinion Poll (2018): Analysis Report on Comparative Data, June 2018. **The Genron NPO**, p.1-48, 2018b. Disponível em: <http://www.genron-npo.net/en/180618.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

THE JAPAN TIMES. Plight of irregular workers. **The Japan Times**, Tóquio, s/p, 5 jan. 2016. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2016/01/05/editorials/plight-of-irregular-workers/#.XcCULZpKjIV>. Acesso em: 4 nov, 2019.

THE JAPAN TIMES. Polls shows 54% oppose revision of Japan’s pacifist Constitution under Abe’s watch. **The Japan Times**, Tóquio, s/p, 4 abr. 2019a. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/04/11/national/politics-diplomacy/poll-shows-54-oppose-revision-japans-pacifist-constitution/#.Xbx7M5pKjIX>. Acesso em: 31 out. 2019.

THE JAPAN TIMES. South Korea removes Japan from trade whitelist as feud deepens. **The Japan Times**, Tóquio, s/p, 18 set. 2019b. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/09/18/business/south-korea-removes-japan-fast-track-trade-white-list/#.Xbx8GJpKjIX>. Acesso em: 31 out. 2019.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Japan**. 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/jpn/>. Acesso em: 18 out. 2019.

THE WORLD BANK GROUP. GDP growth (annual %) – Japan. 2019a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2018&locations=JP&start=1961>. Acesso em: 12 out. 2019.

THE WORLD BANK GROUP. **Inflation, consumer prices (annual %) – Japan**. 2019b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?contextual=default&end=2018&locations=JP&start=1960&view=chart>. Acesso em: 12 out. 2019.

TRICHES, Divanildo. A nova ordem internacional e a crise asiática. **III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba, 1999. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/divanildo-triches.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

TOSHIO, Kuroda. Shinto in the History of Japanese Religion. **The Journal of Japanese Studies**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 1-21, 1981. Disponível em: https://www.univie.ac.at/rel_jap/k/images/0/03/Kuroda_1981.pdf. Acesso em: 18 jun. 19.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** – São Paulo: Annablume: Fundação Japão, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do Candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. 3 ed.rev.atual, Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1929565/mod_resource/content/0/Manual%20do%20Candidato%20Hist%C3%B3ria%20Mundial%20Contempor%C3%A2nea%203%C2%B0%20Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Caótico Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Encontro Nacional ABRI 2011**, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr de 2019.

WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e política externa do Japão no pós-segunda guerra mundial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. 154 f. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279414/1/Watanabe_PauloDaniel_M.pdf. Acesso em: 15 abr de 2019.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. 1ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <http://www.guillaumenicaise.com/wp>

content/uploads/2013/10/Wendt-Social-Theory-of-International-Politics.pdf. Acesso em: 26 ago. 2019.

YOSHINO, Naoyuki; TAGHIZADEH-HESARY, Farhad. Three Arrows of “Abenomics” and the Structural Reform of Japan: Inflation Targeting Policy of the Central Bank, Fiscal Consolidation, and Growth Strategy. **Asian Development Bank Institute**, Tóquio, ADBI Working Paper 492, p.1-19, 2014. Disponível em: <http://www.adbi.org/workingpaper/2014/08/01/6370.three.arrows.abenomics.reform.japan/>. Acesso em: 11 out. 2019.

YUKIO, Cho. Japanese Economic Policy in the Inter-War Period. **Millenium: Journal of International Studies**, [S.l.], v. 5, issue 2, 1976. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298760050020501>. Acesso em 18 jun. 2019.